



**Universidade do Grande Rio “Professor José de Souza Herdy”
UNIGRANRIO**

Maria Inês de Andrade Cruz

**Função e Atuação do Psicólogo Educacional no Contexto da Educação do
Município de Duque de Caxias – RJ**

**Duque de Caxias
2019**

Maria Inês de Andrade Cruz

**Função e Atuação do Psicólogo Educacional no Contexto da Educação do
Município de Duque de Caxias – RJ**

Tese apresentada à Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, como parte dos requisitos parciais para obtenção do grau de doutora em Humanidades, Culturas e Artes.

Área de Concentração: Psicologia Educacional

Orientadora: Professora Doutora Haydéa Maria Marino de Sant’ Anna Reis

Duque de Caxias

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UNIGRANRIO – NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECAS

C957fCruz, Maria Inês de Andrade.

Função e atuação do psicólogo educacional no contexto da educação do município de Duque de Caxias – RJ/ Maria Inês de Andrade Cruz. – Duque de Caxias, 2019.
184f.: il.; 30 cm.

Tese (Doutorado em Humanidades, Culturas e Artes)–Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de Educação, Ciências, Letras, Artes e Humanidades, 2019.

“Orientadora: Prof.^a Dra. Haydêa Maria Marino de Sant’ Anna Reis”.

Referências: f. 159-171.

1. Educação. 2. Psicologia educacional. 3. Metodologia científica. 4. Escolas públicas. 5. Duque de Caxias (RJ). I. Reis, Haydêa Maria Marino de Sant’ Anna. II. Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”. III. Título.

CDD –370

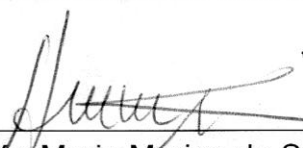
MARIA INÊS DE ANDRADE CRUZ

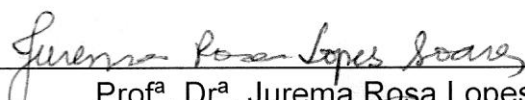
**FUNÇÃO E ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EDUCACIONAL NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS**

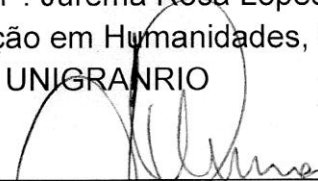
Tese apresentada à Universidade do Grande Rio "Prof. José de Souza Herdy", como parte dos requisitos parciais para a obtenção do título de Doutor em Humanidades, Culturas e Artes.

Exemplar apresentado para avaliação da banca examinadora em 16/12/2020

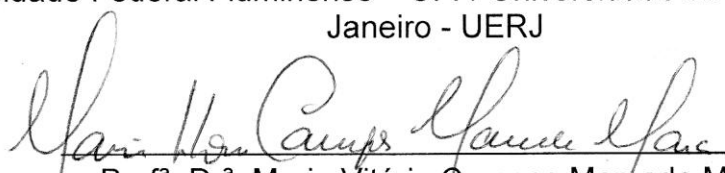
BANCA EXAMINADORA


Profª. Drª. Haydeia Maria Marino de Sant' Anna Reis
Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da
UNIGRANRIO


Profª. Drª. Jurema Rosa Lopes
Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da
UNIGRANRIO


Prof. Dr. Joaquim Humberto Coelho de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da
UNIGRANRIO


Profª. Drª. Ediclea Mascarenhas Fernandes
Universidade Federal Fluminense – UFF/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ


Profª. Drª. Maria Vitória Campos Mamede Maia
Universidade do Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Dedico à minha família, cujo respeito e compreensão à minha ausência foram fundamentais para a realização desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

A todos os colegas psicólogos da SME/DC que ao participar da pesquisa através de documentos e contribuições significativas, abriram mão de momentos preciosos de suas vidas;

Aos diretores das unidades escolares de DC que em muito contribuíram para a realização deste estudo.

À minha fortaleza, mãe, mulher forte, guerreira, e tão sensível para entender e intervir quando mais necessito;

Ao meu querido pai, minha referência, sensível, humano, saudades!

Ao meu marido, sempre presente e amoroso, acreditando e incentivando a minha caminhada;

Aos meus filhos que me nutriram com carinho, essencial para não desanimar diante das dificuldades do caminho;

Ao meu afilhado Leandro, sensível e presente, que mesmo distante pode colaborar significativamente;

Ao meu sobrinho Henrique e à minha sobrinha Luciana, que se fizeram disponíveis para ajudar;

À Secretaria Municipal de Educação que abriu as portas e aceitou o desenvolvimento da pesquisa;

À minha querida amiga e comadre Silvia que tanto contribui para a minha jornada de eterna aprendiza e que mesmo a distância sempre está presente quando preciso de auxílio;

À minha querida amiga Edicléa, fonte inesgotável de energia contagiante nos momentos de descontração, inspiração para buscar novos conhecimentos e horizontes;

E especialmente, a querida professora Haydéa que acompanhou o meu percurso com sensibilidade, acreditando na possibilidade do estudo e lançando mão de contribuições e questões essenciais para o desenvolvimento da pesquisa. Obrigada pelos “leves” momentos partilhados, mesmo diante das dificuldades enfrentadas. Obrigada pelo incentivo, pela orientação experiente e sábia através de seu olhar humanizado e afetivo.

Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma humana.

Carl Jung

RESUMO

A pesquisa intitulada “Função e Atuação do Psicólogo Educacional no contexto da Educação do Município de Duque de Caxias – RJ”, aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), conforme CAAE 66178717600005283 revela como pressuposto básico o caráter psicológico da aprendizagem e do desenvolvimento humano e, como estudo de campo e discussão teórica, aborda a atuação e a função do psicólogo educacional no contexto da Educação do Município de Duque de Caxias. Por objetivo geral, pretendeu-se refletir sobre o papel do psicólogo educacional no contexto da rede pública municipal de Duque de Caxias; Sobre a relação entre psicologia e educação; E sobre os atributos contidos na função e na prática do profissional. A Educação é um campo amplo de estudos e aplicações e a psicologia contribui neste contexto. A justificativa é a necessidade de se ampliar o acervo de pesquisas que proporcionem reflexões sobre a atuação do profissional de psicologia na rede municipal, bem como estudos que apontem registros sobre a prática do mesmo. A presente pesquisa fez uso da metodologia qualitativa e quantitativa com contribuições de estudo de caso e embasamento teórico em Alencar (2000), Patto (1984), Pessoti (1988), Anastasi (1965), Massimi (1990), Coll (2001) e Valle (2000), além de registros dos Conselhos de Psicologia e documentos oficiais da Secretaria de Educação de Duque de Caxias. O estudo teve como foco e proposta, partir da investigação sobre a prática dos psicólogos da rede municipal de educação, composta por dez psicólogos educacionais e cento e setenta e oito Unidades Escolares. De acordo com os dados coletados na pesquisa, são poucos os diretores das unidades escolares que ainda apresentam a concepção de que o atendimento clínico seja atribuição do psicólogo educacional. Foi possível considerar através dos estudos realizados, que é lícita a compreensão de que há diversas maneiras de intervir através da prática do profissional de psicologia na educação. Diante dos dados obtidos através da pesquisa, entendemos que a realidade e a necessidade de intervenção é o que naturalmente possibilita a definição da ação do psicólogo educacional a ser realizada. Constatou-se que este profissional atua em diferentes demandas em Unidades Escolares específicas ou de forma ampla, junto à Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional da Secretaria Municipal de Educação. Nesse contexto social, cultural, psicológico e pedagógico, o psicólogo, presente e atuante, pode intervir com práticas diversas que a função descrita no plano de regimento da educação de Duque de Caxias o permite. Através do fazer psicológico é possível, incentivar, questionar, planejar, analisar, avaliar e contribuir com uma educação onde todos os envolvidos no processo podem e devem participar ativamente, podem ser ouvidos na busca por aprender, obter soluções, superar as dificuldades diante da realidade que em muito está longe da idealizada.

Palavras-chave: Psicólogo educacional; Prática psicológica; Município de Duque de Caxias.

ABSTRACT

The research named “The Role and Performance of Pedagogical Psychologist in the Education Context in Duque de Caxias city - Rio de Janeiro State”, approved by the Ethics Committee (CEP) as CAAE 66178717600005283, states the psychological character in learning and in human development as a basic assumption and approaches the role and performance of pedagogical psychologists in Duque de Caxias city as field study and theoretical discussion. As a general goal, it was intended to reflect on the role of pedagogical psychologists from the public education system of Duque de Caxias city, to reflect upon the relation between psychology and education and upon what is expected in the role and performance of those professionals. Education is a wide field of studies and applications and psychology contributes in this context. It is justified by the need to expand the research collection that promotes reflections upon the practices of a psychologist in a public education system, as well as the lack of studies documenting these practices. This research was built aligned with qualitative and quantitative methodology with case study contributions and it is based on theories presented by Alencar (2000), Patto (1984), Pessoti (1988), Anastasi (1965), Massimi (1990), Coll (2001) and Valle (2000), added to official documents by Psychology Councils and by the Education Department of Duque de Caxias City. The focus in the study was to start investigating the role of psychologists in Duque de Caxias city, which includes a team of ten of these professionals working to serve a hundred seventy-eight schools. According to the outcome from the collected data, there are only a few of the schools' principals who believe the function of psychologists in the public education system is to provide clinical assistance. After the studies, it was possible to consider valid the understanding that there are many ways through which a psychologist can intervene in the education context. In light of the collected data, we understand that what drives the actions to be held by the psychologist and the role of this professional itself in education is the reality and its emerging needs for intervention. Among the conclusions is the understanding that this professional works according to the demands of different schools alongside the assistance of the city's Education Department. It is bearing in mind the social, cultural, psychological and pedagogical dimensions of an educational context that the psychologist will be able to intervene, also guided by what is expected for their performance in the Duque de Caxias Education Department's regulations. The psychology practice can foster, question, plan, analyze, evaluate and contribute to help education be a place where everyone around it can and should actively participate, be heard throughout the learning process, obtain solutions and overcome difficulties.

Keywords: pedagogical psychologist; psychology practice; Duque de Caxias City.

RÉSUMÉ

La recherche intitulée "Fonction et performance du psychologue de l'éducation dans le contexte de l'éducation de la municipalité de Duque de Caxias - RJ", approuvée par le Comité d'éthique et de recherche (Comitê de Ética e Pesquisa - CEP), selon CAAE 66178717600005283, révèle comme hypothèse de base le caractère psychologique de l'apprentissage et du développement humain et, comment l'étude de terrain et la discussion théorique, porte sur la performance et la fonction du psychologue de l'éducation dans le cadre de l'éducation de la municipalité de Duque de Caxias. Un objectif général était de comprendre le rôle du psychologue de l'éducation dans le contexte du réseau public municipal de Duque de Caxias. Commentaire et de réfléchir à la relation entre psychologie et éducation; Commentaire et aux attributs contenus dans la fonction et la pratique du professionnel. L'éducation est un vaste domaine d'études et d'applications et la psychologie contribue dans ce contexte. La justification est la nécessité d'élargir recherches qui fournissent des réflexions sur la performance du professionnel de la psychologie dans le réseau municipal, ainsi que des études qui mettent en évidence des enregistrements sur la pratique de la même chose. Cette recherche a utilisé la méthodologie qualitative et quantitative avec des contributions d'études de cas et des fondements théoriques d'Alencar (2000), Patto (1984), Personalti (1988), Anastasi (1965), Massimi (1990), Coll (2001) et Valle (2000), outre les archives du Conseil de Psychologie et les documents officiels du département de l'éducation du Duque de Caxias. L'étude avait pour objet et proposition, à partir de l'enquête sur la pratique des psychologues du réseau d'éducation municipale, composée de dix psychologues de l'éducation et de cent soixante-dix-huit unités scolaires. Selon les données recueillies dans le cadre de la recherche, peu de directeurs d'école présentent encore l'idée que les soins cliniques sont attribués par le psychologue de l'éducation. Les études réalisées ont permis de considérer qu'il est licite de comprendre qu'il existe plusieurs façons d'intervenir par le biais de la pratique du psychologue professionnel en éducation. Au vu des données obtenues au cours de la recherche, nous comprenons que la réalité et le besoin d'intervention sont ce qui permettra naturellement de définir l'action du psychologue de l'éducation. Il a été vérifié que ce professionnel répondait à différentes demandes dans des unités scolaires spécifiques ou à large base, ainsi que de la coordination de la supervision et de l'orientation pédagogique du département de l'éducation municipale. Dans ce contexte social, culturel, psychologique et pédagogique, le psychologue actuel et actif peut intervenir avec diverses pratiques que la fonction décrite dans le plan de régiment de l'éducation de Duque de Caxias permet. Il est possible d'encourager, de questionner, de planifier, d'analyser, d'évaluer et de contribuer à une éducation dans laquelle tous les acteurs du processus peuvent et doivent participer activement, être entendus dans la quête de l'apprentissage, de la recherche de solutions, de la résolution des difficultés ce qui est loin d'être idéalisé.

Mots-clés : Psychologues de l'éducation; Pratique psychologique; Municipalité de Duque de Caxias.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	UNIDADES ESCOLARES REPRESENTADAS	100
Gráfico 2	DIRETORES ESCOLARES	100
Gráfico 3	TER CONHECIMENTO SOBRE A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA EDUCAÇÃO DE DUQUE DE CAXIAS	102
Gráfico 4	LOTAÇÃO DOS PSICÓLOGOS EDUCACIONAIS NA EDUCAÇÃO, SEGUNDO OS DIRETORES ESCOLARES	103
Gráfico 5	ATRIBUIÇÕES DO PSICÓLOGO EDUCACIONAL SEGUNDO OS DIRETORES ESCOLARES	104
Gráfico 6	CRÍTICAS	117
Gráfico 7	SOBRE NECESSIDADE DE ACRESCENTAR INFORMAÇÕES	119
Gráfico 8	GRAU DE ESCOLARIDADE	130
Gráfico 09	PÚBLICO ALVO DO TRABALHO	131
Gráfico 10	MODALIDADE DE ATUAÇÃO DE MAIOR OCORRÊNCIA	132
Gráfico 11	EXISTE UMA DIRETRIZ/REGIMENTO QUE CONDUZ A PRÁTICA DO PSICÓLOGO NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL?	135

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.	MAPA 1	Distritos e Bairros de Duque de Caxias	43
Figura 2.	MAPA 2	Demonstrativo da Distribuição das Unidades Escolares de DC	44
Figura 3.	MAPA 3	Distritos de Duque de Caxias	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	QUANTITATIVO DE SUPERVISORES ESDUCACIONAIS ENTRE 2000 E 2016 LOTADOS NA CSOE – PRESENÇA DO PSICÓLOGO EDUCACIONAL	42
Quadro 2	DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES POR DISTRITO	45
Quadro 3	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A PESSOA COMDEFICIÊNCIA	54
Quadro 4	AVALIAÇÃO PARA MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	58
Quadro 5	ORIENTAÇÕES DE FICHAS DE ACOMPANHAMENTOEDUCACIONAL	61
Quadro 6	REDUÇÃO DO NÚMERO DE PSICÓLOGOS ATUANDO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	66
Quadro 7	O PSICÓLOGO ERA DETERMINANTE NA AVALIAÇÃO EINSERÇÃO DO ALUNO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	67
Quadro 8	LOTAÇÃO DOS PSICÓLOGOS NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DUQUE DE CAXIAS	75
Quadro 9	FONTES DOCUMENTAIS	90
Quadro 10	FORMAÇÃO ACADÊMICA E INÍCIO DOS PSICÓLOGOS NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DUQUE DE CAXIAS	129
Quadro 11	FORMAÇÃO ACADÊMICA E INÍCIO DOS PSICÓLOGOS NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DUQUE DE CAXIAS	142
Quadro 12	PSICÓLOGO EDUCACIONAL DE ACORDO COM O PLANO DE CARREIRA	143
Quadro 13	RELAÇÃO DE DESAFIOS PARA A PRÁTICA DOS PSICÓLOGOS	147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	<i>American Psychological Association</i>
ABRAPEE	Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional
ANPEPP	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia
CA	Classe de Alfabetização
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CCAIC	Creche e Centro de Atendimento à Infância Caxiense
CEAPD	Centro de Atenção ao Portador de Deficiência de Duque de Caxias
CEE	Coordenadoria de Educação Especial
CENESP	Centro Nacional de <i>Educação</i> Especial
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CME	Conselho Municipal de Educação
EMSA	Escola Municipal Santo Agostinho
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CRP	Conselho Regional de Psicologia
CSOE	Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional
DC	Duque de Caxias
DOU	Diário Oficial da União
DSM	Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
GT	Grupo de Trabalho
HIIS	Hospital Infantil Ismélia Silveira
HTP	<i>House/Tree/Person</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INV	Inteligência Não-Verbal
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OE	Orientador Educacional
OP	Orientador Pedagógico
PMEDC	Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
QI	Quociente de inteligência
RJ	Rio de Janeiro
SME	Secretaria Municipal de Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade
TDO	Transtorno Desafiador de Oposição
UNIGRANRIO	Universidade do Grande Rio

SUMÁRIO

1.0	INTRODUÇÃO	15
2.0	PSICOLOGIA EDUCACIONAL: CONCEPÇÕES HISTÓRICAS E PRÁTICA	23
2.1	Psicologia e Educação no Brasil	23
2.2	O psicólogo e a Educação: Função e Atuação	31
3.0	PSICOLOGIA EDUCACIONAL EM DUQUE DE CAXIAS: LÓCUS DE ESPECIFICIDADES	40
3.1	Educação Municipal, uma realidade plural	40
3.2	A Educação enquanto garantia de espaço para aprender	44
3.3	Educação Especial: Uma porta de entrada do psicólogo na educação de Duque de Caxias	50
3.4	O caráter sistêmico do trabalho do psicólogo educacional em Duque de Caxias	70
3.5	Um diálogo atento por integração: Psicologia e Educação, em busca de humanização	77
4.0	PERCURSO METODOLÓGICO, UM CAMINHO PARA O OLHAR	88
4.1	Pesquisar Educação é olhar para uma realidade socialmente construída	89
4.2	A Psicologia Educacional segundo o olhar da Direção Escolar	97
4.2.1	Análise e discussão dos resultados: Diretores Escolares	99
4.2.1.1	Revelação do olhar da Direção Escolar	120
4.3	A Psicologia Educacional segundo o olhar do Psicólogo Educacional	127
4.3.1.	Análise e discussão dos resultados: Psicólogos Educacionais	129

4.3.1.1	Revelação do olhar do Psicólogo Educacional	141
4.4	Em busca de ampliação do olhar: Direção Escolar e Psicólogo Educacional	149
5.0	CONCLUSÃO	153
	REFERÊNCIAS	159
APÊNDICE A	Questionário dirigido aos Diretores Escolares	172
APÊNDICE B	Questionário dirigido aos Psicólogos Educacionais	175
APÊNDICE C	Questão seis do Questionário dirigido aos Psicólogos Educacionais	178
ANEXO A	Atribuições do Psicólogo Educacional segundo o Regimento Escolar de Duque de Caxias	179
ANEXO B	Desafios para a Prática do Psicólogo Educacional	181
ANEXO C	Plano de Carreira dos Profissionais da Educação	182
ANEXO D	Jornal do último concurso para a função e quadro efetivo de Psicólogo Educacional	183
ANEXO E -	Termo de autorização de uso de imagem e depoimentos	184

1 INTRODUÇÃO

O interesse pela educação e pela psicologia surgiu em 1987 quando fui convocada para iniciar como professora na Escola Municipal Santo Agostinho (EMSA), no bairro de Xerém, localizado em Duque de Caxias. Oito anos depois, em 1995 pude iniciar um grande e importante desafio, a Educação Especial na EMSA a pedido da EEE/SME. Como professora e na época, estudante de psicologia, atuei em Sala de Recursos, atendi alunos com diversos perfis, possibilidades e limitações, desde a educação precoce.

Anos se passaram e cada vez mais fui me envolvendo com a prática educativa e com a psicologia, até que em 11 de março de 1998, após concurso na qualidade de acesso interno, fui transferida para a função de Psicóloga Educacional na mesma Unidade Escolar onde já estava lotada. Atuei como integrante da equipe técnico-pedagógica, intervindo como psicóloga educacional com conhecimento e olhar advindos de minha formação acadêmica, junto a diversas demandas da realidade de uma escola do quarto distrito, zona rural de Duque de Caxias. Participei de ações voltadas ao planejamento e prática pedagógica, projetos com a comunidade escolar, como o “Projeto Família, Primeira Escola da Vida”, palestras e grupos de estudos sobre temáticas diferentes. Foi importante construirmos parcerias com serviços de saúde e assistência, oportunizando avaliação clínica, psicológica e pedagógica, atendimento e encaminhamento de alunos. Em equipe com professores e orientadores foi possível acompanhar de perto o processo educativo, com estratégias voltadas para as necessidades oriundas do corpo discente e docente, desenvolvimento de projetos educativos específicos (em relação, por exemplo, à violência, ao uso de drogas, à gravidez precoce, ao preconceito, entre outros). Pude participar na construção, no acompanhamento e na avaliação da proposta pedagógica da escola. Permaneci na EMSA por 21 (vinte e um) anos.

Em 2008 fui convocada para atuar junto à Equipe de Orientação Educacional da Secretaria de Educação, entre tantas ações e projetos, planejamos e executamos o “Projeto Criando e Recriando” direcionado às creches e Centros de Atendimento à Infância Caxiense (CCAICs). Como reflexo deste projeto evidenciou-se a importância da ludicidade na educação

infantil. Por meio de grupos de estudos e palestras sobre temáticas e desafios da infância, tendo como público alvo os professores especialistas, foi possível abordar a importância da parceria com as famílias dos alunos e enfatizar o brincar como essencial na proposta pedagógica da Educação Infantil.

Em 2009 iniciei como Psicóloga Educacional na Coordenadoria de Educação Especial de Duque de Caxias e atuei como consultora, responsável pelo acompanhamento de creches e CCAICs. No mesmo ano, iniciei como supervisora da Classe Hospitalar do Hospital Infantil Ismélia Silveira, cuja aproximação me possibilitou a pesquisa de mestrado desenvolvida em 2014/2015. Na Coordenadoria de Educação Especial (CEE) iniciei o Programa de Educação Especial para a Educação Infantil e para a Classe Hospitalar, oferecendo formações continuadas e palestras para os profissionais lotados nas Unidades Escolares.

Em 2010, diante de novas propostas da Secretaria de Educação, comecei a fazer parte da Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional (CSOE), com ações voltadas para o Chão da Escola (realidade escolar), atendendo solicitações diversas, oferecendo parceria, conhecimento e acompanhamento às demandas oriundas do universo das Unidades Escolares, onde, atualmente, me encontro lotada. A minha trajetória na rede municipal de educação de Duque de Caxias me acrescentou novas experiências e desafios que dizem respeito à importante parceria entre psicologia e educação.

O início desta parceria em minha trajetória profissional ocorreu em 1998, quando, efetivamente, houve o primeiro contato com a prática da Psicologia Educacional, tema da presente pesquisa. Percebo que o interesse em estudar sobre “Psicologia Educacional” emergiu a partir de dois motivos: (i) formação acadêmica em psicologia com especialização em psicopedagogia clínica e institucional e; (ii) experiência profissional enquanto Psicóloga Educacional.

No primeiro momento, destaca-se, a formação em psicologia e suas significativas contribuições para perceber que as pessoas são diferentes e podem e têm o direito a aprender de diversas formas, em ambientes e contextos diferentes, percorrendo os mais variados caminhos.

A ampliação dos conhecimentos a partir da formação em Psicologia oportunizou novas e importantes reflexões sobre as diferentes maneiras,

tempo, espaço, motivações e qualidade da educação que conduzem o indivíduo a aprender e o quanto o prazer, o brincar e a interação social interferem na qualidade de vida. Destarte a qualidade da educação está relacionada à formação continuada da equipe de docentes, bem como ao planejamento, avaliação, projetos e ações desenvolvidas em prol do ensino-aprendizagem.

No segundo momento, temos a experiência profissional enquanto psicóloga educacional atuando no micro espaço de uma unidade escolar, a EMSA, e no macro espaço da SME. Sem dúvida, estas experiências foram fundamentais como motivação na escolha do objeto de estudo da pesquisa: “Função e Atuação do Psicólogo Educacional no contexto da Educação do Município de Duque de Caxias – RJ”, a qual se constitui enquanto o primeiro estudo desta temática e natureza no município.

A vivência desafiadora na função de supervisora e psicóloga educacional possibilitou uma aproximação cada vez maior com o desejo de estudar e pesquisar sobre o reconhecimento do ser psicólogo diante da rede. A definição do espaço de atuação e da prática do psicólogo educacional diante da rede municipal, seja lotado nas unidades escolares ou na SME, contribui para a articulação e coerência de ações diante das demandas, necessidades e especificidades de cada realidade educacional, bem como para a garantia do direito do aluno e por uma maior qualidade do ensino. No entanto, ainda é necessário o avanço dos estudos acerca da relevância da atuação de psicólogos na educação, com vistas a contribuir com o processo de ensino aprendizagem de qualidade.

É imprescindível ressaltar que todos estes contextos somados com o desejo de ampliar a qualificação acadêmica, foram determinantes para o interesse em investigar sobre a “Função e Atuação do Psicólogo Educacional no contexto da Educação do Município de Duque de Caxias – RJ”. Nessa perspectiva, as experiências acumuladas nos estudos sobre psicologia e educação, por meio da prática profissional e a proposta de investigação aqui apresentada, conduziram a elaborar esta pesquisa.

Esta pesquisa intitulada por “Função e Atuação do Psicólogo Educacional no contexto da Educação do Município de Duque de Caxias – RJ”, teve por objetivo geral refletir sobre o papel do psicólogo educacional no

contexto da rede pública municipal de Duque de Caxias e sobre a relação entre psicologia e educação e sobre os atributos contidos na função e na prática do profissional. Quanto aos objetivos específicos, foi possível indagar a opinião dos profissionais de educação sobre a atuação dos psicólogos na rede municipal; analisar a trajetória histórica dos psicólogos atuantes na rede municipal de educação de Duque de Caxias, desde sua inserção aos dias atuais; estudar e identificar a atuação dos psicólogos educacionais na rede municipal de educação de Duque de Caxias.

A realização deste estudo justifica-se na necessidade de se ampliar o acervo de pesquisas que proporcionem reflexões sobre a atuação do profissional de psicologia na rede municipal, bem como estudos que apontem registros históricos da Psicologia Educacional e as tendências da prática profissional do Psicólogo Educacional no Brasil.

Considerando como pressuposto básico o caráter psicológico da aprendizagem e do desenvolvimento humano ao longo do tempo, objetivou-se através desta pesquisa de campo e discussão teórica abordar a história, atuação e a função do psicólogo educacional no contexto das Unidades Escolares do município de Duque de Caxias.

Essa análise teve como foco e proposta: a investigação sobre a prática dos psicólogos da rede municipal de educação composta por 178 (cento e setenta e oito) Unidades Escolares, constituindo-se assim uma pesquisa histórica sobre a inserção da psicologia no Plano de Carreira da Educação de Duque de Caxias, a partir da realização do e o primeiro concurso para a função de psicólogo educacional da rede municipal.

Como proposta da pesquisa pretendeu-se conhecer os psicólogos educacionais em sua função e atuação. Bem como, a percepção das equipes gestoras das Unidades Escolares sobre a função do profissional de psicologia educacional, bem como o impacto deste na educação do município, sob a ótica de profissionais atuantes em funções de direção escolar.

Estando as Unidades Escolares de Duque de Caxias inseridas num ambiente de significações construídas numa determinada cultura, ou seja, num ambiente social organizado, o processo de construção de conhecimento e desenvolvimento psicossocial deve estar pautado em um planejamento educacional em estratégias de intervenções pedagógicas e psicológicas que

considerem a realidade da comunidade escolar e dos membros que a compõem.

O desenvolvimento cognitivo e psicológico do ser humano não se realiza a margem, mas se pauta nas interações sociais que incluem a família e a escola. Nessa organização social, psicológica e cultural encontram-se as possibilidades de produção de significados que alicerçam os processos de desenvolvimento, aprendizagem e subjetivação dos alunos como seres singulares diante de um contexto coletivo. Nesse contexto educacional, a atuação do psicólogo deve buscar compreender o processo educacional como um todo, inserido num ambiente constituído e atravessado por relações sociais, políticas e econômicas, com características e diversidades relacionadas à realidade escolar e a comunidade local. Diante desta realidade surgem algumas reflexões: (i) É relevante a atuação do psicólogo nas equipes das Unidades Escolares de Duque de Caxias? (ii) Como é compreendido o lugar e a função do profissional de psicologia atuando no âmbito da Educação Municipal de Duque de Caxias? (iii) Em que o profissional de psicologia pode contribuir?

Como estratégia inicial da pesquisa, as equipes gestoras das unidades escolares municipais de Duque de Caxias foram convidadas a participar como sujeitos da pesquisa. Buscamos indagar quais as possíveis contribuições que o profissional de psicologia pode oferecer atuando na educação e compreender se há reconhecimento acerca do “ser psicólogo educacional” na Rede Municipal de Duque de Caxias.

A pesquisa teve como campo delimitado para a realização, a rede de escolas públicas municipais de Duque de Caxias. Neste contexto, a pesquisa veio a possibilitar constatações, documentações, estudos e reflexões que podem provocar mudanças e intervir significativamente e qualitativamente na educação.

O estudo pôde impulsionar a visibilidade sobre a atuação do psicólogo no contexto das unidades de ensino da rede e dos desafios presentes na educação. Através do uso de questionários foi possível abordar todos os 10 (dez) psicólogos educacionais lotados na rede municipal de educação. Pretendeu-se investigar as intervenções que possivelmente ocorrem diante da comunidade escolar, família, alunos, processo de ensino-aprendizagem,

planejamento e equipe de profissionais da escola, indagando: De que maneira a atuação do psicólogo educacional contribui a favor da promoção do respeito nas interações sociais e à valorização da singularidade do aluno frente a estímulos e oportunidades de expressão, criação e experimentação?

Por meio deste estudo investigamos como foco principal a existência ou não de reconhecimento acerca do ser psicólogo na Rede Municipal de Duque de Caxias. O estudo da realidade revelou que há necessidade de que os psicólogos ocupem o seu lugar, devido às possibilidades de contribuições da atuação deste profissional na rede municipal de educação de Duque de Caxias. Entretanto, ocorre ao longo da história uma visão distorcida, como se o profissional tivesse a solução capaz de resolver os problemas que surgem no âmbito escolar, tanto no comportamento do aluno, como nas dificuldades de aprendizagem que muitos alunos apresentam, bem como no contexto mais amplo, enquanto questões referentes ao pedagógico e a comunidade escolar.

Por parte das autoridades do município não observou-se o interesse em abrir concursos para a demanda necessária de profissionais de psicologia para a rede. É real a proporção de 10 (dez) psicólogos educacionais para um total de 178 (cento e setenta e oito) unidades escolares. Houve apenas dois concursos para a função efetiva de psicólogo na educação, o primeiro realizado em 1992, o último concurso realizado em 1995 e não há perspectiva de novos concursos.

Quanto às etapas da pesquisa em termos de conteúdos e conhecimentos construídos, esta foi dividida e organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo consiste nesta breve introdução que tem por objetivo descrever a pesquisa em suas etapas.

No segundo capítulo: “Psicologia Educacional: Concepções Históricas e Práticas” focalizamos um breve recorte do percurso histórico da psicologia educacional e as tendências da prática profissional do Psicólogo Educacional, enquanto serviço oferecido à comunidade escolar. Nossas reflexões caminharam no sentido de abordar o contexto histórico no qual se inscreve a psicologia e a psicologia educacional. Nesse sentido, as ações do passado têm repercussões atuais, sem configurar, no entanto, uma visão determinista da história, porém marcada por transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas.

Frente a essas questões, apontamos o caminho que nos levou à educação e à psicologia e mais especificamente à psicologia educacional a fim de compreender como se dão as interações entre esses dois campos de saber que se interseccionam, as relações de poder, as práticas, os dilemas perante a realidade da educação e os sujeitos que compõem esse cenário privilegiado, que tem por finalidade o desenvolvimento e a aprendizagem humana.

A presença da psicologia na sociedade e em particular, na educação, não se caracteriza somente por contribuições positivas. A história revela que a Psicologia Educacional, no Brasil, por muito tempo, colaborou para a construção de uma escola que obedeceu a uma lógica da exclusão, se caracterizou por classificar e ajustar à escola os alunos com dificuldades escolares. Aos que não se ajustavam à rapidez, eficiência, produtividade e obediência valorizadas pela pedagogia, o envio a classes especiais era a única alternativa para apartar os incapazes do restante do sistema escolar, segundo Patto (1998). No entanto essa prática contribuiu para a segregação de crianças em escolas especiais ou a exclusão de qualquer modalidade de ensino, onde a rotulação e o estigma faziam face a vida dessas crianças, que sem direito ao ensino regular, eram excluídas da sociedade.

Porém, a partir de avanços teóricos e práticos e de uma postura crítica, a psicologia educacional passou a valorizar o contexto relacional, pedagógico, histórico e social no qual as dificuldades se instalam e, atualmente, se caracteriza por uma atuação preventiva e por ações diferenciadas que promovem o desenvolvimento e a aprendizagem dos envolvidos no cotidiano da educação. Nesse contexto, baseando-se em pesquisadores como Japiassu (1979), Mira (1970), Massimi (1990), Schult e Schultz (1992), Anastasi (1965), Soares (1979), Patto (1984), Pessotti (1988), Centofanti (1982), é abordado o percurso histórico e principais marcos da evolução da psicologia e da psicologia educacional.

No terceiro capítulo: “Psicologia Educacional em Duque de Caxias: Lócus de Especificidades” realizamos uma breve contextualização do município de Duque de Caxias; abordamos as características do trabalho do Psicólogo Educacional atuando na rede municipal de ensino, uma realidade plural; analisamos a educação enquanto garantia de “espaço para aprender”; no sentido objetivo e subjetivo, onde oportuniza-se a construção de

conhecimentos e a construção do ser. Assim, reconhecemos a Educação Especial enquanto uma “porta” de entrada do psicólogo na educação municipal; Revelamos o caráter sistêmico do trabalho do Psicólogo Educacional que apresenta uma série de possibilidades e demandas de atuação conforme a realidade e o contexto onde está inserido e, finalmente, pontuamos a necessidade do constante diálogo atento por integração entre Psicologia e Educação, em busca de humanização.

Independente de demandas e especificidades de atuação há sempre uma evidente e constante necessidade de diálogo atento por integração entre psicologia e educação, onde o propósito maior é buscar pelo processo ensino aprendizagem de qualidade onde os envolvidos sintam-se respeitados e partes importantes no processo de humanização.

No quarto capítulo: “Percurso Metodológico, um caminho para o olhar” abordamos o caminho metodológico escolhido para a pesquisa, o olhar investigativo do pesquisador, nesse contexto sujeito, por ser também psicólogo da educação no município de Duque de Caxias. Procuramos compreender a Psicologia Educacional segundo as equipes de Direção Escolar e a Psicologia Educacional, bem como segundo o olhar do Psicólogo Educacional.

Pesquisar educação é olhar para uma realidade socialmente construída e que encontra-se em constante mudança. Neste contexto, buscando conhecer a realidade do presente, após a revelação dos olhares, a análise de dados e conteúdos, e compreensão do entendimento da Psicologia Educacional segundo os sujeitos da pesquisa, foi possível chegar à conclusão do presente estudo. A tese sinalizada foi a de que “se acreditava numa mudança de paradigma em processo” porque esta ainda não se reflete nos documentos da rede.

A pesquisa proporcionou constatações, documentações e estudos que poderão provocar mudanças e intervir significativamente e qualitativamente na educação. A pesquisa possibilitou o acesso a contribuições ao abordar a prática do psicólogo educacional e identificar as possíveis intervenções promovidas, bem como possibilitou, ainda, visibilidade sobre a atuação do psicólogo diante da realidade e dos desafios cotidianos presentes na educação de Duque de Caxias.

2 PSICOLOGIA EDUCACIONAL: CONCEPÇÕES HISTÓRICAS E PRÁTICAS

Ao nos depararmos com uma revisão histórica do processo de desenvolvimento da psicologia como ciência, observamos que a trajetória da Psicologia Educacional foi marcada, inicialmente, por uma visão tradicional e clínica. Esta história esteve voltada aos interesses das esferas dominantes da sociedade, que impulsionavam a produção de conhecimento e a aplicação da psicologia para alguma demanda, como a ampliação da capacidade de controle e produtividade dos seres humanos. Uma prática excludente oriunda do discurso de normal e patológico, face ao poder discriminatório da ideologia dominante.

Constatamos que a presença da psicologia na sociedade e em particular, na educação, não se caracteriza somente por contribuições positivas. A história revela que a Psicologia Educacional, no Brasil, por muito tempo, colaborou para a construção de uma escola que obedeceu a uma lógica da exclusão, se caracterizou por classificar e ajustar à escola os alunos com dificuldades escolares, aplicando o conhecimento da teoria behaviorista ao contexto escolar. Porém, a partir de avanços teóricos e práticos e de uma postura crítica, a psicologia educacional passou a valorizar o contexto relacional, pedagógico, histórico e social no qual as dificuldades se instalam e atualmente se caracteriza por uma atuação preventiva e transformadora, e por ações diferenciadas que promovam o desenvolvimento e a aprendizagem dos envolvidos no cotidiano da educação.

2.1 Psicologia e Educação no Brasil

A partir de estudos e análises bibliográficas, construiu-se um recorte do percurso da psicologia baseado em referenciais e marcos teóricos significativos ao contexto de conhecimento e ao desenvolvimento dos saberes científicos ao longo da história. A psicologia, como campo de saber científico e profissional reconhecida legalmente, bem como no âmbito da educação, surgiu inicialmente no Brasil como uma espécie de profissão com o poder de resolver problemas, visão que ainda perdura em diversos contextos em plena contemporaneidade (FRANCHINI & PONTEL, 2012).

Quanto ao processo histórico de desenvolvimento e inserção da psicologia no Brasil, até o início do século XIX não havia uma prática definida ou um conhecimento científico psicológico estabelecido. Segundo Pessotti (1988), havia um evidente interesse da elite brasileira pela produção e aplicação de saberes psicológicos. Após a chegada da Família Real no Brasil, em 1808 e a proclamação da Independência em 1822 foram criadas instituições de ensino superior que favoreceram o avanço das pesquisas e construção de conhecimento, como a faculdade de medicina na Bahia e no Rio de Janeiro em 1833.

Durante o período compreendido entre a criação das faculdades de medicina no Rio de Janeiro (1833) e o final do século XIX (1890) não havia ainda nenhuma sistematização ou institucionalização do conhecimento psicológico. Os médicos apresentavam interesse em abordar conhecimentos relacionados à Psicologia, bem como a aplicação destes aos problemas sociais, como na Higiene Mental e Psiquiatria Forense. Segundo Pessotti (1988), os estudos desenvolvidos no Rio de Janeiro estavam voltados para a neuropsiquiatria, neurologia e psicologia experimental. Estudos estes fundamentados em saberes caracterizados pela mensuração e classificação de comportamentos. A organização de periódicos e estudos sobre saúde significava avanços de conhecimentos.

Esses textos coloniais versam explicitamente sobre política, teologia, medicina, pedagogia, moral e outros assuntos, mas tratam de questões como métodos de ensino, controle das emoções, causas da loucura, diferenças de comportamentos entre sexos e raças, controle político, formação da juventude, persuasão dos selvagens, condições do conhecimento, percepção, etc. São temas que compõem o pensamento da elite cultural da época colonial a respeito de assuntos que hoje constituíram áreas convencionais da Psicologia como aprendizagem, processos cognitivos, personalidade, percepção, desenvolvimento, psicodinâmica, psicopatologia, etc. (PESSOTTI, 1988, p. 18).

Para Massimi (1990), a psicologia, dessa época era composta por uma série de discursos sobre a subjetividade ou o comportamento humano presentes em diferentes áreas de saber como a filosofia, a medicina, a pedagogia e a teologia. Os temas pertinentes à psicologia eram abordados em

diferentes campos de conhecimento como os filosóficos no direito, os fisiológicos na medicina, além dos incorporados pela pedagogia e teologia. A Igreja e a medicina utilizavam os saberes e conhecimentos da psicologia para ideologias e práticas. Segundo Massini (1990), a medicina incorporava a psicologia como parte de seu próprio conhecimento,

os saberes psicológicos se tornaram palco de um conflito entre esses poderes; de um lado, sustentado pela filosofia – vinculada ao poder ainda soberano; de outro, pela medicina, que procura angariar forças e conhecimentos suficientes para fazer ruir as antigas formas de dominação (ALBERTI, 1999, p. 239).

A história do início da psicologia enquanto profissão no Brasil exige um entendimento do que estava acontecendo a nível internacional. Segundo Schult e Schultz (1992), no final do século XIX, em pleno positivismo, se iniciam os estudos da psicologia científica na busca de estudos semelhantes à fisiologia e à física, tal iniciativa culminou na fundação do primeiro laboratório de psicologia experimental na Universidade de Leipzig, na Alemanha, em 1879, por Wilhelm Wundt. Este laboratório representou uma estratégia de transformação da psicologia em uma ciência autônoma, possibilitando estudos dos processos de consciência humana e sensações. Segundo Anastasi (1965) tais estudos se propunham a investigar fenômenos sensoriais, como visão, audição e o tempo de reação.

Na França do século XIX, conforme relato da referida autora, os testes psicológicos já eram utilizados pelo psiquiatra Kraepelin, mas foi somente no século XX que surgiu o interesse por “desvios” e “erros” como resultados de testes de inteligência. Em 1905, na França, foi desenvolvida a primeira escala de inteligência, chamada Binnet-Simon, usada para avaliar os componentes da inteligência, como o julgamento, a compreensão, o raciocínio e a idade mental do indivíduo. Posteriormente, nos Estados Unidos, surgiram várias revisões da escala Binnet-Simon, até a criação, na Universidade de Stanford, da Escala Stanford Binet, introduzido o conceito de Quociente de Inteligência (Q.I.), difundido por todo o mundo.

Essa busca por cientificidade através da avaliação e mensuração do comportamento humano, da educação “conteudista” e dos avanços da

medicina ocorreram mudanças que favoreceram o início da psicologia no Brasil. Relativo à instituição, a psicologia se aproximou a princípio da educação. Segundo Soares (1979), a Reforma Benjamim Constant, ocorrida em 1890, incorporou a disciplina de psicologia nos currículos das Escolas Normais o que contribuiu para o desenvolvimento da profissão, pois deu início ao processo de institucionalização da psicologia no Brasil. Guiado pela tendência internacional, foi criado no *Pedagogium*¹, em 1906, o primeiro Laboratório de Psicologia Experimental no Brasil (LOURENÇO FILHO, 1994; PENNA, 1992). A inclusão da disciplina de Psicologia na formação da professora normalista (1890) e a criação do primeiro laboratório experimental em educação (1906) são registros do processo de profissionalização da psicologia no Brasil quanto à aquisição de status científico.

A psicologia experimental, recém-constituída, parece oferecer à pedagogia o método objetivo para o conhecimento do homem e de seu processo evolutivo, substituindo-se ao método empírico ou filosófico da tradição anterior (MASSIMI, 1990, p. 70).

A interpretação do interesse da medicina pela psicologia estava bastante clara desde o século XIX, porém este se consolidou em 1923 com a criação do laboratório de psicologia experimental dentro da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, dirigida por Gustavo Riedel. Este foi determinante para o processo de profissionalização da psicologia no Brasil. Para Penna (1992), esse laboratório, coordenado por Wacław Radecki, oferecia vários cursos e realizava pesquisas, auxiliando a formação dos profissionais tanto de pedagogia como de psicologia (LOURENÇO FILHO, 1994; PENNA, 1992). No laboratório, os temas mais comuns de estudo eram os processos de inteligência, motivação, atividades sensoriais, entre outros, além da realização de testagem e psicoterapia. Este laboratório, em 1934, foi incorporado ao Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (MASSIMI, 1990).

¹ Museu Pedagógico fundado em 1890. O *Pedagogium* foi extinto em 1919 por Decreto Municipal, sendo que posteriormente (1932) foi substituído pelo INP (Instituto Nacional de Pedagogia), que em 1972 recebeu a denominação de INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), no entanto, todo seu patrimônio foi doado à Escola Normal (atualmente ISERJ – Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro). BRASIL, Câmara dos Deputados. Decreto nº 667, de 6 de Agosto de 1890.

No século XX, a medicina, em suas práticas mensurativas, classificatórias e adaptativas, exercia influência determinante sobre a psicologia. De uma maneira geral, ambas, medicina e psicologia acompanhavam a lógica da filosofia positivista predominante naquela época. Em 1932, o Decreto-Lei nº 21.173 transformou o Laboratório da Colônia de Psicopatas no Instituto de Psicologia da Secretaria de Estado de Educação e Saúde Pública. Ao instituto caberia realizar pesquisas científicas, ser um centro de aplicação e uma escola superior de psicologia, mesmo que esta fosse entendida como pertencentes à medicina.

Porém, segundo Centofanti (1982), a pressão dos médicos e de católicos, bem como a falta de recursos financeiros para investimento e manutenção são algumas das explicações para o rápido fechamento do instituto com menos de um ano de funcionamento. Em 1937, o instituto foi reaberto e incorporado à Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1939, estabeleceram neste espaço as seguintes cátedras: Psicologia Geral, no Departamento de Filosofia; Psicologia Educacional, no Departamento de Pedagogia; e Psicologia Aplicada, na Escola Nacional de Educação Física e Desportos (PENNA, 1992).

Durante a década de 1930, segundo autores como Pessotti (1988), Massimi (1990) e Centofanti (1982), a psicologia conquistando cada vez mais espaço dentro das instituições universitárias, com atuação na formação de outros profissionais. Em 1934, foi iniciada a disciplina de Psicologia Geral, na Faculdade de Filosofia, da Universidade de São Paulo, tornando-se obrigatória durante os três anos dos cursos de Filosofia, Ciências Sociais e Pedagogia e em todos os cursos de licenciatura (PESSOTI, 1988). Segundo Pessotti, “nesse período, a psicologia passa a ter um desenvolvimento autônomo desvinculado da utilização médica e virtualmente independente da aplicação escolar” (1988, p. 26). Estas conquistas correspondem, portanto, a um passo fundamental para a valorização e avanço da psicologia.

Nos anos 1940 e 1950, a Portaria 272, referente ao Decreto-Lei 9092, de 1946, institucionalizou, pela primeira vez na história do Brasil, a formação profissional do psicólogo (SOARES, 1979). O psicólogo habilitado legalmente deveria se matricular e frequentar os três primeiros anos de filosofia, biologia, fisiologia, antropologia ou estatística e fazer então os cursos especializados de

psicologia. Com a formação e certificação dos denominados especialistas em psicologia iniciou-se oficialmente o exercício da profissão de Psicologia.

A formação profissional do psicólogo, como hoje está configurada em curso de graduação, em estabelecimento de nível superior e com currículo essencialmente pertencente à psicologia, foi iniciada em 1957, tanto no Estado do Rio de Janeiro quanto em São Paulo. A psicologia termina a década de 1950 como detentora de uma formação profissional. No dia 27 de agosto de 1962 foi aprovada a Lei nº 4.119, que regulamentou a profissão de psicólogo. Também foi emitido em 1950 o Parecer 403 do Conselho Federal de Educação, que estabeleceu o currículo mínimo e o tempo de duração do curso universitário de psicologia. Em 1966 foi iniciado o primeiro curso de mestrado e em 1974, o de doutorado (BIAGGIO & GRINDER, 1992). Assim, a profissão legitimou-se academicamente para continuar em busca de avanços e pelo domínio de segmentos importantes do mercado de trabalho.

Em termos de mercado de trabalho, a partir das décadas de 1940 e 1950, o psicólogo passou a atuar, cada vez mais, nas áreas de Educação e do Trabalho (ESCH & JACÓ-VILELA, 2001). O processo de industrialização, sobretudo no governo de Getúlio Vargas, abriu um novo espaço no mercado de trabalho para a psicologia. Por essa razão, cresceu a demanda por classificação, seleção, e recrutamento de pessoal para a atuação profissional (PEREIRA & PEREIRA NETO, 2003). Segundo Rosas, Rosas e Xavier (1988), a criação dos cursos de Psicologia e a regulamentação da profissão de psicólogo foram acontecimentos decisivos, determinantes para a ampliação do mercado nas capitais e a extensão de sua área e campos de intervenção.

A prática da psicologia se amplia aos poucos e algumas intervenções são necessárias para permitir continuar avançando em busca de estabelecer o campo de atuação. Além do levantamento e cadastro dos profissionais que já exerciam a atividade de psicólogo antes da regulamentação da profissão, era necessário definir as funções desses profissionais. Uma observação do Decreto nº 53.464 de 21 de janeiro de 1964, permite constatar que essas funções legais deram ao psicólogo a possibilidade de trabalhar em diferentes campos, como a clínica, a escola, o trabalho, a área acadêmica e a jurídica. Isso representou um amplo leque de alternativas no mercado de trabalho, que gerou, ao mesmo tempo, disputas com outras atividades profissionais em

diferentes ramos do conhecimento e atividades. Funções do psicólogo segundo o Decreto nº 53.464:

Art. 4º - São funções do psicólogo: 1) Utilizar métodos e técnicas psicológicas com o objetivo de: a) diagnóstico psicológico; b) orientação e seleção profissional; c) orientação psicopedagógica; d) solução de problemas de ajustamento. 2) Dirigir serviços de Psicologia em órgãos e estabelecimentos públicos, autárquicos, paraestatais, de economia mista e particulares. 3) Ensinar as cadeiras ou disciplinas de Psicologia nos vários níveis de ensino, observadas as demais exigências da legislação em vigor. 4) Supervisionar profissionais e alunos em trabalhos teóricos e práticos de Psicologia. 5) Assessorar, tecnicamente, órgãos e estabelecimentos públicos, autárquicos, paraestatais, de economia mista e particulares. 6) Realizar perícias e emitir pareceres sobre a matéria de Psicologia (BRASIL, 1964).

Avanços da psicologia ocorrem ao longo do tempo, porém, ainda carecia ao psicólogo organizar-se em conselhos profissionais e criar um Código de Ética. Em 1971 foi promulgada a Lei nº 5.766 de 20 de dezembro, a qual criou os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia. A função oficial dos conselhos era “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe” (BRASIL, 1971). O primeiro Código de Ética dos psicólogos foi criado em 1975, através da Resolução nº 8, de 02 de fevereiro, do Conselho Federal de Psicologia. Um ano depois esse código foi revisto. Em 1977, o segundo Conselho Federal (1976-1979) fixou normas de orientação e fiscalização do exercício profissional de psicólogo.

A psicologia progrediu e conseguiu, em meados dos anos 1970, todos os requisitos necessários para ser considerada e reconhecida como uma profissão: conhecimento pouco acessível e institucionalizado, mercado de trabalho formalmente assegurado e auto-regulação, instituída em conselhos e códigos de ética. Porém, foi somente no ano de 1975 que foi assinalado o fim do processo de profissionalização da psicologia no Brasil. (CFP, 1979)

Em 1990 foi criada a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), com a finalidade de buscar o reconhecimento legal do psicólogo nas instituições de ensino, estimular e divulgar pesquisas nesta área, oferecer esclarecimentos e atualizar os psicólogos e incentivar a melhoria dos serviços prestados por estes profissionais. A fundação da ABRAPEE

representou avanço e contribuições significativas nas discussões e reflexões acerca da identidade do psicólogo que atua na educação, dos conhecimentos psicológicos que se aplicam à área e das possibilidades de atuação e intervenções no contexto educacional (CASSINS, 2007).

Outra grande contribuição para o avanço da psicologia surgiu em 1990 quando foi fundada a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), a qual proporcionou estudos e reflexões acerca da atuação em psicologia escolar por meio do Grupo de Trabalho (GT) de Psicologia Escolar: pesquisa, formação e prática, que investiga e produz reflexões teóricas e interventivas acerca da psicologia escolar (YAMAMOTO & COSTA, 2009).

A publicação de pesquisas realizadas pela ABRAPEE e pela ANPEPP, e ainda de outros trabalhos, explicitou a insatisfação e inconformismo com práticas psicológicas discriminatórias e individualizantes no contexto escolar (Almeida, 2002; Cruces, 2006; Kupfer, 2004; Patto, 1999; Senna & Almeida, 2005; Souza, 2004). Dessa forma, torna-se evidente a necessidade de se buscar mudanças, rever concepções e procedimentos, precisa-se refletir e transformar a prática, a forma como o psicólogo escolar atuava, então, baseada em um modelo clínico, que, segundo Souza:

[...] é o reflexo de uma visão de mundo que explica a realidade a partir de estruturas psíquicas e nega as influências e/ou determinações das relações institucionais e sociais sobre o psiquismo, encobrindo as arbitrariedades, os estereótipos e preconceitos de que as crianças das classes populares são vítimas no processo educacional e social (SOUZA, 2004, p.35).

As demandas escolares até então, eram apresentadas com a centralidade nos alunos e já continham uma expectativa de intervenção voltada para o psicodiagnóstico ou atendimento individualizado, a solução acreditava-se ser da psicologia. De outro lado também se ampliavam na literatura publicações que apontam atualmente para a ineficiência do modelo clínico no contexto educacional, e sobre a importância de avaliar as demandas com uma visão sistêmica, associando reflexões sobre novos modelos de intervenção.

2.2 O psicólogo e a educação: Função e Atuação

A definição dos termos quando colocamos uma questão é essencial para o avanço da compreensão sobre o estudo realizado. As diferenças e semelhanças entre o que se denomina por Psicologia da Educação e Psicologia Escolar têm sido objeto de vários conflitos de conceituação e terminologia, portanto optamos por demarcar nosso objeto de pesquisa através de algumas considerações.

A Educação é um campo amplo de estudos e aplicações e a psicologia contribui neste contexto, porém em se tratando de Psicologia da Educação, optamos por considerar a Psicologia que se faz em meios educacionais. Mialaret (1999) admite que praticamente todos os capítulos da Psicologia podem ser aplicados à Educação. De acordo com Andrada:

O psicólogo educacional precisa criar um espaço para escutar as demandas da escola e pensar maneiras de lidar com situações que são cotidianas. Precisa criar formas de reflexão dentro da escola, com todos os sujeitos (alunos, professores e especialistas) para que se possa trabalhar com suas relações e paradigmas (ANDRADA, 2011, p.196).

A denominação Psicologia da Educação possibilita estabelecer especificidades e limites conceituais e um amplo campo de atuação que é determinada pela análise psicológica dos processos educativos. A psicologia educacional integra em sua prática e ações a multiplicidade dos componentes das situações educacionais, em especial a escola. Neste contexto, a Psicologia que se faz na escola é denominada por muitos como Psicologia Escolar, porém designada também como Psicologia Educacional. Nesta pesquisa, consideramos Psicologia Educacional e Psicologia Escolar como equivalentes, sendo a primeira mais abrangente que a segunda. Reconhecemos a práxis do psicólogo educacional, seja na escola ou em outro contexto como caracterizada por diversas alternativas de ações, intervenções e atividades, com múltiplos instrumentos e ingerência diante da pluralidade presente na realidade do campo da educação. Novaes com relação a atuação do psicólogo na educação diz que:

Cabe ao psicólogo escolar a aplicação dos princípios da psicologia da aprendizagem, da motivação, do desenvolvimento e do ajustamento para o estudo do comportamento da criança escolar e do seu meio educacional com o objetivo de facilitar a aprendizagem e o desenvolvimento humano através de prevenção, identificação, avaliação e reeducação dos problemas educacionais nos diversos níveis de escolaridade (NOVAES, 1972, p.26).

A Psicologia Escolar não deve ser reduzida a exclusivamente uma área de aplicação, o psicólogo presente em unidades escolares, necessita identificar o contexto onde atua como sendo um meio educacional e também de pesquisa. O psicólogo atuando na escola pode e deve contribuir para o avanço dos conhecimentos no campo da aprendizagem, da psicologia e da educação e mais especificamente dos vários fenômenos e atores próprios à instituição escolar, como alunos, professores e família. “Psicologia Educacional lida com as relações na educação, pode ser numa escola ou em todos os lugares onde as pessoas estão aprendendo e ensinando, ou tratando de coisas de educação” (VIANA, 2006, p. 133).

Na contemporaneidade, parece-nos imprescindível ampliar o campo de ação, já não é aceitável retroceder a posicionamentos radicais que limitam a ação do psicólogo escolar às práticas sobre alunos com dificuldade de aprendizagem. A Psicologia Educacional convive com paradigmas diversos inspirados por diferentes concepções do real e a práxis da Psicologia Educacional/Escolar defronta-se, constantemente, com o desafio de múltiplas escolhas inspiradas pelas diferenças e pelas especificidades das Ciências Sociais emergentes no século XIX (MALUF, 1999, p.19). O trabalho do psicólogo educacional tem como referência o documento para a atuação básica elaborado pelo Conselho Federal de Psicologia:

Almejamos um projeto educacional que vise coletivizar práticas de formação e de qualidade para todos; que lute pela valorização do trabalho do professor e constitua relações escolares democráticas, que enfrente os processos de medicalização, patologização e judicialização da vida de educadores e estudantes; que lute por políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento de todos e todas, trabalhando na direção da superação dos processos de exclusão e estigmatização social (CFP, 2013, p. 32).

Na concepção de Santos (1988, 1989, 2000), novos conhecimentos emergem no panorama atual das ciências relacionadas às mudanças nos modos de organizar as sociedades. A compreensão do campo educacional em sua especificidade multifacetada, composto de uma diversidade de fatores sociais, culturais, psicológicos, pedagógicos, se revela como uma necessidade para o psicólogo que pesquisa e que desenvolve práticas profissionais no campo educacional. Contudo, como lembra Luna, a complexidade, no caso da Educação, decorre particularmente de sua transdisciplinaridade, uma vez que,

Se o fenômeno é transdisciplinar e o pesquisador é limitado à sua competência (relativamente) específica, só haverá crescimento se sua análise puder ser contraposta à de outros profissionais que tenham estudado a questão do ponto de vista da competência de cada um deles (LUNA, 1999, p. 47).

A educação não é uma conduta, é um empreendimento humano. Enquanto empreendimento, ela é um campo de pesquisas científicas de diferentes ordens: etnológica, sociológica, econômica, histórica, demográfica e psicológica. Não constitui, assim, *a priori* um objeto de estudo definido pelo psicólogo como o funcionamento cognitivo ou o inconsciente. Constitui um contexto da atividade humana que a investigação psicológica pode e deve intervir enquanto possibilidade de atuação em processos de mudanças sistemáticos e por estudar a interação educativa. Mas a preocupação pelo estudo das mudanças individuais torna-se essencialmente interligado ao estudo das situações e interações que contribuem para a construção dos indivíduos coletivamente. A educação, campo de atuação do psicólogo ocorre através de encontro onde

A escola é um local privilegiado de encontro, de interlocução, de questionamento, de construção e transformação do conhecimento. Conhecimento não só nos livros, mas nas experiências de cada um. Encontro não só de saberes, mas principalmente de pessoas, nas suas diversidades e nas suas riquezas pessoais e culturais. Um contato amoroso entre seres que preenchem a vida (ABED, 2002, p. 23).

As mudanças através da educação interagem com os outros tipos de mudanças que ocorrem na sociedade, o conhecimento destas últimas é indispensável em psicologia da educação. É necessário considerar o macro

sistema interativo, o coletivo para a explicação das mudanças individuais através da educação. A psicologia da educação estuda processos que ocorrem não em um “vácuo social”, mas tem como pano de fundo relações sociais, em contextos situacionais dotados de significado social. E isto pode explicar os comportamentos e funcionamentos dos sujeitos em interação educativa, bem como a preocupação dos psicólogos educacionais com a descontextualização sucessiva dos saberes, do saber erudito ao saber proposto pela escola; pela representação dos conteúdos de matemática, pela representação das crianças sobre a aprendizagem da leitura; pelas representações e aprendizagens recíprocas professor-aluno. “Por vezes, as mesmas deficiências que interferem na leitura, na escrita e na aritmética interferem na prática de desporto e em outras atividades, na vida familiar e no relacionamento com os amigos” (DOMINGOS, 2007, p. 9).

A psicologia da educação está pautada em um estatuto muito importante no seio da psicologia: a educabilidade do ser humano. Este ser inacabado quando nasce é chamado a tornar-se um indivíduo com funcionamento psicológico complexo graças a extrema plasticidade das suas possibilidades de adaptação. A construção progressiva do psiquismo sob a influência conjunta e interativa de fatores biológicos, de maturação orgânica, do meio, da prática, faz intervir desde o nascimento influências educativas, estimulações sociais sistemáticas e específicas. Pautada na psicologia, Marti (1996) considera importante como diretrizes educacionais:

outorgar ao aluno um papel central em suas aprendizagens, aceitar que o processo de aprendizagem é um processo reconstrutivo, lento, no qual o aluno deve carregar o peso da atribuição de significados, pensar que o processo de equilíbrio é essencial em qualquer construção de conhecimentos, defender que o ensino deve favorecer as situações nas quais ocorra essa aprendizagem significativa e que não deve ser um processo mecânico e repetitivo, etc (MARTI, 1996, p. 23).

Sendo a educação fonte principal de mudança no homem, visto que interfere para a aprendizagem e o desenvolvimento, a educação deve manter-se dedicada à construção ininterrupta das características gerais e individuais do ser humano. E essa construção do humano está relacionada também às

mudanças históricas e sociais que revelam a trajetória da Psicologia enquanto ciência e profissão.

A história e trajetória de atuação do psicólogo atuando na educação, no Brasil, possuem um desenvolvimento que revela os caminhos da psicologia como ciência e profissão. São mudanças sociais e políticas que interferem na concepção de homem, que necessita aprender para desempenhar atividades impostas pelo desenvolvimento econômico e pela industrialização, pelo mercado de trabalho. Na década de 1970 surge a denominada Psicologia "do" Escolar, que se interessava, especialmente pelos escolares. O enfoque dos primeiros profissionais de psicologia educacional e escolar, como prática, centrava-se, principalmente, naqueles que não aprendiam, que não se alfabetizavam e que não aceitavam as regras escolares.

Vale lembrar que, as relações entre Psicologia e Educação foram, nesse momento, ao mesmo tempo polêmicas e de ricas possibilidades, pois, de um lado, o reconhecimento psicológico estava incorporado aos diferentes aspectos da Pedagogia e à prática profissional dos educadores, e por outro lado, a atuação específica do psicólogo na escola estava calcada numa perspectiva clínica, ocupando-se do atendimento individual de "crianças com problemas de aprendizagem" fora da sala de aula (ANTUNES, 2003, p. 164).

A partir de 1980 surgem questionamentos e reflexões sobre esse modelo de entendimento das dificuldades escolares que tinha como causa fatores oriundos do próprio aluno que não aprendia. A ampliação do conceito de dificuldades escolares passa a interferir nas intervenções da psicologia educacional e escolar. Patto (1987) definiu o conceito de "fracasso escolar", o qual desconstruiu a concepção sobre os alunos que não aprendem, ampliando o entendimento para as questões que se articulam nas políticas educacionais e no cotidiano escolar. De acordo com essa perspectiva o fracasso escolar é *produto da escola* e por isto, não pode ser tratado como um fenômeno individual e descontextualizado das relações institucionais, pedagógicas, sociais e culturais. Porém, segundo Charlot não existe um objeto chamado "fracasso escolar":

O "fracasso escolar" não existe; o que existe são alunos fracassados, situações de fracasso, histórias escolares que terminam mal. Esses alunos, essas situações, essas histórias é que devem ser analisados, e não algum objeto misterioso, ou

algum vírus resistente, chamado “fracasso escolar” (CHARLOT, 2000, p. 16).

A psicologia educacional tem a função de em sua prática buscar promover a humanização através do aprofundamento teórico sobre temas como fracasso escolar, queixas escolares, desenvolvimento humano, indisciplina, violência, afetividade, aprendizagem etc. Humanização no sentido de possibilitar a apropriação dos conhecimentos produzidos pela psicologia para compreender e intervir diante dos fenômenos escolares, desenvolvimento e aprendizagem humana. Esta proposta por humanização deve estar contida no projeto político pedagógico da escola, com ênfase no trabalho interdisciplinar e na dimensão psicológica do aprender, afinal

As escolas desenvolvem sua prática a partir de um projeto político-pedagógico. A dimensão política do projeto pedagógico refere-se a valores e metas que permeiam o conjunto de práticas na escola. É função da (o) psicóloga (o) participar do trabalho de elaboração, avaliação e reformulação do projeto, destacando a dimensão psicológica ou subjetiva da realidade escolar. Isso permite sua inserção no conjunto das ações desenvolvidas pelos profissionais da escola e reafirma seu compromisso com o trabalho interdisciplinar (CFP, 2013, p. 54).

Porém, refletindo sobre o contexto social e cultural, observa-se que a escola que deveria ser um lugar de humanização, de aprendizagens, de surgimento de novas possibilidades e avanços, muitas vezes se mostra como um espaço de depreciação, desmotivação, humilhação e desrespeito. A descontextualização dos conteúdos escolares que não representam significados inerentes à vida do aluno são representativos de desmotivação e dificuldades de aprendizagem e de adaptação ao espaço que é visto como estranho e hostil pela criança que ingressa na escola. Em relação à prática da psicologia educacional brasileira frente às dificuldades escolares, Souza afirma que:

As explicações psicológicas para as dificuldades escolares consideram que muitas delas tornam-se evidentes no momento de ingresso da criança na escola – tanto pelas habilidades psicomotoras que exige, quanto pela tarefa de adaptação a um ambiente novo, que difere profundamente do ambiente familiar. A criança seria portadora de dificuldades emocionais e conflitos internos que se revelam ao entrar em contato com um ambiente desafiador e hostil, como o escolar (SOUZA, 1997, p. 25).

Quando é levado em consideração apenas o comportamento da criança sem buscar as causas e fatores imbricados no não aprender, há a manutenção da responsabilidade sobre o próprio aluno e estigmatização da queixa. O não aprender centrado no aluno, em sua personalidade e características, é tratado através de medicamentos e encaminhamentos para terapias. Muitos encaminhamentos não são fundamentados, podendo ocorrer o que os autores chamam de “medicalização” e “psicologização” do fracasso escolar:

Muitas vezes se observa que diagnósticos que encaixem a criança em algum transtorno neurológico ou psiquiátrico funcionam como pretexto para que as pessoas que a cercam se eximam de responsabilidade sobre seu desenvolvimento ou melhora, sobretudo se o diagnóstico vier acompanhado do qualificativo “crônico” ou “sem cura”. É como se, pelo fato de a criança apresentar algum comprometimento, ao qual se atribui um nome, colocasse sobre ela toda a responsabilidade das inadequações e fracassos e liberasse os que com ela interagem de proverem contingências mais adequadas para o seu desenvolvimento (exceto, talvez, iniciar tratamento medicamentoso). Entendido desta forma, o rótulo acaba contribuindo mais para que o problema persista ou se agrave do que para que seja minimizado (OLIVEIRA, 1993; LINHARES *et. al*, 1993., p. 310).

A Psicologia da Educação é ao mesmo tempo uma ciência psicológica e uma ciência da educação, que dispõe do seu objeto específico e usa métodos específicos da psicologia aplicados ao campo pedagógico (BARROS & BARROS, 1996). No que se refere a atuação do psicólogo educacional em sua origem, as pesquisas e teorias psicológicas empenhavam-se por encontrar no aluno, em sua personalidade, desenvolvimento intelectual e organismo a causa para as dificuldades e o não aprender na escola. Essa atuação do psicólogo na educação era caracterizada pela elaboração de diagnósticos e pelo uso da psicometria no tratamento das crianças-problema.

A bibliografia disponível nos indica que a Psicologia, enquanto instrumento aplicado às práticas educacionais, se origina justamente no final do século XIX, com o empenho dos educadores e cientistas do comportamento em classificarem crianças com dificuldades escolares e proporem às mesmas métodos especiais de educação, a fim de ajustá-las aos padrões de normalidade definidos pela sociedade (YAZLLE, 1997, p.15).

Em plena contemporaneidade o tema “psicólogo educacional” vem sendo objeto de múltiplos questionamentos, críticas que têm sua origem nas raízes da psicologia. Há críticas radicais às práticas profissionais do psicólogo educacional, chegando-se a excluir a possibilidade de que esse profissional possa de fato contribuir para a solução dos problemas que enfrenta o sistema educacional brasileiro. Outros depositam no profissional de psicologia a solução para todos os dilemas da educação de forma fantasiosa. Antunes aborda as críticas e o reducionismo com relação a psicologia educacional

Uma das consequências apontadas por essas críticas era a desconsideração dos determinantes de natureza social, cultural, econômica e, sobretudo, pedagógica; daí falar-se em reducionismo. Alguns psicólogos escolares e pesquisadores da área começaram, nessa época, a elaborar uma crítica radical à Psicologia Escolar e Educacional, com base em argumentos semelhantes aos apontados por pedagogos e educadores em geral. De um lado, criticava-se a já apontada hipertrofia da Psicologia na Educação e o reducionismo dos fatores educacionais e pedagógicos às interpretações psicologizantes. Por outro lado, enfocando mais especificamente a prática da Psicologia Escolar e aprofundando a crítica a seu modo de ação, avançavam para a demonstração de que o enquadramento clínico-terapêutico baseava-se num modelo médico, estranho às determinações pedagógicas, que tendia a patologizar e individualizar o processo educativo, distanciando-se da compreensão efetiva dos determinantes desse processo e desconsiderando ações então denominadas preventivas, que deveriam voltar-se para as condições mais propriamente pedagógicas, de forma a atuar mais coletivamente, com base naquilo que hoje seria denominado interdisciplinaridade, com os demais profissionais da educação e da escola (ANTUNES, 2007, p. 9).

No que se refere à atuação do psicólogo no campo educacional, com o avanço epistemológico e a construção de uma abordagem crítica diante do meio social, esta revelou um compromisso do psicólogo com as finalidades da Educação, com as políticas públicas sociais, questionando as explicações clássicas que centram na criança as causas do não-aprender na escola. Neste contexto, a atuação do psicólogo é contribuir para uma Educação não discriminatória e sim participativa e democrática

Portanto, a finalidade da atuação da (o) psicóloga (o) na Educação deve se pautar no compromisso com a luta por uma escola democrática, de qualidade, que garanta os direitos de

cidadania a crianças, jovens e profissionais da Educação. Esse compromisso é político e envolve a construção de uma escola participativa, que possa se apropriar dos conflitos nela existentes através da implicação de todos os seus atores (CFP, 2013, p. 72).

Embora existam complexas relações entre o conhecimento psicológico, a teoria e a prática educacionais, a Psicologia da Educação tem um estatuto disciplinar autônomo. Cruz afirma que em relação ao papel do psicólogo que atua na educação existe a necessidade de uma intervenção multidisciplinar, já pontuada em estudos anteriores, como podemos observar a seguir

Existe uma necessidade de redimensionar o papel que o psicólogo escolar desenvolve dentro da escola, pois o psicólogo deve buscar contribuições para análise e intervenção multidisciplinar dos fenômenos que envolvem sala de aula e o processo de construção do conhecimento. [...] a intervir nas dificuldades escolares, o psicólogo deverá avaliar as condições sócio-pedagógicas destas, assim como as condições individuais, subjetivas e familiares do sujeito-aluno que expressa, pela via do não aprender, o sintoma individual e social do fracasso escolar (CRUZ, 2008, p.8).

A educação e o ensino podem melhorar sensivelmente com a utilização adequada dos conhecimentos psicológicos (COLL, MARCHESI, PALÁCIOS & COLS, 2004). Este avanço necessário da psicologia tem sido conquistado também através dos direitos garantidos por lei. É o que representa a Lei 13.935/2019, promulgada pelo governo federal em 11 de dezembro de 2019 e publicada no *Diário Oficial da União (DOU)* em 12 de dezembro de 2019. As redes públicas de educação básica deverão contar com serviços de psicologia e de serviço social para atender as necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do parágrafo 5º do art. 66 da Constituição Federal, a seguinte Lei: Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais. (DOU, 12/12/2019 | Edição: 240 | Seção: 1 | Página: 7)

3.0 PSICOLOGIA EDUCACIONAL EM DUQUE DE CAXIAS: LÓCUS DE ESPECIFICIDADES

Nesta época, pleno ano de 2019, marcada pela transitoriedade, pela busca de novos sentidos e novas práticas que sejam mais próximas das necessidades pertinentes a realidade da educação de Duque de Caxias e das características históricas e culturais da condição humana. Realidade marcada pela pluralidade cultural, étnica, política, científica e que está em constante transição. Um panorama de contradições, de avanços da tecnociência e da disseminação da violência social e econômica; de produção de riqueza e crescimento da miséria. Há, pois, urgência por inovações constantes para o enfrentamento dos diversos desafios que surgem no contexto da educação municipal.

Nesse cenário que se reconstrói permanentemente, produzindo novas exigências, desejos, utopias e projetos, encontra-se o psicólogo educacional. Atuando em busca de mudanças significativas por uma educação mais humanizada que priorize práticas pedagógicas que considerem as diferenças socioculturais e cognitivas do aluno por seu desenvolvimento integral. Porém, tais mudanças ocorrem com diferentes trajetórias tendo em vista que as forças constitutivas do município, responsáveis pelas políticas públicas e avanços dos serviços para população caxiense, ditam os ritmos e os rumos das transformações.

3.1 Educação Municipal, uma realidade plural

O município de Duque de Caxias situa-se na periferia do Rio de Janeiro, chamada de Baixada Fluminense. Está localizado a 21 km da capital, no centro-oeste da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, limitando-se ao norte com Petrópolis e Miguel Pereira, a leste, com Magé e com a Baía de Guanabara, ao sul, com a cidade do Rio de Janeiro, e a oeste, com São João de Meriti e Belford Roxo. Possui uma área de 467,6 km² e uma população de 882.729 habitantes, é o 3º município mais populoso do Estado do Rio de Janeiro, segundo o IBGE de 2015. Há no município um conglomerado urbano e várias favelas.

Duque de Caxias divide-se em quatro distritos e 41 bairros. 1º distrito – Duque de Caxias,

2º distrito – Campos Elíseos, 3º distrito – Imbariê e 4º distrito – Xerém. Os 3º e 4º distritos ainda têm características rurais. Devido ao parque industrial e petroquímico e a um desenvolvido comércio e serviços, esse município tornou-se o segundo em maior arrecadação de ICMS — Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação, do estado (BRAZ & ALMEIDA, 2010, p. 10).

Duque de Caxias vive uma situação paradoxal. De um lado é o município que tem a 2ª arrecadação de ICMS do Estado, ou seja, tem a maior arrecadação tributária no âmbito estadual depois do Município do Rio de Janeiro e, por outro, lado dos 92 municípios que compõem o Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias figura como 52º Município no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-2000), que leva em consideração Longevidade (expectativa de vida ao nascer), Escolaridade (índice de analfabetismo e taxa de matrícula em todos os níveis de ensino) e Renda. (CAMAZ, 2015)

O último IDH - Índice de Desenvolvimento Humano do Município foi divulgado no censo de 2010/PNUD. Duque de Caxias ocupa o 49º lugar no ranking estadual com IDH-M de 0,711, tendo também outros índices como apresentados a seguir: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – educação = 0,624; Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – longevidade = 0,692; Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – renda = 0,833 (PMDC, 2015, p. 21).

A implementação das políticas públicas da educação, no âmbito do município, é de competência da Secretaria Municipal de Educação (SME), o órgão responsável por garantir o ingresso, a permanência e a aprendizagem dos alunos na sua formação inicial, abrangendo as dimensões históricas, sociais, culturais, políticas e de formação para o trabalho e para a cidadania. A rede de ensino público municipal no ano letivo de 2019 é composta por 178 escolas, cerca de seis mil professores, 1.500 funcionários e aproximadamente 80 mil alunos. A SME é dividida em departamentos e coordenadorias que atendem e colaboram na estrutura das unidades escolares. Atualmente, a SME conta com dois psicólogos lotados na Coordenadoria de Supervisão e

Orientação Educacional (CSOE), atuando enquanto membro da equipe a qual colabora na viabilização e implementação das políticas públicas.

Em 2014 passaram a fazer parte da equipe da CSOE três psicólogos, um psicólogo foi aposentado e, atualmente, dois profissionais permanecem lotados no referido órgão, atuando de forma integrada, desenvolvendo projetos e ações para uma melhor qualidade do processo ensino aprendizagem ou atendendo as demandas e especificidades das unidades escolares. Segue, abaixo, quadro demonstrativo:

**QUADRO I – QUANTITATIVO DE SUPERVISORES EDUCACIONAIS ENTRE 2000 E 2016 LOTADOS NA CSOE
PRESENÇA DE PSICÓLOGOS**

Ano	Quantitativo de Escolas e Creches	Supervisor Pedagógico	Supervisor Administrativo	Apoio Administrativo	Psicólogo
2000	98/06	39	09	05	0
2001	103/06	37	06	06	0
2002	107/07	35	06	07	0
2003	110/09	38	05	06	0
2004	118/14	36	05	09	0
2005	133/14	33	05	09	0
2006	137/16	40	05	09	0
2007	136/18	45	05	08	0
2008	137/22	45	04	07	0
2009	139/29	40	04	09	0
2010	140/29	29	04	06	0
2011	143/31	28	04	07	0
2012	141/32	48	04	06	0
2013	142/33	39	04	05	0
2014	140/33	35	04	03	03
2015	142/33	48	04	03	02
2016	145/33	09	04	02	02

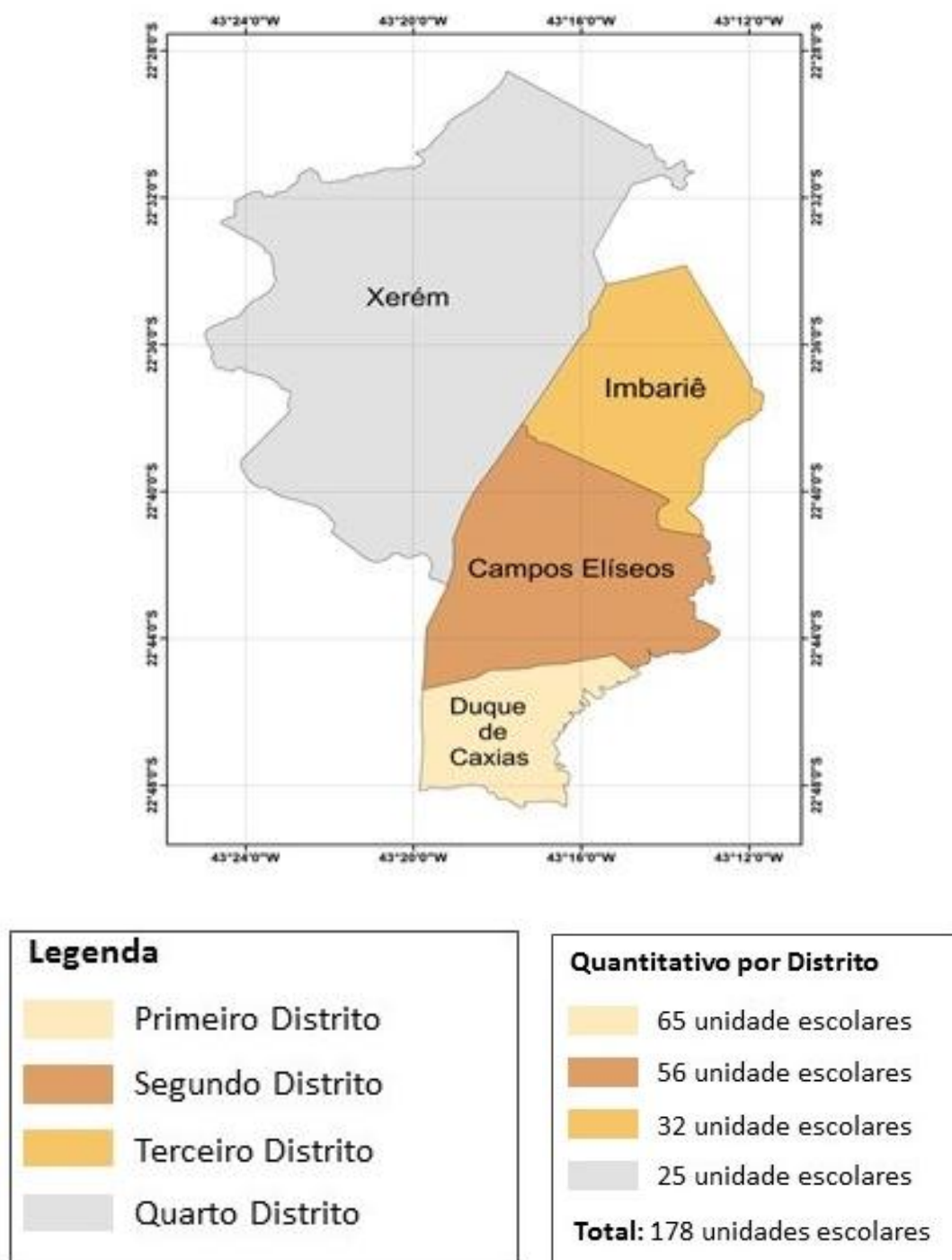
Fonte: CSOE, 2017. * Média Anual

Fonte: Adaptado de Matos (2018, p. 105)

3.2. A Educação enquanto garantia de espaço para aprender

Atualmente, com base nas informações da SME, o município possui 178 (cento e setenta e oito) Unidades Escolares distribuídas pelos quatro distritos, porém, apenas 6 (seis) contam com a presença efetiva de psicólogo em sua equipe de profissionais, lotados na própria Unidade Escolar.

MAPA 2



Demonstrativo da distribuição das Unidades Escolares de DC

Fonte: Acervo da Pesquisa

QUADRO 2 – DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES POR DISTRITO

Grifadas em negrito encontram-se as Unidades Escolares que possuem Psicólogos Educacionais em seu quadro de lotação de profissionais

1º Distrito - Unidades Escolares	
1- CCAIC — Jardim Gramacho 2- CCAIC – Olavo Bilac 3- C Abne Marques de Abreu 4- C e Pré-escola M C São Sebastião 5- C M Elisa Mathias de Araújo 6- C e Escola M Gandur Assed 7- C e Pré-escola M Graciesse L Lourenço 8- C e Pré-escola M Iracy M Theodoro 9- C M Laura Menezes de Freitas Lima 10- e Pré-escola M M ^a José da Conceição 11- C e Pré-escola M Parteira Odete M ^a Oliveira 12- C e Pré-escola M Benísio José da Silva 13- C e E M Dr. Álvaro Alberto 14- C e Pré-escola M P Cecília Meireles 15- C e Pré-escola M Prof ^a Laura D'A Longo 16- C e Pré-escola M Teresa de Lisieux 17- C e Pré-escola M Ubaldina Alves da Silva 18- C M Prof. João de Oliveira 19- CIEP Municipalizado 97 – Carlos Chagas 20- CIEP Municipalizado 405 – Min S Dantas 21- E. M. Aline Gonçalves de Lima 22- E. M. Alto da Boa Vista 23- E. M. Ana de Souza Herdy 24- E. M. Ana Nery 25- E. M. Anísio Spíndola Teixeira 26- E. M. Barão do Rio Branco 27- E. M. Carlota Machado 28- E. E. M. Castro Alves 29- E. M. Cora Coralina 30- E. M. Darcy Ribeiro 31- E. M. Darcy Vargas 32- E. M. Dr. Gastão Reis 33- E. M. Dr. Ricardo Augusto de A Vianna	34- E. M. E Aquino de Araújo 35- E. M. General Sampaio 36- E. E. M. General Tibúrcio 37- E. E. M. Gustavo Armbrust 38- E. M. Helena Aguiar de Medeiros 39- E. M. Hermínia Caldas da Silva 40- E. M. Jardim Gramacho 41- E. M. Joaquim da Silva Peçanha 42- E. M. José Medeiros Cabral 43- E. M. Laurentina Cardoso Duarte 44- E. M. Lions 45- E. E. M. Manoel Joaquim Salgueiro 46- E. M. Marechal Mallet 47- E. M. Mauro de Castro 48- E. E. M. Oswaldo Cruz 49- E. M. Prof. Jair Alves de Freitas 50- E. M. Prof. José de Souza Herdy 51- E. M. Prof. Motta Sobrinho 52- E. M. Prof. Oneres Nunes de Oliveira 53- E. M. Prof. Romeu M dos Santos 54- E. M. Prof ^a Hilda do Carmo Siqueira 55- E. M. Prof ^a Maria José de Oliveira 56- E. M. Prof ^a Olga Teixeira de Oliveira 57- E. M. Prof ^a Zilla Junger da Silva 58- E. M. Ruy Barbosa 59- E. M. Santa Terezinha 60- E. M. Sergipe 61- E. M. Todos os Santos 62- E. M. Vila Operária 63- E. M. Vinte e Um de Abril 64- E. M. Visconde de Itabora 65- E. M. Wilson de Oliveira Simões

2º Distrito - Unidades Escolares	
1- CCAIC – Campos Elíseos 2- CCAIC – Parque Muísa 3- C Pré-escola M. Ayrton Senna 4- C Pré-escola M. Prof ^a M ^a Lúcia A Ribeiro 5- C Pré-escola M. Prof ^a Jesuína F Andrade 6- C Pré-escola M. Prof ^a Rosa A F Oliveira 7- C Pré-escola M. Severina dos R da Silva 8- C Pré-escola M. Ver José C Theodoro 9- CIEP Municipalizado 120 Monteiro Lobato 10- CIEP Municipalizado 220 Yolanda Borges 11- CIEP Municipalizado 318 Paulo M Campos 12- CIEP Municipalizado 328 Marie Curie 13- E. E. M. Alberto Santos Dumont	29- E. M. Marcílio Dias 30- E. E. M. Marechal M de Moraes 31- E. M. Maria Clara Machado 32- E. M. Marilândia 33- E. M. Minas Gerais 34- E. M. Monteiro Lobato 35- E. M. Nísia Vilela Fernandes 36- E. M. Nossa Senhora Aparecida 37- E. M. Nossa Senhora do Pilar 38- E. M. Paulo Roberto de MLoureiro 39- E. M. Pedro Rodrigues do Carmo 40- E. M. Presidente Costa e Silva 41- E. M. Prof. Alberto R Vasconcellos

14- E. M. Albert Sabin	42- E. M. Prof. João Faustino F Sobrinho
15- E. M. Anton Dworsák	43- E. M. Prof. Paulo Freire
16- E. E. M. Bairro Califórnia	44- E. M. Prof. Vilmar Bastos Furtado
17- E. M. Bom Retiro	45- E. M. Prof. Walter Russo de Souza
18- E. M. Campos Elíseos	46- E. M. Profª Amélia Câmara dos Santos
19- E. M. Coronel Eliseu	47- E. M. Profª Elizabeth Lopes Cabral
20- E. M. Cidade dos Meninos	48- Escola M. Profª Maria Anger D Guarino
21- E. M. Dr. Manoel Reis	49- E. M. Profª Maria das Graças C Bighi
22- E. M. Drª Zilda Arns Neumann	50- E. M. Profª Nilcelina dos S Ferreira
23- E. M. Eulina Pinto de Barros	51- E. M. Profª Sônia Regina S D Pinto
24- E. M. Gov. Mário Covas Júnior	52- E. M. Regina Celi do S. Cerdeira
25- E. M. Imaculada Conceição	53- E. M. Sete de Setembro
26- E. M. Jayme Fichman	54- E. M. Solano Trindade
27- E. M. Jornalista Moacyr Padilha	55- E. E. M. Tancredo Neves
28- E. M. José Camilo dos Santos	56- E. M. Wanda Gomes Soares

3º Distrito - Unidades Escolares

1- CCAIC –Jardim Anhangá	17- E. M. Jardim Anhangá
2- C Pré-escola M Profª Armanda Á Alberto	18- E. M. Luiz Gama Borges
3- C e Pré-escola M Irmã Arnalda da S. Neves	19- E. M. Márcio Fiat
4- C e Pré-escola M Monsenhor Librelotto	20- E. M. Marechal Floriano Peixoto
5- CIEP Municipalizado 015 – Henfil	21- E. M. Nova Campinas
6- CIEP Municipalizado 227 Procópio Ferreira	22- E. M. Paulo Rodrigues Pereira
7- CIEP Municipalizado 319 Oduvaldo V Filho	23- E. M. Pedro Paulo da Silva
8- CIEP Municipalizado 330 Mª Glória C.Lemos	24- E. M. Profª Carmem C de C R Braz
9- CIEP Municipalizado 407 Neuza G. Brizola	25- E. M. Profª Carmem Lúcia R A Silva
10- E. M. Almirante Tamandaré	26- E. M. Profª Dalva Borges da Cunha
11- E. M. Barão da Taquara	27- E. M. Profª Dulce Trindade Braga
12- E. M. Barro Branco	28- E. E. M. Profª. Maria Araújo da Silva
13- E. M. C.F.N. Eduardo G. de Oliveira	29- E. M. Roberto Weguelin de Abreu
14- E. M. Carlos Drummond de Andrade	30- E. M. Rotary
15- E. M. Francisco Barbosa Leite	31- E. M. Santa Luzia
16- E. M. General Mourão Filho	32- E. M. Senador Afonso Arinos

4º Distrito - Unidades Escolares

1- CCAIC – Amapá	14- E. M. Montese
2- CCAIC –Xerém	15- E. M. Parque Capivari
3- C Escola M Bairro Tabuleiro	16- E. M. Presidente Vargas
4- C Pré-escola M Profª Marília S Siqueira	17- E. M. Prof. Raul de Oliveira
5- CIEP Municipalizado 338 – Célia Rabelo	18- E. M. Profª Aila Saldanha do Couto
6- E. M. Barão do Amapá	19- E. E. M. Profª Mariana Nunes Passos
7- E. M. Brasília	20- E. M. Santa Rita
8- E. M. Brasil-Itália	21- E. M. Santo Agostinho
9- E. M. Castro Alves	22- E. M. Santo Amaro
10- E. M. Coração de Jesus	23- E. M. Santo Izidro
11- E. M. Dr. Ely Combat	24- E. M. Sargento João Délio dos Santos
12- E. M. Embaixador Oswaldo Aranha	25- E. E. M. Sergipe
13- E. M. Leni Fernandes do Nascimento	

Quanto ao papel do município na garantia do direito à educação de qualidade para todos é necessário considerar o que diz a Constituição de 1988, em seu artigo 23, inciso V, quando fala da garantia de acesso à cultura, à educação e à ciência: “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência”. É necessária uma fiscalização por parte da comunidade escolar e/ou por meio do Conselho Escolar quanto à efetiva disponibilização desses meios, pois tal acesso, embora garantido por lei, precisa ser facilitado. Como órgão técnico que integra a Secretaria Municipal de Educação, existe o Conselho Municipal de Educação,

O Conselho Municipal de Educação de Duque de Caxias – CME - foi criado pela Lei Municipal nº1330, de 15 de julho de 1997, e Reformulado pela Lei nº 1869, de 15 de abril Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias – RJ – Fevereiro 2014 24 de 2005, sendo regulamentado pelo Sistema de Decreto em 2003. É um órgão técnico normativo, que integra a estrutura básica da Secretaria Municipal de Educação como unidade administrativa e orçamentária, com atribuições em matéria² doutrinária, normativa, de planejamento setorial, ligado a assuntos educacionais, observada a competência que lhe confere a legislação do ensino do estado e do país. Art. 3º O Conselho Municipal de Educação (CME) é constituído por 1 (um) Presidente e por 12 (doze) membros nomeados pelo Prefeito Municipal, denominados Conselheiros, escolhidos entre pessoas de comprovada atuação na área educacional e de relevantes serviços prestados ao Município (PMDC, 2014, p.23).

Dentro do rol dos direitos humanos fundamentais encontra-se o direito à educação, amparado por normas nacionais e internacionais. Trata-se de um direito fundamental, porque inclui um processo de desenvolvimento individual próprio à condição humana. Além dessa perspectiva individual, esse direito deve ser visto, sobretudo, de forma coletiva, como um direito a uma política educacional, a ações afirmativas do Município que ofereçam à sociedade instrumentos para alcançar seus fins.

Tanto a Constituição de 1988 quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, definem a abrangência e a responsabilidade de cada um dos sistemas de ensino (Federal, Estadual, Distrital e Municipal), no sentido de autorizar, credenciar e supervisionar todas as instituições sob sua jurisdição, assim como organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais de

seu sistema específico. Isso implica o envolvimento de todas as instituições de ensino na garantia do direito à educação de qualidade para todos.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (artigo 53).

Tomando tais legislações como ponto de partida, podemos dizer que a educação, como um direito fundamental, estrutura-se como um dever compartilhado entre estado, família e sociedade. Somente com o debate público, articulado entre todas as instituições públicas e de Educação e os movimentos sociais, é possível considerar os desafios e buscar superá-los na construção de uma proposta para educação de qualidade. Neste contexto, Oliveira afirma que “a escola é um espaço educativo que tem a função de tornar o educando sujeito e autor de seu aprendizado” (1995, p. 114), assim

[...] o desafio é criar espaços que favoreçam novas relações no interior da instituição escolar para que alunos, pais, funcionários e professores tornem-se um coletivo capaz de construir uma escola onde os saberes estejam voltados para as aprendizagens do aluno e sua formação como cidadão comprometido com a transformação da sociedade (OLIVEIRA, 1995, p. 146).

Diante do atual momento histórico, parece que o grande desafio, no que diz respeito ao direito à educação, é fazer com que ela seja, além de garantida e efetivada por meio de medidas de universalização do acesso e permanência qualificada, que se realize como uma experiência enriquecedora do ponto de vista humano, político e social, e que consubstancie, de fato, um projeto de emancipação e inserção social. Portanto, que o direito à educação tenha como pressuposto um ensino de qualidade para todos e que não (re) produza mecanismos de diferenciação e de exclusão social, mas de libertação e do despertar de potencialidades individuais “o aprender a aprender, saber pensar, para melhor intervir, inovar” (DEMO, 1994, p.21).

Observa-se a necessidade de transformar a realidade e construir uma educação de qualidade para todos, na qual as diferenças, histórias de vida, formas de interação com o mundo, mecanismos de construção de

conhecimento, processos de desenvolvimento, relações e expectativas sociais sejam consideradas. Na concepção de Mantoan,

As escolas de qualidade são necessariamente abertas às diferenças e, conseqüentemente, para todas as crianças. São escolas em que todos os alunos se sentem respeitados e reconhecidos nas suas diferenças, ou melhor, são escolas que não são indiferentes às diferenças. Ao nos referirmos a essas escolas, estamos tratando de ambientes educacionais que se caracterizam por um ensino de qualidade, que não excluem, não categorizam os alunos em grupos arbitrariamente definidos por perfis de aproveitamento escolar e por avaliações padronizadas e que não admitem a dicotomia entre educação regular e especial (MANTOAN, 2001, p. 52).

Neste processo de busca de uma educação de qualidade para todos, o psicólogo educacional é mais um dos profissionais que, naturalmente, inserido no contexto da educação, pode e tem condições de contribuir. O psicólogo colabora na construção de um processo educativo mais humanizado onde o aluno deve ser visto em sua singularidade inserido em um contexto relacional, com potencialidades, capacidades e não apenas com limitações e dificuldades.

Para Fernández (2001), no processo de aprendizagem, o sujeito aprendente está em contato com os recursos cognitivos, mas não somente estes, e não somente mentais. Está em conexão também com a sua história afetiva desejante, como sujeito pensante, com sua corporeidade, sua estrutura orgânica, suas relações com o contexto social, com os colegas e professores. Na aprendizagem estão presentes fatores tais como os socioeconômicos, os educacionais, os emocionais, o intelectual, o orgânico, dentre outros. Pain por sua vez, afirma que:

O processo de aprendizagem não configura nem define uma estrutura [...]. Se a aprendizagem não é uma estrutura, não resta dúvida que ela constitui um efeito, e neste sentido é um lugar de articulação de esquemas. Nesse lugar do processo de aprendizagem coincidem um momento histórico, um organismo, uma etapa genética da inteligência e um sujeito associado a outras tantas estruturas teóricas de cuja engrenagem se ocupa e preocupa a epistemologia; referimo-nos principalmente ao materialismo histórico, à teoria piagetiana da inteligência e à teoria psicanalítica de Freud, enquanto instauram a ideologia, a operatividade e o inconsciente (PAÍN, 1985, p. 15).

Por serem muitos os fatores envolvidos no ensinar e no aprender, Fernández observa que tal problemática “exige uma unidade interdisciplinar em sua abordagem, pois para aprender põem-se em jogo quatro níveis: orgânico, corporal, intelectual e simbólico (inconsciente)” (1991, p. 26). Sendo transversalizada por uma situação social singular, nesta esfera do aprender permeada de fatores subjetivos e objetivos, encontra-se a construção do conhecimento e do si mesmo, como aborda a autora.

Mais do que ensinar (mostrar) conteúdos de conhecimentos, ser ensinante significa abrir um espaço para aprender. Espaço objetivo-subjetivo em que se realizam dois trabalhos simultâneos: a) construção de conhecimentos; b) construção de si mesmo, como sujeito criativo e pensante (FERNÁNDEZ, 2001, p.30).

A atuação/prática do psicólogo no âmbito do ensinar e do aprender, no contexto educacional, necessita estar ligada a um processo de reflexão crítica da realidade. Se faz necessário observação e reflexão sobre o cotidiano da unidade escolar e de seus integrantes, conhecendo o aluno por meio do diálogo, da escuta atenta e sensível para buscar compreender todos os diversos elementos envolvidos com a aprendizagem. Neste contexto, o psicólogo educacional representa um papel de agente de mudanças das impossibilidades, por melhoria do processo ensino-aprendizagem.

3.3 Educação Especial, uma “porta de entrada” do psicólogo na Educação de Duque de Caxias

A relação da psicologia com a pedagogia que ocorre em outros países tem repercussões no Brasil, Antunes (2007), afirma que estão intimamente ligadas ao pensamento escolanovista iniciado no Brasil no século XIX e com sua efetiva explicitação e consolidação no século XX. Em comum acordo com Antunes (2007), encontra-se Yazlle (1997) ao sinalizar as duas vertentes que contribuíram para as práticas exercidas pelos psicólogos nas instituições escolares no Brasil: o Movimento da Escola Nova e a Medicina com sua concepção higienista. Conforme afirma Goulart:

A Psicologia no Brasil se desenvolveu estreitamente ligada à educação, primeiro campo ao qual se deu a aplicação desta

ciência em nosso País. Na realidade, não foi a Psicologia da Educação que derivou da Psicologia, mas sim a segunda que derivou da primeira, pois, historicamente, no Brasil, desde o início do século, a Psicologia da Educação tornou-se o fundamento básico da educação (GOULART, 1987, p. 9).

A educação deveria então reconhecer que todo o indivíduo teria o direito de ser educado até onde permitia as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social. Neste contexto surge a valorização da psicologia com seus instrumentos de mensuração das aptidões naturais e a Psicologia avança para ser legalizada.

Por meio da efetivação do conjunto de medidas legais para a formação e a função de psicólogos, formalizou-se a atuação profissional na área da educação, de forma que o Art. 4º do Decreto nº 53.464 estabeleceu a seguinte previsão legal: “a utilização de métodos e técnicas psicológicas com objetivo de diagnóstico psicológico, orientação e seleção profissional, orientação psicopedagógica e solução de problemas de ajustamento” (BRASIL, 1964). Neste contexto, o psicólogo equivocadamente, dentre outras atribuições deveria dar conta de orientações psicopedagógicas, mas de forma contraditória, a formação em psicopedagogia não é condição inerente ao psicólogo, mas ao profissional pós-graduado em psicopedagogia. De acordo com esta realidade histórica, fracasso escolar é entendido como sintoma individual, como problema de desajustamento, e o psicólogo se encontra na função de avaliar através de procedimentos tradicionais com a finalidade de descobrir as causas biológicas e psíquicas, como bem evidencia Freller a seguir:

Esse olhar dominante no campo da psicologia é marcado pelo modelo clínico tradicional, que compreende o fracasso escolar como sintoma individual ou, quando muito familiar, que poderia ter tanto causas biológicas quanto psíquicas. Tal olhar é predefinido: as crianças têm problemas, as dificuldades são delas! E, como o olhar marca a linguagem, nos referimos a elas como “crianças com problemas de aprendizagem ou problemas de comportamento”. O olhar e a linguagem determinam caminhos! Assim sendo, os procedimentos tradicionais de investigação são individualizantes: sustentam-se na entrevista de anamnese com pais e aplicação de testes psicológicos de inteligência, motricidade e personalidade, que conduzem quase que invariavelmente à conclusão de que tais crianças precisam de psicoterapia ou psicopedagogia (FRELLER, 1997, p. 68).

É importante analisar a prática psicológica, apontada de início como uma perspectiva embasada pelo modelo clínico e seu avanço para uma perspectiva comprometida socialmente com os interesses da maioria da população. Neste contexto histórico há mudanças da psicologia e desta com a prática pedagógica. Caracterizando mudanças, observa-se a influência das teorias psicológicas na educação com o construtivismo, a partir do final da década de 1980, retomando idéias da Epistemologia Genética de Jean Piaget. Facci (2004), ao fazer um paralelo entre as tendências pedagógicas que guiaram a educação no Brasil e a atuação do psicólogo escolar, explicita essa relação resgatando pressupostos da Psicologia Histórica-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica. e a vinculação entre Psicologia e Educação, contribuindo para a inserção do psicólogo na escola. E sobre os vários papéis desempenhados pelo psicólogo nos estabelecimentos de ensino:

Anastasi (1972) e Reger (1981), por exemplo, procedendo a uma análise dos vários papéis que o psicólogo tem desempenhado nos estabelecimentos de ensino, apontam a simples aplicação de testes de inteligência e de prontidão para a aprendizagem ou a realização de diagnósticos como a atividade mais frequente no início da década de sessenta. Num outro nível, mais sofisticado, encontram psicólogos que fazem terapia na escola, além da avaliação psicológica por meio de testes. Finalmente, num terceiro nível, localizam os que se dedicam a programas preventivos, atuando junto a professores, pais e administradores, guiados, como veremos, por uma concepção adaptacionista de saúde mental. Não raramente, conceitos psicanalíticos traduzidos em termos aceitáveis pelo sistema norteiam a ação do psicólogo voltado para a promoção da higiene mental infantil (PATTO, 1984, p.100).

Desde o início, a psicologia declara-se comprometida com um projeto burguês. Segundo Yazlle (1997), a preocupação predominante estava em criar laboratórios de Psicologia para estudar aspectos do comportamento humano e explicar as patologias, desvios ou desajustes. O interesse estava voltado para a mensuração das diferenças individuais por meio da seleção dos mais capazes, utilizando-se de instrumentos de medida de inteligência e de personalidade, que se tornaram o principal instrumento do psicólogo.

Segundo Patto, a primeira função desempenhada pelos psicólogos junto aos sistemas de ensino, “[...] foi a de medir habilidades e classificar crianças quanto à capacidade de aprender e de progredir pelos vários graus escolares” (1984, p. 99). A psicometria viria em auxílio da psicologia para compreender as dificuldades de aprendizagem das crianças e a educação especial surgiu apenas como alternativa de conseguir separar os alunos ‘normais’ dos ‘anormais’.

A psicologia e suas práticas são o efeito das necessidades geradas pela sociedade. Numa sociedade excludente o “ser excepcional é ser raro e incomum. O incomum, o bizarro e o inesperado sempre atraíram a atenção e freqüentemente despertaram medo e espanto.” (TELFORD; SAWREY, 1984, p. 15) Os programas de instrução com a participação de psicólogos eram utilizados com sucesso em inúmeros sistemas escolares, de diversos países, demonstrando que o diagnóstico-prescritivo para crianças excepcionais continuavam a ser “uma profissão de fé entre a maioria dos educadores especializados” (TELFORD; SAWREY, 1984, p. 161).

A influência da Psicologia e das Ciências da Saúde na educação até meados de 1970 é bastante evidente. A formação de professores para atuar em educação especial distancia-se dos ideais pedagógicos de compromisso político-social e são um espaço eminentemente clínico, de ortopedia mental. É comum terminologias como “prognóstico”, “diagnóstico”, “terapia” e a busca de refinadas técnicas de avaliação para detectar possíveis patologias.

Mazzotta (1993) ressalta que o professor de educação especial não deve se distanciar do pedagógico. Entretanto, tradicionalmente, tanto o trabalho do professor de ensino especial, como as propostas curriculares para a educação especial, guiaram-se pela concepção do ajustamento social, no qual corrigir precedia o educar. Portanto, currículos por desempenho, com modelagem detalhada de respostas e condutas, foram largamente utilizados de forma abstrata e descontextualizados da própria realidade do aluno.

Em Duque de Caxias, a educação especial foi iniciada no município em 1979 conforme abordado por Fernandes (1991). A educação especial surgiu a partir de um desdobramento do serviço de orientação educacional, para dar conta do grande número de estudantes com mais de três anos de repetência nos anos iniciais. Foram implantadas a princípio classes especiais em unidades

da rede para estudantes com deficiência mental (terminologia utilizada naquela época) e estudantes com deficiência auditiva. Vale ressaltar que o município de Duque de Caxias foi um dos primeiros a possibilitar este serviço, quatro anos após o Ministério de Educação ter instituído o Centro Nacional de Educação Especial, como efeito da *visão do espelho*, crítica apontada por Fernandes (2009),

Em pesquisa participante desenvolvida por Fernandes (1991) desenvolvida durante três anos na rede constatou-se a visão descrita por Paschoalick (1981) como a visão de espelho, ou seja, a Educação Especial existia para atender aos alunos com “fracasso escolar”. Constatou-se, por exemplo, que a maior parte dos alunos nas classes especiais para alunos com deficiência mental (termo usado nesta época) eram alunos repetentes com problemas de aprendizado (FERNANDES, 2009, p. 1558).

Sobre a implantação de serviços para a pessoa com deficiência na rede pública do município de Duque de Caxias, durante os anos de 1979 a 1991, podemos observar os órgãos e respectivas secretarias no quadro a seguir:

QUADRO 3 – IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

SETORES RELACIONADOS À PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS NA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS		
SECRETARIA	ÓRGÃO	ANO DE IMPLANTAÇÃO
EDUCAÇÃO	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	1979
EDUCAÇÃO	COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	1989
SECRETARIA	ÓRGÃO	ANO DE IMPLANTAÇÃO
SAÚDE	NÚCLEO DE ATENDIMENTO AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	1989
INTER-SECRETARIAS	CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS	1990
AÇÃO SOCIAL	DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO PORTADOR DE NECESSIDADE ESPECIAL	1991

Organograma das Secretarias Municipais e Ato de Criação do Conselho

Fonte: Adaptado de Fernandes (1991, p. 109)

Quanto à prática dos encaminhamentos de alunos para a educação especial em Duque de Caxias, no período de 1979 a 1988, um dos critérios de entrada era o de repetência na primeira série (terminologia utilizada na época). Segundo Fernandes (1991), o fracasso do aluno não era questionado sobre outra ótica a não ser a de que a culpa era dele mesmo por ser um “retardado”, a escola permanecia isenta de participação, intocável, e a equipe de Educação Especial referendava os encaminhamentos (listagens) dos alunos repetentes. As classes especiais estavam abertas para atender a demanda de alunos oriundos do ensino regular, os repetentes.

A educação especial estava a serviço do sistema regular de ensino. As salas estavam disponíveis para atender esta listagem de alunos. Não havia espaço para portadores de deficiência da comunidade, visto que os mesmos não conseguiam concretizar suas matrículas quando suas limitações fossem notórias (FERNANDES, 1991, p.66).

Analisando a trajetória e as raízes da proposta pedagógica da educação especial em Duque de Caxias, observamos duas vertentes, a médica e a psicológica. Tanto o modelo médico quanto o psicológico partem do pressuposto que o ‘problema’ está centrado unicamente na criança. Geralmente as causas apontadas no diagnóstico eram as de origem psicológica, biológica ou social. Como instrumentos de diagnóstico eram utilizados exames médicos variados e testes padronizados. Os objetivos do diagnóstico permitiam apontar causas, dificuldades, verificar falhas e problemas correlatos, problemas estes de ordem sócio-médico-psicológico.

Neste sentido, sendo estas abordagens centradas numa visão médica ou psicológica da deficiência, o trabalho pedagógico realizado é de caráter inferencial e somente após “devidamente” classificado o aluno é ensinado. Passando por “testagens”, “avaliações”, “escarafunchando-se sua mente” ao fim de uma dada bateria é-lhe conferido um “rótulo”. Rótulo este que dificilmente poderá abandonar tendo como marca para sempre em sua vida escolar (FERNANDES, 1991, p.16).

Duque de Caxias, pelo fato de ter sido o município pioneiro na implementação de uma proposta inclusiva, no Estado do Rio de Janeiro, provocando com isso amplas reformulações ocorridas, nos anos 1980 e 1990, também proporcionou a participação do psicólogo, colaborando na inserção de

alunos na educação especial. No período de 1979 a 1988 havia o predomínio de testagens clínicas e ausência de avaliação pedagógica ou desenvolvimentista para a entrada do aluno em classe especial. Os problemas pertinentes ao sistema educacional não eram considerados, o fracasso escolar era explicado de forma individualizante através da medicalização, como evidencia Moysés & Collares, a seguir:

Ao atingir a vida escolar, a medicalização cumpre o objetivo de explicar o fracasso escolar de forma individualizante, sobretudo por meio da invenção de doenças que produziram problemas de aprendizagem ou comportamento. No entanto, essa perspectiva desconsidera os graves e crônicos problemas do sistema educacional – os quais seriam decorrência da inadequação dos alunos (MOYSÉS; COLLARES, 2010, p. 96).

O modelo de avaliação médica centrava as causas etiológicas no deficiente que era considerado como 'doente' de acordo com bases teóricas da genética e da medicina. De acordo com a proposta psicopedagógica, vertente do modelo clínico, a avaliação centrava-se na psicologia mentalista, nos estudos de Binet sobre Quociente Intelectual (QI) e o deficiente era considerado como ignorante, incapaz de aprender conteúdo escolar.

A avaliação tinha por objetivo conduzir a comportamentos adaptados socialmente, mas com o diagnóstico surge o rótulo, e, portanto, exclui a possibilidade dos alunos serem reconhecidos e caracterizados a partir de suas potencialidades, pois o foco são as limitações baseadas nos conceitos patológicos e curativos.

Prevenir desajustes e conduzir a comportamentos adaptados socialmente, em uma perspectiva diagnóstica, clínica e individualizante, evidentemente utilizando-se do instrumental psicológico desenvolvido anteriormente e aperfeiçoado a partir das técnicas psicanalíticas e dos conceitos de psicopatologia introduzidos pela psiquiatria (YAZLLE, 1997, p. 23).

Uma psicologia mais focada no aluno, atrelada à utilização da psicometria, marcou o início do trabalho da psicologia no contexto escolar por volta de 1940, conforme aborda Patto (1984), Vasconcelos (1996) e Yazlle (1997). Maluf (1994), expressa que os psicólogos tinham uma atuação voltada para o aspecto curativo, como técnicos no qual buscavam resolver os problemas de aprendizagem e de rendimento escolar utilizando os testes de

inteligência e encaminhando os alunos para tratamentos. A psicologia explicava o fracasso escolar como determinado pelo déficit cognitivo ou pela carência social.

Propondo-se a quantificar as capacidades do indivíduo, a psicometria deu origem a uma psicologia diferencial, na medida em que evidenciava a tese de que os indivíduos possuíam necessidades, interesses, motivações, potencialidades, aptidões e habilidades superiores e inferiores de aprendizagem. Em termos de aplicação pedagógica, isso significou reforçar, no ideário escolanovista, a crença de que há aqueles que aprendem e aqueles que não aprendem. Chegou-se à conclusão de que era preciso colocar o aluno certo no lugar certo (VASCONCELOS, 1996, p.18).

Analisando a documentação do Serviço de Educação Especial, de 1979 a 1988, tendo por base a atuação pedagógica, foi possível constatar primeiramente a presença do psicólogo junto ao Serviço de Orientação Educacional como profissional desviado de função, não concursado, e posteriormente junto à educação especial. Segundo Fernandes (1991), na Equipe de Orientação Educacional, ao psicólogo por formação, cabia realizar atendimento clínico. Não havia, nesta época, atendimento psicológico disponibilizado pelo serviço de saúde do município (FERNANDES, 1991).

Considerando alguns marcos na linha do tempo e análise de documentos referente ao início do psicólogo educacional na rede municipal de educação de Duque de Caxias, podemos entender que o psicólogo no período de 1979 a 1988 já participava da educação especial oferecida ao município. Porém, apenas em 1992 foi promovido o primeiro concurso para a função de psicólogo educacional em Duque de Caxias, tendo sido solicitado pela Chefe da Educação Especial, a psicóloga Edicléa Mascarenhas Fernandes.

Sobre a Educação Especial, campo de atuação do psicólogo, é importante ressaltar respaldado por Mazzotta (1996) que a Educação Inclusiva não surgiu nos anos 90, mas sim evoluiu, pois passou por processos de transformação e avanços que resultou finalmente na proposta educativa atual.

Em 1973, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial - CENESP, com o objetivo de promover nacionalmente a expansão e a melhoria do atendimento aos alunos com necessidades educacionais específicas. Em 1990

aconteceu a Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien (Tailândia) e em 1994 e a Conferência Mundial de Educação Especial em Salamanca (Espanha). Esses e vários outros marcos contribuíram para os avanços da Educação Especial. Neste contexto de atuação, ancorado nas mudanças de paradigmas e reflexões da sociedade o psicólogo foi impulsionado a rever a sua prática profissional.

Porém, no início de sua participação, a função do psicólogo de acordo com os princípios da CENESP, conforme demonstra o quadro a seguir, segundo Fernandes (1991) era a de avaliar utilizando entrevista (anamnese), testes psicológicos como o Teste Gestáltico Visomotor de Bender, o Teste Gráfico HTP (House/Tree/Person), o Teste de Matrizes Progressivas de Raven e o Teste INV (Inteligência Não-Verbal). Ao psicólogo era conferida a função de emitir a ficha de acompanhamento do aluno fornecida ao professor da classe especial.

QUADRO 4 – AVALIAÇÃO PARA MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A) INSTRUMENTOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE ENTRADA	
1979 a 1988	1889 a 1991
• Fichas de Observação • Anamnese Social • Anamnese Psicológica • Testagens Psicológicas (Bender – HTP – Raven – INV Formal) • Testagens Fonoaudiológicas (Exames oro-faciais, exames fonéticos) • Testes de Prontidão (Mariane Frostig)	• Pré-triagem e entrevista familiar • Provas Operatórias (nível conceituação) • Provas de Leitura e Escrita • Entrevistas com Equipe da Escola (OP/OE/Professor/Direção) • Relatórios • Laudos Médicos (contatos com o médico)

B) ELEMENTOS ENVOLVIDOS NA AVALIAÇÃO DE ENTRADA	
1979 a 1988	1889 a 1991
• Psicólogo • Assistente Social • Fonoaudiólogo	• Diretor/OP/OE/Professor da Unidade Escolar quando encaminhado pela Escola • Psicólogo • Fonoaudiólogo • Assistente Social • Implementadores de CA e 1ª série • Pedagogo de Área • Equipe da área de saúde (pediatra, neurologista, psiquiatra, assistente social, psicólogo, etc)

Fonte: Registro de relatórios do Serviço de Educação Especial (1979 a 1988) e da Coordenadoria de Educação Especial (1989 a 1991)

Fonte: Adaptado de Fernandes (1991, p. 35)

O quadro revela que para o aluno ser efetivamente matriculado na educação especial, este tinha que passar por um processo de avaliação, se submeter à testagens e entrevistas. Esta seleção dos deficientes envolvia todo um grupo de especialistas, psicólogos, fonoaudiólogos e assistentes sociais responsáveis por identificar, julgar e classificar estes indivíduos, em normal ou anormal. Prescreviam sob o jugo de tratamento, reabilitação ou educação especial, que "eles fiquem em seu lugar - à margem da comunidade - e não ameacem a estabilidade do sistema, não subvertam a ordem, o *status quo*, a normalidade" (GLAT, 1988, p. 12).

De acordo com Franschini e Viana (2015), está equivocadamente vinculada a prática da psicologia educacional ao longo da história uma vinculação com a área de saúde mental, onde os problemas são entendidos em termos de normal e patológico, o que no contexto da escola se mostra como problemas de ajustamento e adaptação. Está implícita nesta visão que a escola é adequada e inquestionável, os problemas surgidos ficam centrados no

aluno, isto é, a responsabilidade dos insucessos e dos fracassos recai sobre o aluno. O papel do psicólogo atuando na educação seria então o daquele profissional que teria por função de devolver o aluno à sala de aula "bem ajustado".

Ao psicólogo era investido de um caráter onipotente, uma vez que seria o portador de soluções mágicas e prontas para as dificuldades enfrentadas no processo ensino-aprendizagem. Ao psicólogo era atribuída a decisão e o julgamento a respeito da adequação ou inadequação das pessoas em geral por meio da postura clínica "onde os problemas são equacionados em termos de saúde x doença, o que na escola se retraduz como problemas de ajustamento e adaptação" (ANGELÓ, 1984, p. 43).

De acordo com esta visão clínica, o professor, ao entregar o seu "aluno problema" nas mãos de um psicólogo poderia aguardar para simplesmente seguir as prescrições e orientações deste profissional tido como mais habilitado que ele para lidar com a questão. Essa perspectiva equivocada e inadequada, talvez provenha do fato de que, historicamente, a área da psicologia educacional tenha sido interpretada como um desmembramento da área clínica e conforme Fernandes (1991), a educação especial seria então um acessório das "áreas clínicas": Referindo-se ao quadro 5 (cinco) Fernandes afirma

Algumas orientações gerais encontradas nestas fichas apontam para uma supremacia do psicólogo como detentor do saber sobre o destino do aluno, sendo esta uma forte tendência do modelo clínico em educação especial onde o pedagógico é o acessório das "áreas clínicas" que estão em defasagem no aluno. Outra característica nas orientações gerais é o seu modelo receituário, como se o processo pedagógico pudesse se reduzir a uma prescrição a ser cumprida pelo pedagogo e o professor (FERNANDES, 1991, p.95).

A ficha de acompanhamento educacional era basicamente delimitada e prescrita pelo psicólogo. Segue algumas orientações retiradas das fichas de orientações emitidas por psicólogos, antes do primeiro concurso para psicólogos em 1992:

QUADRO 5 – ORIENTAÇÕES DE FICHAS DE
ACOMPANHAMENTO EDUCACIONAL PRESCRITAS PELO PSICÓLOGO

Inclusão em classe especial • Trabalhar a área perceptiva, discriminação visual, completamento de estruturas figura/fundo • Exercícios de ordenação de figuras e histórias visando a estruturação do pensamento (25-05-1983)
• Necessidade de ensino individualizado, trabalhando esquema corporal, motricidade, fala e linguagem... • ... tem bastante dependência da mãe e vice-versa. (04-04-1986)
• Trabalhar esquema corporal, psicomotricidade, trabalhar percepção e funções cognitivas • Reforçar auto-conceito valorizando o produto final de seus trabalhos criativos. (09-07-1991)

Fonte: Registro Fichas de Acompanhamento do Serviço de Educação Especial (1979 a 1988) e da Coordenadoria de Educação Especial (1989 a 1991)

Fonte: Adaptado de Fernandes (1991, p. 95)

A ideologia da visão clínica atinge o planejamento e a estrutura da classe especial com a participação do psicólogo que detinha o poder de avaliar, detectar deficiências e prescrever “receitas”. Nas fichas do quadro 5 (cinco) há prescrições de inclusão em classe especial, conhecimentos e habilidades a serem trabalhadas pelo professor. Constatações sobre questões emocionais como dependência, necessidade de reforço do auto-conceito entre outras competências como motricidade, fala, linguagem, psicomotricidade. Ao professor cabia seguir as prescrições do psicólogo, assim era o desenvolvimento do trabalho. Porém, contradizendo a prática que era sustentada no passado, opondo-se as receitas:

Não existem “receitas” prontas para o trabalho com alunos tanto com deficiência intelectual, ou com outra deficiência, quanto com os sem deficiência. Devemos ter em mente que cada aluno é um e que suas potencialidades, necessidades e conhecimentos ou experiências prévias devem ser levados em conta, sempre (HONORA & FRIZANCO, 2008, p. 107).

A análise do comportamento, a formulação de um diagnóstico passa pela compreensão dos comportamentos que são tidos como inadequados e isso requer a análise das contingências que os instalaram e que os mantêm. Nesse sentido o uso de classificações pode ser limitante, pois a manifestação de um comportamento não é suficiente para a compreensão da sua função para um determinado indivíduo. A análise funcional do comportamento é imprescindível para o diagnóstico e o planejamento da intervenção clínica. Neste sentido, atualmente, sobre deficiência intelectual, se faz necessário entender o que revela o DSM-V².

Déficits em capacidades mentais genéricas, como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência. Os déficits resultam em prejuízos no funcionamento adaptativo, de modo que o indivíduo não consegue atingir padrões de independência pessoal e responsabilidade social em um ou mais aspectos da vida diária, incluindo comunicação, participação social, funcionamento acadêmico ou profissional e independência pessoal em casa ou na comunidade (APA, 2013, p. 31).

Os testes psicológicos utilizados na avaliação de crianças para serem encaminhadas a classe especial são apontados por Yamamoto (1990) como uma forma de alienação e discriminação na qual o psicólogo contribui para a legitimação da “anormalidade”. Há ausência de estratégias que visem o progresso escolar dos alunos que apresentam defasagem de conteúdo, na prática, é como se a escola tivesse desistido desses alunos. Tais alunos quando são encaminhados para avaliação demonstram sofrimento psicológico e aversão à escola, pois não acreditam que sejam capazes de aprender, como afirma Souza:

Quando chegam aos psicólogos, costumam estar em uma situação de profundo sofrimento e deterioração da crença em sua capacidade de aprendizagem. A gravidade do estado em que se apresentam é tal, que denuncia o quão terrível é viver esta situação, por vez ao longo dos anos. É comum terem muita vergonha de si mesmos e demorarem a conseguir tocar

² Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders), conhecida como DSM-V, segundo a AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA, 2013)

no assunto escola ou a exporem-se a situações que envolvam conteúdos escolares, como a escrita (SOUZA, 2007, p. 262).

De acordo com a proposta não inclusiva, a educação do aluno com deficiência distingue-se não na adequação dos conteúdos às particularidades de cada deficiência, mas se torna o complemento e a continuidade da ‘clínica’, do ‘hospital’, do ‘consultório’. É a visão do aluno deficiente enquanto um ser doente e o professor o executor da ‘receita’ das áreas a serem trabalhadas com seus alunos. Além da expectativa desanimadora proveniente do diagnóstico que acompanhou o rótulo do encaminhamento para classes especiais, a linguagem da professora também pode reforçar os aspectos negativos frente às potencialidades dos alunos. Neste sentido, Maturana afirma que:

Se dizemos que uma criança é de certa maneira boa, má, inteligente ou boba, estabilizamos a nossa relação com ela de acordo com o que dizemos, e a criança, a menos que se aceite e se respeite, não terá escapatória e cairá na armadilha da não aceitação e do não respeito por si mesma, porque o seu dever depende de como ela surge – como criança boa, má, inteligente ou boba – na sua relação conosco (MATURANA, 2002, p. 30).

A linguagem funciona como um fator determinante na configuração de uma realidade e, nesse caso, como um fator potente na permanência desses alunos nas classes especiais. O fracasso do aluno não era questionado sob outra ótica a não ser a de que a culpa era dele mesmo por ser um ‘retardado’, a escola permanecia imaculada e intocável na medida em que na maior parte das vezes a Equipe de Educação Especial referendava a matrícula de alunos ‘fracassados’ nas classes especiais. A Educação Especial estava à serviço do sistema regular de ensino.

Em contrapartida no Modelo Atual da Educação Especial o papel do Psicólogo volta-se prioritariamente para questão da aprendizagem, da cognição e do afetivo passando pelas inter-relações da família e da escola, sem contudo se restringir a uma prática de Modelo Ambulatorial. Seu trabalho caracteriza por uma atuação Institucional (FERNANDES, 1991, p.79).

No município de Duque de Caxias, Edicléa Fernandes e sua equipe, na década de 1980, iniciam na Secretaria de Educação um processo de

redefinição do papel da educação junto a alunos com deficiências, com uma mudança do enfoque médico para o pedagógico. A mudança de enfoque de avaliação clínica para a avaliação descritiva trazia em seu bojo a possibilidade de o sujeito ser reconhecido em sua potencialidade, atuando sobre a concepção cristalizada que rotulava esses indivíduos. Buscou-se construir uma escola aberta à diversidade tendo como referenciais os pressupostos histórico culturais, com base em autores como Piaget (1970), Ferreiro (1985), Leontiev (1991) e Vigotsky (1998). Neste contexto a Educação Especial encontra-se:

[...], baseada na necessidade de proporcionar a igualdade de oportunidades, mediante a diversificação dos serviços educacionais de modo a atender às diferenças individuais dos alunos, por mais acentuadas que elas sejam. Nesse sentido, ela representa um desafio aos educadores para encontrar caminhos e meios, estabelecer uma política de ação e criar facilidades para a provisão de recursos educacionais apropriados a todos os educandos (MAZZOTTA, 1982, p. 10-11).

Em Duque de Caxias, os avanços nas reformulações teóricas e práticas significaram a mudança do modelo médico para o modelo pedagógico no campo de trabalho com crianças que apresentavam necessidades educacionais especiais. Os estudos e questionamentos na educação puderam promover a mudança de paradigma de integração para inclusão, além de repercutir em mudanças no próprio ensino regular e na equipe de técnicos lotados na Secretaria de Educação, como é o caso dos psicólogos. Conforme aborda Lima, cabe entender que:

[...] tanto a integração quanto a inclusão são formas de inserção social, mas enquanto a primeira trata as deficiências como problema pessoal dos sujeitos e visa a manutenção das estruturas institucionais, a segunda considera as necessidades educacionais dos sujeitos como problema social e institucional, procurando transformar as instituições (LIMA, 2006, p. 24).

Em 1989, o sistema educacional do município de Duque de Caxias, passou por uma transformação teórica que repercutiu de forma contundente na práxis pedagógica adotada até então. Naquela época, os estudos do construtivismo e do sociointeracionismo permitiam análises críticas em relação

a questões como fracasso escolar e estudantes indicados para a Educação Especial. As pesquisas de Schneider (1985), Paschoalick (1981), Yamamoto (1990), Leontiev (1991), Piaget (1970), Ferreiro (1985) e Vigostky (1998) foram decisivas para a emergência de se estabelecer uma revisão da rede.

O construtivismo e o sociointeracionismo desarrumaram a educação, provocaram polêmicas e reflexões. Leontiev (1991) há muito destacava que as crianças com deficiências, ao serem colocadas em condições adequadas de ensino, desenvolviam-se de tal forma que tal progresso representava a superação de atrasos. Isto porque, através da mediação, investia-se na plasticidade cerebral, propiciando o desenvolvimento semiótico dessas pessoas. A partir dos estudos de Vigotsky (1998), observamos a interferência da cultura, a importância do meio e da interação com pares e com os mais experientes, onde a aprendizagem se estrutura como processo intrinsecamente social. Em sua perspectiva, a escola é vista como local, por excelência, cuja interação promove a aprendizagem e a inclusão. De acordo com Carvalho, uma escola inclusiva é aquela escola que “inclui a todos, que reconhece a diversidade e não tem preconceito contra as diferenças, que atende às necessidades de cada um e que promove a aprendizagem” (2000, p. 120).

Os estudos realizados apontavam para a necessidade de os sistemas de ensino revirem a situação das equipes de Educação Especial (incluindo psicólogos) que muitas vezes serviam para classificar, rotular e estigmatizar estudantes que fracassavam nas séries iniciais devido ao próprio fracasso do sistema. De acordo com Fernandes (1991), e constatado por meio do quadro a seguir há redução do total de profissionais atuantes na Educação Especial no ano de 1988 e no ano de 1991. Observa-se claramente a diferença do número de psicólogos.

Por outro lado o fato de questionarmos o número excessivo de técnicos não significa a desvalorização dos mesmos; porque até Dezembro de 1988 Psicólogos, Fonoaudiólogos e Assistentes Sociais, atuavam na Secretaria de Educação como desviados de função. Atualmente no plano de carreira do Magistério, estes profissionais são garantidos no quadro de apoio técnico (FERNANDES, 1991, p.80).

QUADRO 6 – REDUÇÃO DO NÚMERO DE PSICÓLOGOS ATUANDO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

TÉCNICOS		DEZEMBRO DE 1988	JULHO DE 1991
PROFESSORES DE CLASSE REGULAR RECEBENDO CONSULTORIA			20
PROFESSORES DE CLASSE ESPECIAL	DEFICIÊNCIA MENTAL	05	13
	DEFICIÊNCIA AUDITIVA	04	07
PROFESSORES DE SALAS DE RECURSOS		---	04
PROFESSORES DE EDUCAÇÃO PRECOCE		01	02
PROFESSORES DE LINGUAGEM		---	01
PROFESSORES DE OFICINA DE ARTES		---	01
PEDAGOGOS SUPERVISOR	DEFICIÊNCIA MENTAL	05	04
	DEFICIÊNCIA AUDITIVA	---	01
	DEFICIÊNCIA VISUAL	---	01
ORIENTADOR EDUCACIONAL		01	---
FONOAUDIÓLOGO		01	02
ASSISTENTES SOCIAIS		02	02
PSICÓLOGOS		04	02
TERAPEUTA OCUPACIONAL		01	---

Fonte: Registro do Quadro de Pessoal ao término de 1988(Serviço de Educação Especial) e Quadro de Pessoal em julho de 1991 da Coordenadoria de Educação Especial.

Fonte: Adaptado de Fernandes (1991, p. 95)

Fernandes (1991) revela por meio do quadro abaixo que em Duque de Caxias, de 1979 a 1988 os psicólogos eram determinantes na avaliação e inserção do aluno na Educação Especial, enquanto que de 1989 a 1991 o psicólogo passa a fazer parte de uma equipe multidisciplinar.

QUADRO 7 – O PSICÓLOGO ERA DETERMINANTE NA AVALIAÇÃO E
INSERÇÃO DO ALUNO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

PRÁTICA PEDAGÓGICA: SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO	
1979 a 1988	1989 A 1991
• Fichas de acompanhamento (orientações gerais) • Visitas da supervisão às Unidades Escolares • Grupos de Encontro (coordenados por psicólogos) • Conselhos de Casse semestrais • Reavaliação Psicológica • Proposta Curricular = Tradicional X Projeto Prioritário para Reformulação de Currículos para a Educação Especial (CENESP – 1980)	• Grupo de Estudo semanal na Equipe • Sessões de Estudo quinzenais com professores (05h) • Treinamento Anual (20h) • Visitas da Equipe (Supervisão – Psicólogo – Assistente Social – Fonoaudiólogo) às Unidades Escolares • Reunião de Pais • Relatórios Semestrais • Palestras • Proposta Curricular = em construção

Fonte: Registro de Relatórios, Arquivo de Propostas, Atas de Sessões de Estudo (Arquivo da Coordenadoria de Educação Especial – 1979 a 1991

Fonte: Adaptado de Fernandes (1991, p. 94)

Quanto à legislação, a Educação Especial em Duque de Caxias fundamenta-se em legislações nacionais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96), o Plano Nacional de Educação (10172/01), o Plano Nacional de Educação (PNE) em Direitos Humanos, o Decreto 3298/ 99, que trata da política de integração da pessoa portadora de deficiência, o Decreto 5296/04, que define a política de acessibilidade, o Decreto 6571/08, que reestrutura a Educação Especial e os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), bem como a Resolução 4 de

2009 do Conselho Nacional de Educação, que institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Destaca-se, também, o fato de o governo brasileiro ter sido signatário da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que reafirma os princípios da educação inclusiva, contidos na Declaração de Salamanca, de 1994, e no Pacto de Educação para Todos, de 1990.

Tradicionalmente, a educação especial era direcionada

apenas ao atendimento dos alunos que apresentam deficiências (mental, visual, auditiva, físico-motora e múltiplas); condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, bem como de alunos que apresentam altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2001, p. 43).

Contudo, após a conceituação de necessidades educacionais especiais, disseminou-se uma nova compreensão acerca da Inclusão, uma vez que:

Dentro dessa visão, a ação da educação especial amplia-se, passando a abranger não apenas as dificuldades de aprendizagem relacionadas a condições, disfunções, limitações e deficiências, mas também aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica, considerando que, por dificuldades cognitivas, psicomotoras e de comportamento, alunos são freqüentemente negligenciados ou mesmo excluídos dos apoios escolares (BRASIL, 2010, p. 43-44).

O movimento pela inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais se faz presente de maneira efetiva em Duque de Caxias, através de educadores e pesquisadores que estiveram à frente da coordenação da Educação Especial, desde a década de 1980 até a atualidade e se interliga com outros movimentos de cunho nacional e internacional. São movimentos e mudanças pela inclusão e direitos a acessibilidade de todos a educação. Neste cenário marcado por exclusão, integração e inclusão, o psicólogo se fez presente a princípio através do Serviço de Orientação Educacional, enquanto profissional desviado de função e com uma prática clínica. Porém, após 1992 por concurso público, através da “porta” da educação especial, com lotação na SME ou em Unidades Escolares que oferecessem educação especial.

Ocorreram algumas mudanças e a Psicologia Educacional é reconhecida através do Plano Municipal de Educação.

Atualmente a Psicologia Educacional deve compor o espaço das equipes técnico-pedagógicas; portanto, atuar com orientadores educacionais e pedagógicos. Em conjunto com a equipe, colabora com o corpo docente e técnico na elaboração, implantação, avaliação, formulação e reformulação de currículos, de projetos pedagógicos, de políticas educacionais e no desenvolvimento de procedimentos educacionais. Contribui na análise e intervenção no contexto educacional, buscando melhor funcionamento do sistema, que resultará na realização dos objetivos educacionais (PMDC, 2015, p. 132).

As parcerias com outros profissionais da educação, como pedagogos e professores, dentre outros, surgem como potencialidades para o trabalho do psicólogo no contexto escolar. Criam-se novos espaços para a atuação, fortalecendo o trabalho interdisciplinar ou o psicólogo fica sem autonomia profissional, tendo em vista que sua atuação deve ser realizada junto com o orientador educacional e pedagógico. Há uma evidente polêmica. Na prática, em Duque de Caxias, o psicólogo educacional nunca teve uma equipe de especificamente de psicologia, sempre esteve integrando a uma equipe junto com demais profissionais.

Uma das reflexões que atualmente existe é a identidade do psicólogo escolar. O que é “próprio” do psicólogo em relação a outros profissionais da educação constitui objeto de questionamentos, dúvidas e inquietações. Esse conflito representa um avanço necessário, uma ruptura com um modelo de atuação tradicional para uma atuação interdisciplinar, diversa e sistêmica que atende as urgentes demandas do processo educativo.

O trabalho do psicólogo educacional está fundamentalmente atrelado a sua formação acadêmica que consiste no funcionamento psicológico humano e competências vinculadas a esse objeto de estudo. Essa formação possibilita ao psicólogo educacional um olhar específico e diferenciado sobre os processos subjetivos, sociais e individuais que se expressam no contexto da educação, bem como para as formas de atuação.

Algumas das formas de atuação não são exclusivas do psicólogo escolar, pois constituem formas de atuação do orientador educacional. Na

prática, são ações que se complementam, que podem ser compartilhadas, porém ao psicólogo compete um aporte psicológico quando necessário.

Em outras ações, como o diagnóstico e a intervenção institucional, o desenvolvimento de equipes de trabalho, a orientação e a formação de professores em aspectos psicológicos essenciais do processo educativo, o psicólogo constitui o centro do trabalho, precisamente porque o objeto em foco, em cada caso, está diretamente vinculado a seu campo de formação (MARTÍNEZ, 2010, p. 54).

O planejamento e a articulação do trabalho do psicólogo educacional com o do orientador pedagógico, com o do orientador educacional e de outros profissionais vinculados à educação são essenciais para que ocorra um trabalho criativo, integrado e que atenda as exigências da realidade e demandas do processo educativo.

3.4 O caráter sistêmico do trabalho do Psicólogo Educacional em Duque de Caxias

O trabalho do psicólogo educacional em Duque de Caxias apresenta um caráter sistêmico, com inúmeras possibilidades de intervenções, desde a questões relacionadas aos problemas de aprendizagem e emocionais dos atores envolvidos no contexto da educação até aos relacionados com o Projeto Político Pedagógico. A atuação do psicólogo é ampla e surge no decorrer do processo, de acordo com as demandas e necessidades pertinentes ao ensino aprendizagem e aos integrantes do contexto educativo como alunos, pais, família, comunidade, sociedade e parcerias. Disso decorre uma concepção de prática centrada nos processos de ensino e aprendizagem, cuja finalidade é propiciar o desenvolvimento pleno do educando, em todos os aspectos que o constitui como sujeito singular e, ao mesmo tempo, pertencente humano.

A atuação do psicólogo na educação visa a ampliação do olhar e do entendimento de que cada aluno é um ser único com experiências de vida diferente que naturalmente influenciam na aprendizagem. No contexto da educação cada aluno deve ser visto e respeitado em sua singularidade para que sejam estimuladas as potencialidades e superados os limites. Em Duque de Caxias, conforme consta no Plano Municipal de Educação:

A Psicologia Educacional deve compor o espaço das equipes técnico-pedagógicas, portanto, atuar com orientadores educacionais e pedagógicos, Em conjunto com a equipe, colabora com o corpo docente e técnico na elaboração, implantação, avaliação, formulação e reformulação de currículos, de projetos pedagógicos, de políticas educacionais e no desenvolvimento de procedimentos educacionais. Contribui na análise e intervenção no contexto educacional, buscando melhor funcionamento do sistema, que resultará na realização dos objetivos educacionais (PMDC, 2015, p. 132).

Com relação à educação de Duque de Caxias no que se refere à atuação do Psicólogo Educacional e regulamentação municipal, existem como princípios norteadores da prática, as diretrizes legais do Regimento Escolar, em particular o título II, capítulo II, seção I, artigos 33 e 34 (relacionados à função, habilitação e atribuições do Psicólogo educacional)

DO PSICÓLOGO EDUCACIONAL Art. 33 – A função do Psicólogo Educacional será exercida por profissional legalmente habilitado em Psicologia, concursado para este fim. Parágrafo Único- Sua função deverá ser a de agir nos fatores relacionados aos processos de desenvolvimento humano, aos processos de aprendizagem, às relações interpessoais e às dimensões institucionais. Art. 34 – São atribuições do Psicólogo Educacional: I- participar, de forma integrada com a Equipe Técnico-Administrativo-Pedagógica, da construção e elaboração coletiva do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar; II- contribuir, junto com a Equipe Técnico-Administrativo-Pedagógica, no planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas na Unidade Escolar, visando uma ação articulada; III- desenvolver atividades com a Comunidade Escolar, visando identificar e minimizar dificuldades psicossociais que possam bloquear o desenvolvimento de potencialidades, a auto-estima e o exercício da cidadania; IV- desenvolver, junto com a Equipe Diretiva, atividades com educadores e alunos, objetivando a explicitação e superação de entraves institucionais; V- contribuir para o processo de orientação para o trabalho, tendo com o princípio a relação trabalho-conhecimento, vinculada à prática social, individual e coletiva; VI- selecionar, pesquisar e estudar assuntos específicos de seu campo de trabalho, procurando manter-se atualizado quanto aos processos de aprendizagem, desenvolvimento humano, relações interpessoais e dimensões institucionais; VII- participar de seminários, fóruns de debates, palestras, oficinas organizados pela Unidade Escolar, promovidos pela Secretaria ou outras Instituições de Ensino; VIII- participar da atualização pedagógica, através dos grupos de estudo e dos Conselhos de Classe; IX- desenvolver, junto com a Equipe Técnico-Administrativo-Pedagógica, atividades com os educandos,

visando um trabalho preventivo relacionado à afetividade, cognição e socialização; X- diagnosticar as necessidades dos alunos dentro do Sistema Educacional e analisar, com o Orientador Educacional, possíveis encaminhamentos a serviços de atendimento clínico, médico e outros Serviços Públicos dentro da Comunidade (PMDC, 2015, p. 15).

Quanto à garantia em Lei, temos em Duque de Caxias, o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município – Lei 1.070, de 19/09/1991 que institui a estruturação das carreiras. No Art, 15 – o qual se refere ao Pessoal de Apoio Técnico, em Parágrafo Único, consta que:

Psicólogo - passarão a integrar esta categoria funcional os Psicólogos com Formação em Psicologia e comprovada habilitação na Área Escolar através de cursos de atualização (360 h) e extensão; e que desempenhem atividade de Assessoria no Planejamento Educacional, Avaliação Psicológica e Acompanhamento de alunos da rede municipal e orientação às famílias dos educandos e equipe pedagógica (PMDC, 1991, Art. 15, F. 1070).

Nas atribuições do psicólogo na escola fica evidente que este deve colaborar com a adequação, por parte dos educadores, de conhecimentos da Psicologia que lhes sejam úteis na consecução crítica e reflexiva de seus papéis. Também, desenvolver trabalhos com o corpo docente e discente com vistas à extinção de bloqueios afetivo/cognitivos, que impedem o desenvolvimento de ambos. Neste sentido, realizar intervenções cognitivas e afetivas através de grupos de apoio se torna uma real necessidade.

Grupos de apoio psicopedagógicos com alunos que apresentam dificuldades no processo de escolarização também pode ser uma outra atividade desenvolvida. A (o) psicóloga (o), nesse sentido, poderá trabalhar, em parceria com pais, professores e equipe pedagógicas, com atividades que colaborem para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, enfocando a relação entre cognição e afeto (CFP, 2013, p. 62).

Almeida (2010) salienta que, este profissional deve buscar desenvolver com os participantes do trabalho escolar (pais, alunos, diretores, professores, técnicos, pessoal administrativo), atividades visando a prevenir, identificar e resolver problemas psicossociais que possam bloquear, na escola, o desenvolvimento de potencialidades, a autorealização do aluno. O psicólogo

através de sua prática pode contribuir para a construção de um contexto saudável, onde exista respeito nas relações entre os diferentes atores inseridos no processo.

A construção de um ambiente escolar que valorize e respeite as diferenças de forma a propiciar um nível elevado das relações entre professores, alunos, funcionários e pais e responsáveis pode contribuir de forma significativa para fazer da escola uma instância insubstituível para a cidadania, a cultura e o desenvolvimento (DEFOURNY *apud* CASASSUS, 2009, p. 17).

São muitos os desafios presentes no contexto da educação. Psicólogos e demais profissionais enfrentam inúmeras dificuldades, porém somente através da colaboração e união de todos os envolvidos, podem-se superar os dilemas e limitações regionais, econômicos e sociais em prol de uma educação de qualidade. A superação ocorre quando o saber é construído à medida que as experiências vão acumulando-se, as práticas anteriores e a própria realidade vão sendo transformadas.

Em busca de superação, atuando na educação, o psicólogo encontra novas formas de intervir diante das especificidades sociais e culturais presentes nos diferentes meios educacionais. Mas para que o psicólogo esteja presente, atuando na educação municipal, o poder público necessita viabilizar essa inserção através da promoção de concursos:

De acordo com o Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias, diante de tantos desafios (drogas, violências, desinteresse de estudantes, professores e pais, falta de participação da família, pouco envolvimento docente em algumas ações pedagógicas, inclusão das diferenças no cotidiano escolar) no que se refere às metas, no item 1 consta a contratação de psicólogos educacionais, por meio de concurso público (PMDC, 2015, p. 134 e 135).

A reflexão e a análise da atuação do psicólogo educacional poderá contribuir para uma partilha de conhecimentos e experiências que são necessárias diante dos diversos aspectos contidos na pluralidade cultural. São muitas as possibilidades de intervenção do psicólogo diante do campo educacional, porém à psicologia educacional se impõe a necessidade de provar a sua importância no plano da práxis, mostrando que contribui com respostas a certas questões postas pelos meios educativos; tem que provar

simultaneamente a sua necessidade no plano dos conhecimentos científicos mostrando que permite o estudo de certas categorias de comportamentos e de mecanismos psicológicos relacionados com a mudança, comportamentos e mecanismos da educação. Conforme Resoluções nº 010/1997 e nº 011/1997, os profissionais psicólogos só podem associar, utilizar e anunciar sua prática profissional a princípios e técnicas reconhecidos pela ciência, pela prática e pela ética profissional.

As práticas psicológicas que orientam a atuação profissional devem ser ressignificadas e apoiadas não em uma teoria, mas em uma epistemologia que enfatize os fatores objetivos e subjetivos do processo ensinar-aprender, as condições do contexto socio-cultural, a importância das relações inter e intra-subjetivas professor-aluno, o aprendiz como sujeito do conhecimento e o papel social da escola na formação do cidadão. A ressignificação da atuação profissional passa, portanto, pela apropriação de referenciais teóricos que levem em consideração os processos interativos, conscientes e inconscientes, constitutivos dos sujeitos em processo de ensino, de desenvolvimento e de aprendizagem, em uma perspectiva psicodinâmica e sociohistórica, cujo foco não é o indivíduo, mas os sujeitos em relação (ALMEIDA, 2001. p. 48).

Com os dados iniciais da pesquisa, foi possível perceber que as ações dos psicólogos na equipe, seja com a direção, orientadores, professores, pais e alunos tem como foco a prevenção ou ao atendimento de demandas específicas do processo educativo e da realidade factual. A avaliação ocorre, porém dentro de um contexto institucional, histórico, social e pedagógico e não voltado ao aluno individualmente ou a partir de uma ação ou estratégia isolada, mas buscando uma visão interdisciplinar. O trabalho é coletivo e a mobilização dos envolvidos representa possibilidade de transformação,

Se queremos uma inserção para mudanças, é importante nos deslocarmos do lugar da eficiência das soluções para problematizar, potencializando outras perguntas e uma formação que deixa de ser da criança para ser de todos, inclusive da (o) psicóloga (o). O trabalho é coletivo e toda escola tem que ser envolvida nesta busca de alternativas, o professor tem que ser valorizado, os pais necessitam ser ouvidos porque têm muito o que falar sobre a escola e a educação, e a equipe pedagógica se constitui em um alicerce para uma prática pedagógica que prime pelo desenvolvimento das potencialidades. Certamente não faremos isso se não ampliarmos nossa cultura educacional, se não procurarmos nos inteirar das polêmicas da formação, se ficarmos parados

num certo “enquadre clínico”, que considera o “humano” como essência. As práticas coletivas de produção de subjetividade se apresentam para nós como estratégia de interferência no processo educativo, levando em conta que os sujeitos, quando mobilizados, são capazes de transformar realidades, transformando-se a si próprios nesse mesmo processo (CFP, 2013, p. 44).

Atualmente a rede municipal de educação de Duque de Caxias composta por 178 (cento e setenta e oito) Unidades Escolares, conta com 10 (dez) psicólogos: 2 (dois) aposentados, 2 (dois) na sede da SME; 2 (dois) em Escolas e 4 (quatro) em Creches.

Com relação ao início do psicólogo, é possível observar que o primeiro psicólogo (PSI 01) que iniciou na Educação teve entrada em 1982, quando fez concurso para professora, posteriormente foi desviada para a saúde, enquadrada como psicóloga pela Secretaria de Saúde e desviada para cargo de chefia na Secretaria de Educação.

Sendo oriundos do primeiro concurso, realizado em 1992, PSI 07 e PSI 08, tiveram entrada em 1993. Também oriundos do primeiro concurso, PSI 03 e PSI 09, tiveram entrada em 1994. Sendo oriundos do segundo concurso (1995), tiveram entrada em 1998, PSI 02, PSI 04, PSI 05, PSI 06 e PSI 10. É possível observar estas informações no quadro a seguir.

QUADRO 8 – LOTAÇÃO DOS PSICÓLOGOS NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DUQUE DE CAXIAS

PSI 1	24/03/1982	Origem Secretaria Municipal de Saúde	1°	Aposentado
PSI 2	09/03/1998	Sede da SME	1°	Aposentado
PSI 3	31/05/1994	E.M. Regina Celi da Silva Cerdeira	2°	Ativo
PSI 4	06/05/1998	Sede da SME	1°	Ativo
PSI 5	09/03/1998	Creche e Pré-Escola Professora Armanda A. Alberto	3°	Ativo
PSI 6	08/10/1987	Sede da SME	1°	Ativo

PSI 7	24/03/1993	Creche e Escola Doutor Álvaro Alberto	1°	Ativo
PSI 8	24/03/1993	CCAIC Jardim Gramacho	1°	Ativo
PSI 9	31/05/1994	E M Hermínia Caldas da Silva	1°	Ativo
PSI 10	09/06/1998	Creche Professor João de Oliveira	1°	Ativo

Fonte: Coordenadoria de Estatística da SME/DC

Obs.: Adaptação da Pesquisadora

A realidade e a necessidade de intervenção é o que norteia a atuação do psicólogo educacional, seja atuando em unidades escolares ou na própria secretaria de educação do município. Por meio do fazer psicológico é possível, incentivar, questionar, planejar, analisar, avaliar e contribuir por uma educação onde todos os envolvidos no processo podem participar ativamente, podem ser ouvidos na busca por aprender, obter soluções, superar as dificuldades diante da realidade que em muito está longe da idealizada.

A educação como possibilidade de humanização está em crise no país e em Duque de Caxias, são muitos os entraves, a insatisfação é grande quanto aos serviços de educação quanto aos direitos dos servidores que atuam na educação. Há, pois um contraste entre a proposta da educação de promover o acesso ao conhecimento e a aprendizagem para todos sem distinção e o que na realidade existe de acesso e permanência de alunos nas escolas.

O conhecimento precisa estar ao alcance de todos e isto é promover humanização e conscientização de direitos e deveres por meio da educação. E a serviço da educação deve estar a psicologia representando avanços em prol do humano e da humanização. Uma educação humanizada possibilita uma evolução natural e consciente do ser humano em sua trajetória e busca de descobertas através do processo de autonomia. A psicologia atualmente coloca-se à serviço de um processo efetivo de democratização educacional e social em detrimento de muitas práticas de profissionais, como diz Antunes:

O profissional em educação é um trabalhador que maneja a aprendizagem como um mecânico a sua ferramenta, alienando-se de um significado para a transformação social. Sua racionalidade econômica sob a perspectiva da globalização desperta uma visão “fatalista” e reduz o trabalho educativo à conquista de uma técnica (ANTUNES, 2008, p. 183).

A educação é direito do indivíduo, espaço de conhecimento e saber aliados ao processo de humanização do ser. No palco da educação, o indivíduo, logo nos primeiros anos de vida, começa a interagir e a aprender através da escrita e da leitura, bem como com os primeiros conhecimentos, descobertas e questionamentos.

A educação contribui para a construção da autonomia, os conflitos filosóficos, o posicionamento crítico a possibilidade de evolução e emancipação humana através de sua trajetória única de desenvolvimento e aprendizagem até o nível superior de estudo. E para um aprendizado efetivo e significativo, os conteúdos e saberes necessitam estar contextualizados histórica e socialmente com o que cada indivíduo constrói acerca da realidade de acordo com as referências e experiências vividas. Dessa forma, é possível construir uma educação transformadora, através de conteúdos, saberes e humanização, de maneira coerente e equilibrada.

3.5 Um diálogo atento por integração: Psicologia e Educação, em busca de humanização

O contexto escolar representa um recorte do que ocorre na sociedade. Fora da escola, a sociedade revela preconceitos que se manifestam através da discriminação da cor, do sexo, dos costumes, da origem das pessoas, das condições sociais, orientação sexual. Na escola, há preconceitos oriundos de manipulação de fatos lingüísticos, culturais, intelectuais, entre outros.

Fora da escola, o poder do dinheiro decide quem domina e quem é dominado; na escola, o poder do saber decide quem é inteligente e quem é ignorante, quem tem distúrbios de aprendizagem e quem simplesmente cometeu enganos casuais. Saviani (2003) considera que a Pedagogia Histórico-Crítica, por sua vez, traz para o centro do debate a compreensão de que a

escola está vinculada à forma como a sociedade está organizada, aos interesses do capital, e defende a socialização do conhecimento, contribuindo para o processo de humanização dos alunos.

Neste contexto da escola marcado por uma infinidade de fatores e características semelhantes e distintas da sociedade, há que se buscar um constante diálogo por integração entre psicologia e educação na busca de intervenções diante dos entraves que emperram o processo educativo. O que se busca é uma educação de qualidade onde possa ser valorizada a potencialidade do aluno e não as limitações, uma prática de respeito a singularidade do aluno, onde a interação, as trocas afetivas, de conhecimentos, saberes e vivências sejam estimuladas para enriquecimento do coletivo.

De acordo com Fernández (2001) as modalidades de aprendizagem que apontam as dificuldades de aprendizagem têm sempre no bojo questões que não envolvem só a escola, mas todo um contexto, que deve ser visto como a realidade sistêmica da criança. Esse processo ensino-aprendizagem está permeado pelo sujeito-aprendente, que em certa medida re(cria) seus conhecimentos e, como sujeito-autor, sente-se autônomo para apreciar o conteúdo e integrá-lo ao seu contexto. É importante que possibilite identificar a dinâmica da modalidade de aprendizagem que é revelada no *modus* operacional do aluno, ou seja, o aluno age dessa ou daquela forma frente ao que espera aprender. Fernández chama isso de molde relacional, explicando-o.

Quando digo que a modalidade de aprendizagem supõe um molde relacional que cada sujeito utiliza para aprender, estou referindo-me a uma organização do conjunto de aspectos (conscientes, inconscientes e pré-conscientes) da ordem da significação, da lógica, da simbólica, da corporeidade e da estética (FERNÁNDEZ, 2001, p. 79).

Há na prática do psicólogo educacional uma constante necessidade de diálogo com os integrantes do contexto onde ocorre o processo ensino-aprendizagem, uma procura por constantes trocas, por integração, interação e humanização. Neste espaço educativo o diálogo tem importância essencial, na verdade, não há duas pessoas que usem a linguagem do mesmo modo, porque a linguagem é também uma forma de expressão da individualidade, um lugar onde o indivíduo constrói a si próprio e o exhibe ao mundo.

O indivíduo é um ser dialógico que se constrói e interfere na construção do outro com quem interage através de diferentes “idiomas”. Dialogar, o que todo mundo faz, é uma das formas mais sofisticadas de organização das experiências próprias e alheias no meio em que se vive. É nesse meio, onde nada ou quase nada é exclusivo, os conteúdos aprendidos ou não-aprendidos, os condicionantes orgânicos, as operações cognitivas, os determinantes inconscientes - e tudo se articula em uma escuta, onde os idiomas de cada um são expressos como possibilidade de crescimento pessoal e interpessoal através da aprendizagem.

Cada pessoa tem uma modalidade singular de aprendizagem que, tal como um idioma, pode distinguir-se entre outros, mas não obriga todas as pessoas que o falam a dizerem, nem a pensarem, as mesmas coisas. O conhecimento do idioma que falamos enriquece-nos no modo de interpretar o mundo e a nós mesmos. O reconhecimento do idioma que utilizamos para aprender e ensinar permite-nos ser mais livres e criativo (FERNÁNDEZ, 2001, p.80).

A prática do psicólogo no contexto educacional deve estar ligada a um processo de reflexão crítica da realidade, do dia-a-dia da escola e de seus integrantes, conhecendo o aluno por meio do diálogo com todos os diversos membros que formam o ambiente escolar, sobretudo, através do discurso do próprio aluno. O psicólogo escolar sempre atua em parceria com os demais profissionais, com o aluno e a família. Afinal, “Aprendizagem é um processo de construção que se dá na interação permanente do sujeito com o meio que o cerca, meio esse expresso inicialmente pela família, depois pelo acréscimo da escola ambos permeados pela sociedade em que estão” (WEISS, 2001, p. 26).

No decorrer da história, quando a Psicologia mudou o foco na década de 1980 e passou a ter um caráter mais preventivo, mesmo assim o psicólogo apresentou dificuldade para se adequar e permaneceu atrelado a um modelo clínico, tratando os problemas de forma centrada no aluno, o que ainda ocorre atualmente. Enquanto que a prática do psicólogo na educação deveria ser uma busca constante de diálogo para lidar com situações e demandas de múltiplas origens e também oriundas da forma como a sociedade está organizada. Quanto à prática psicológica na educação,

É importante considerar que na intervenção na escola é preciso que a(o) psicóloga (o) identifique, primeiramente, concepções “de sociedade, de educação, de grupo, de indivíduo, de coletividade” dos professores, estudantes e familiares, assim como as suas próprias concepções. É preciso compreender a constituição histórica do psiquismo humano e resgatar propostas de ações societárias e coletivas para uma atuação crítica da (o) psicóloga (o) em contextos educativos buscando romper com práticas excludentes na escola (BARROCO, 2007, p. 179).

Surgem novos caminhos para a psicologia revelando uma tendência crítica que sofreu a influência de dois trabalhos produzidos por Souza Patto: Psicologia e ideologia – uma introdução crítica à Psicologia Escolar, de 1984, e A produção do fracasso escolar, de 1991. Surgiu um novo enfoque da atuação do psicólogo que até então estava voltado para práticas individualistas e ajustatórias com ênfase no modelo clínico.

O foco, portanto, passa a ser o processo de escolarização e não o aluno. Através de um enfoque crítico questiona-se a culpa imposta ao aluno pelo fracasso e a análise volta-se para as questões mais amplas, incluindo a qualidade do ensino e os preconceitos e estereótipos existentes no contexto escolar com relação aos alunos carentes social e culturalmente.

Tentar entender o processo escolar sob a perspectiva crítica implica na compreensão do fracasso escolar a partir de uma análise aprofundada do fenômeno educacional como síntese de múltiplas determinações, e que se situa em um contexto histórico concreto (MEIRA, 2003, p.27).

O psicólogo que se vincula à rede pública de ensino defronta-se com o problema das dificuldades de escolarização tão comuns entre os alunos dos segmentos mais empobrecidos, alunos estes que não se encontram dentro do perfil de aprendizagem desejado pela escola. Nesta escola que teoricamente “é para todos”, índices altos de repetência têm deixado o país em má situação no cenário internacional e se tornou objeto da atenção das instâncias governamentais responsáveis pela política educacional e pela inserção dos psicólogos para dentro das escolas. Porém, inserido no contexto educacional, o psicólogo, de maneira simples e clara, deve priorizar uma visão sistêmica com a finalidade detalhar a capacidade de ver o cenário completo,

analisando todos os agentes e situações que compõe o processo ensino-aprendizagem.

Numa prática sistêmica, o psicólogo não deve atuar focado apenas e diretamente no aluno, mas trabalhar com todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, começando com o professor e, se possível, depois, com todos os outros profissionais que fazem parte da trajetória escolar do aluno, para poder compreender a situação atual do aluno. Se faz necessário uma avaliação crítica da educação e da sua função, bem como um conhecimento amplo das múltiplas determinações que compõem a condição necessária para o psicólogo delimitar seu espaço histórico e social, buscando elementos e caminhos possíveis para a transformação neste espaço escolar.

Tem condições de transformar o imediato em mediato; negar as aparências sociais e as ilusões ideológicas; apanhar a totalidade do concreto em suas múltiplas determinações e articular essência/aparência, parte/todo, singular/universal e passado/presente, compreendendo a sociedade como um movimento de vir a ser (MEIRA, 2000, p. 40).

A atuação da psicologia na escola é uma proposta que leva em conta o processo ensino-aprendizagem e de humanização a que se propõe. Leontiev (1978) defende a ideia de que é pela educação que o homem se humaniza, que ele precisa se apropriar dos bens culturais para se tornar humanizado. Vigotsky (2000) deixa claro o quanto a aprendizagem promove o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, tais como memória lógica, abstração e atenção concentrada, entre outras funções. Para Vigotsky (2000), a educação não cumpre apenas a função de desenvolver as funções superiores, a tolerância e a solidariedade. A interação com outros indivíduos é uma necessidade ontológica, ou seja, é por meio da relação do aluno com outros, com a diversidade, com as diferenças, com a natureza e com a história dessas relações, que este aprende, se desenvolve e se humaniza. A aprendizagem tem a função de impulsionar os "vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em cooperação com seus companheiros" (VIGOTSKY, 1991, p.101).

Porém, a diversidade e as diferenças que caracterizam e enriquecem a humanidade são reconhecidas como problemas no contexto educacional. Nega-se, oculta-se as desigualdades, reapresentadas como doenças. Problemas de diferentes ordens e fatores são transformados em doenças, transtornos, distúrbios que escondem as grandes questões políticas, sociais, culturais, afetivas que afligem a vida das pessoas. Questões sistêmicas são interpretadas e consideradas como individuais; problemas sociais e políticos são entendidos como biológicos. Nesse processo, que gera sofrimento psíquico, o aluno e sua família são responsabilizados pelos problemas, enquanto governos, autoridades, o sistema educacional e os profissionais são desobrigados de suas responsabilidades.

Os alunos é que teriam problemas, seriam disfuncionais, pois não se adaptam, seriam doentes, pois não aprendem, teriam transtornos, pois são indisciplinadas... Assim, surgem equivocadamente diagnósticos como Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), Transtorno Desafiador de Oposição (TOD), esquizofrenia, dislexia, entre outros, que instauram no aluno as dificuldades por conta da falta de adequação e acolhimento da diversidade e diferenças presentes na sociedade. O estigma da doença faz uma segunda exclusão dos já excluídos – social, afetiva, educacionalmente – protegida por discursos de inclusão. Independente do perfil apresentado pelo aluno, a educação precisa reinventar-se sempre em busca de propiciar “modalidades de aprendizagem” adequadas à singularidade do aluno.

A problemática da aprendizagem é uma realidade alienante e imobilizadora que pode apresentar-se tanto individual quanto coletivamente. Em sua produção, intervém fatores que dizem respeito ao socioeconômico, ao educacional, ao emocional, ao intelectual, ao orgânico e ao corporal. Portanto, para sua terapêutica e prevenção, impõe-se o encontro entre diferentes áreas de especialização: psicopedagogia, psicologia, psicanálise, pedagogia, pediatria, sociologia, etc (FERNANDEZ, 2001, p. 26.).

Tendo como base a Psicologia Histórico-Cultural, o psicólogo passa a entender o indivíduo como “síntese das relações sociais”, que carrega, em seu psiquismo, marcas da história da humanidade e da sua própria história. Este indivíduo enquanto subjetividade em construção permanente de seu mundo e

de sua personalidade, como uma pessoa cujo sentido precisa ser manifestado para que assim possa se apropriar do que realmente é e/ou deseja ser. A psicologia, neste sentido, proporciona conhecimentos que facilitam ao indivíduo reconhecer-se como sujeito de sua própria libertação, Japiassu acredita que

A psicologia deve ser a ciência do sujeito e de sua libertação, e não a ciência do homem em geral e da integração social; a ciência do sentido, e não da palavra modelada pelas estruturas; a ciência do subjetivo e da criatividade, e não das mentalidades estereotipadas exigidas pela racionalidade técnica e tecnocrática. Seu projeto não pode deixar de ser o de uma ciência da compreensão, da comunicação e do encontro do homem e do mundo (JAPIASSU, 1979, p. 8).

Japiassu (1979) chama a atenção dos profissionais da psicologia para que não reduzam sua "ciência" a uma simples prática técnica de adaptação e de manipulação dos indivíduos, a não ser que pretendam converter-se em colaboradores eficazes no processo de "servilização" e de controle psíquico. Neste sentido, os pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural podem ajudar na superação de uma visão tradicional que, muitas vezes, dirige a prática dos psicólogos, influenciados por uma visão calcada no ideário liberal. Tanamachi e Meira acreditam que o psicólogo atuando na instituição de ensino é:

[...] o encontro entre os sujeitos e a educação e a finalidade central de seu trabalho deve ser contribuir para a construção de um processo educacional que seja capaz de socializar o conhecimento historicamente acumulado e de contribuir para a formação ética e política dos sujeitos (TANAMACHI & MEIRA, 2003, p. 42-43).

Ao considerar o homem como um sujeito histórico, que produz e é produzido pelas condições materiais, essa vertente da Psicologia pode ser uma grande aliada na defesa da compreensão da formação humana no processo educativo. Segundo Tanamachi e Meira (2003), partindo de uma concepção vigotskyana, o psicólogo pode contribuir para desvelar a ideologia implícita nas concepções que cristalizam a defesa de que os problemas educacionais estão no interior dos próprios alunos, combatendo, assim, as explicações que "psicologizam" esses problemas educacionais.

É possível afirmar que o denominado fracasso escolar foi produzido, pelo menos em parte, pela maneira como Psicologia e Educação se articularam e produziram interpretações supostamente científicas, que deram base a ações prejudiciais ao educando e ao seu processo de escolarização (ANTUNES, 2011, p. 24).

O diálogo entre psicologia e educação, sobretudo em suas mediações com as teorias de conhecimento, é algo que acompanha a própria história. Há uma interdependência entre psicologia e educação, sobretudo pela via da pedagogia, a partir da articulação entre saberes teóricos e prática pedagógica. Pode-se afirmar que o processo de aprendizagem ocorre no âmbito do ser “cognoscente”. Silva considera que: “Pode-se considerar o ser cognoscente como uma unidade de complexidade, ou seja, como um ser pluridimensional tendo uma dimensão racional, uma dimensão afetiva/desiderativa e uma relacional (...)”(1998, p. 40). Todas essas dimensões são fundamentais para a produção de conhecimento, finalidade da pedagogia.

Segundo Silva, na relação com a aprendizagem, o objeto de estudo é o sujeito em desenvolvimento e o objetivo caracteriza-se em “facilitar a construção da individuação e autonomia do eu cognoscente, identificando e clarificando os obstáculos que impedem que esta construção se faça” (1998, p.51). Neste contexto, o diálogo entre psicologia e educação pauta-se em uma análise crítica,

Podemos afirmar que é prioritária uma vinculação entre a Psicologia e a Educação, pois a (o) psicóloga (o) quando desenvolve sua prática na escola ultrapassa o nível da técnica, no sentido de apenas aplicar determinados procedimentos; sua intervenção vai além e relaciona-se com encaminhamentos de questões implicadas com a Psicologia e a Educação, pautando-se em uma análise crítica dessa relação e dos conhecimentos produzidos nesses âmbitos (CFP, 2013, p. 62).

Psicologia e educação caminharam juntas, cada uma em suas especificidades, porém na contemporaneidade com posicionamentos históricos semelhantes, partindo de um olhar crítico, para a possibilidade de construção de uma prática humanizadora e libertadora. Dentre os temas específicos da prática do psicólogo educacional, se destacam: as adaptações curriculares; projetos pedagógicos e interdisciplinares, processos de aprendizagem; manejo

e técnicas de grupo. A atuação visa uma ressignificação de olhares sobre o aluno e à redução de rotulações e diagnósticos desprovidos de análises e observações convincentes para se buscar compreender o aluno enquanto um ser singular, histórico e dialógico, inserido em um campo de forças que se encontram em constante movimento. A psicologia contrapondo-se a identificar a normalidade, preocupa-se com a potencialidade e a singularidade do humano,

Ao identificar a normalidade com a regularidade da média, a psicologia normatiza o que é o ser humano, negando a diversidade possível, bem como o acolhimento dos sujeitos em sua singularidade. Tem-se disto que a média estatística, tão empregada em nossa cultura científica para definir o local onde o indivíduo se inscreve no limite entre saúde e doença, antecipa-se na produção de uma normatividade difícil de ser alcançada nas singularidades (BARONI, VARGAS & CAPONI, 2010, p. 73).

Uma educação humanizada e humanizadora permite "olharmos" para o aluno em sua totalidade, como sujeito em construção e por isso em constante transformação. Através desta dimensão do "olhar" é possível considerarmos em sua organização, a cognição e a afetividade que são a base para a formação da pessoa, a construção do ser. A afetividade é a base da vida. Sem ela o ser humano terá sua ação como ser social comprometida, sem força, sem expressão, sem sentido. Somente reconhecendo no ser toda a sua subjetividade, se torna possível trabalhar em prol da humanidade de cada indivíduo.

[...] compreendermos como se constitui a subjetividade e trabalhar em prol do desenvolvimento da humanidade de cada indivíduo. Esta compreensão também demanda muito esforço, muito aprofundamento teórico e muita sensibilidade, assim como solidariedade para se colocar no lugar do outro, e contribuir para que ele consiga enxergar outras facetas da sua vida, de forma que possa tomar consciência do seu lugar, nesta sociedade dividida em classes, e possa ter o desejo e condições de transformar essa sociedade (FACCI, 1998, p. 235).

A visão unilateral, fruto do desenvolvimento científico voltado para a racionalidade e objetividade, visão conteudista, gera a alienação e a fragmentação do conhecimento e conduz ao cruel sistema competitivo. Daí a

importância da parceria entre Psicologia e Educação, enquanto mediadores do processo humanizado e humanizador que ultrapasse o âmbito do "ensinar" e "transmitir" conteúdo. O principal objetivo desta parceria é contribuir para a construção de redes de atenção à vida que tenha como finalidade o respeito às potencialidades dos alunos e não as limitações.

A Psicologia na Educação deve colaborar com as condições de ensino-aprendizagem, de modo a procurar superar déficits, compreendendo-os em seus contextos produtores. A falta de respeito ao aluno, a aceitação das exigências desumanizantes não ocorre devido a um inato conformismo, mas porque sofrem a pressão de um domínio sob a forma de autoridade legal que legitimam a manutenção da ordem e da não ruptura dos esquemas em prol de mudança. Para se romper com a condição de dominador/dominado, é importante entender que:

O dever é um conceito no âmbito da não-liberdade, ao passo que a responsabilidade é um conceito no âmbito da liberdade. Essa diferença entre dever e responsabilidade corresponde à direção entre a consciência autoritária e a humanista. A consciência autoritária é essencialmente a disposição de seguir as ordens das autoridades a quem a pessoa se submete; é obediência glorificada. A consciência humanista é a disposição para ouvir a voz da própria humanidade e independe de ordens dadas por qualquer outra pessoa (FROMM, 1969, p.95).

A psicologia educacional precisa identificar a visão de homem, de educação, das ideologias disseminadas, e intervir através de uma prática social transformadora. Neste sentido, é impossível compreender o indivíduo em seu processo educacional sem considerar a forma de organização da sociedade, sem reconhecer o processo de alienação que está contida nas relações do contexto escolar. Possibilitar que todos os indivíduos tenham acesso ao conhecimento, a liberdade e ao respeito, reflete uma prática da Psicologia humanizadora que se mostra contra a ideologia dominante que oprime e massifica. Faz-se necessário, como aborda Arroyo trabalhar inicialmente pela recuperação da humanidade que lhes é roubada em outros tempos e espaços.

Não cabe na pedagogia escolar apesar de ser essa infância real a que entra em milhares cada dia nas escolas públicas, trazendo-nos as marcas das condições deformadoras em que reproduzem sua existência. Marcas trazidas até na memória da

pele, dos seus rostos e olhares. Crianças e adolescentes, roubados de alimentação, moradia e saúde, mas, sobretudo, roubados de sua humanidade, proibidos de ser, não apenas proibidos de ter, ler ou contar (ARROYO, 2002, p. 243).

Sociedade, educação e psicologia estão relacionadas, e os avanços e retrocessos fazem parte da trajetória desta relação na história. A partir da década de 1980, os questionamentos e as propostas de reformulação da Psicologia no Brasil buscaram superar sua alienação, dando à sua prática uma conotação mais crítica a qual atualmente ocupa-se da mudança efetiva da sociedade e dos indivíduos através de uma consciência humanista. Neste contexto, a prática da psicologia deve estar fundamentada em três pilares, colocados por Meira (2003), tendo como base a Psicologia Histórico-cultural: “Por uma nova sociedade”, “Por uma educação de qualidade para todos” e “Por uma Psicologia do homem”.

4.0 PERCURSO METODOLÓGICO, UM CAMINHO PARA O OLHAR

Neste capítulo são apresentados os dados coletados, o tratamento das informações, a análise das investigações realizadas durante a pesquisa que se apresenta como bibliográfica quali-quantitativa, com utilização de estudo de caso. Compreendendo como campo de pesquisa a Rede de Educação do município de Duque de Caxias, uma investigação sobre a função e a atuação do Psicólogo Educacional, tem como sua ação principal não somente a análise documental, mas também a observação participante, cujas informações coletadas recebem um tratamento quantitativo e qualitativo à luz da compreensão do pesquisador, envolvendo ainda, a dimensão sócio histórica na qual pesquisador e sujeitos da pesquisa encontra-se dialeticamente inseridos.

O estudo de caso é um método de investigação que acolhe a diversidade de fontes de pesquisa, a interdisciplinaridade e a multirreferencialidade, sem deixar escapar a complexidade da realidade social. Para Patton (2002) a finalidade de um estudo de caso é reunir informações detalhadas e sistemáticas sobre um fenômeno.

A presente pesquisa se caracteriza como uma abordagem teórico-metodológica baseada em prática psicológica educacional e possibilita uma nova maneira de compreender o processo e a realidade da educação. Procura compreender o que ocorre na educação do município tomando como referência as práticas cotidianas das unidades escolares contidas na narrativa dos diretores escolares e dos psicólogos educacionais. Neste contexto, entre o olhar do pesquisador e as ações que são desenvolvidas na pesquisa há uma constante interação.

Nem tudo é verdadeiro; mas em todo lugar e a todo o momento existe uma verdade a ser dita e a ser vista, uma verdade talvez, adormecida, mas que, no entanto, está somente à espera de nosso olhar para aparecer, à espera de nossa mão para ser desvelada, a nós, cabe achar a boa perspectiva, o ângulo correto, os instrumentos necessários, pois de qualquer maneira ela está presente aqui e em todo lugar (FOUCAULT, 1982, p. 113 - 114).

4.1 **Pesquisar educação é olhar para uma realidade socialmente construída**

Com o propósito de pesquisar sobre a “Função e atuação do Psicólogo Educacional no contexto da educação do município de Duque de Caxias – RJ” foi utilizada uma metodologia que possibilitou a pesquisadora a identificação e o exame da realidade e das práticas necessárias ao processo educativo. O estudo realizado através de estudo de caso estruturou-se de forma combinada e sequencial de uma fase de pesquisa quantitativa seguida de uma fase qualitativa. Minayo & Minayo-Gómez fazem três considerações importantes:

1) Não há nenhum método melhor do que o outro, o método, “caminho do pensamento”, ou seja, o bom método será sempre aquele capaz de conduzir o investigador a alcançar as respostas para suas perguntas, ou dizendo de outra forma, a desenvolver seu objeto, explicá-lo ou compreendê-lo, dependendo de sua proposta (adequação do método ao problema de pesquisa); 2) Os números (uma das formas explicativas da realidade) são uma linguagem, assim como as categorias empíricas na abordagem qualitativa o são e cada abordagem pode ter seu espaço específico e adequado; 3) Entendendo que a questão central da cientificidade de cada uma delas é de outra ordem [...] a qualidade, tanto quantitativa quanto qualitativa depende da pertinência, relevância e uso adequado de todos os instrumentos (MINAYO & MINAYO-GÓMEZ, 2001, p.118).

A modalidade de pesquisa quali-quantitativa, segundo Knechtel (2014, p. 106) “interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica)”. Os dois métodos de pesquisa foram usados de maneira integrada, o que possibilitou uma melhor compreensão do cenário estudado, a Educação da Rede Municipal.

Quanto aos meios, a pesquisa se caracteriza como bibliográfica e estudo de caso. Bibliográfica, pois para fundamentação teórica do trabalho foi realizada investigação sobre os assuntos pertinentes ao tema e aos objetivos da pesquisa. Já o estudo de caso se caracteriza pelo caráter de profundidade e detalhamento, focando esforços na unidade de análise, a Função e atuação do Psicólogo Educacional no contexto da educação do município de Duque de Caxias. O estudo utilizou técnicas como a observação, com o intuito de

compreender o contexto da pesquisa, questionários (Formulários *Google*), fontes documentais, textos impressos e eletrônicos, histórico da rede municipal e análise de conteúdos bibliográficos, uma vez que o embasamento teórico constitui-se no alicerce para a construção da pesquisa, conforme quadro abaixo:.

QUADRO 9 - FONTES DOCUMENTAIS

ANO	DOCUMENTO
1962	Lei nº 4.119 de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo.
1964	Decreto-lei nº 53.464 de 21 de janeiro de 1964. Regulamenta a Lei nº 4.119, de agosto de 1962, que dispõe sobre a Profissão de Psicólogo. Permite a possibilidade de trabalhar em diferentes campos, como a clínica, a escola, o trabalho, a área acadêmica e a jurídica.
1973	Criação do Centro Nacional de Educação Especial - CENESP
1990	Criação da ABRAPEE- Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional
1990	Fundação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP),
1991	FERNANDES, E. M A implantação do modelo pedagógico em educação especial no município de Duque de Caxias: mudanças na prática pedagógica e institucional. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Educação. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1991.
1991	Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Duque de Caxias– Lei 1.070, de 19/09/1991 que institui a estruturação das carreiras. Art, 15 – Se refere ao Psicólogo Educacional como Apoio Técnico.
1971	Lei nº 5.766 de 20 de dezembro de 1971. Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências.
1975	Resolução nº 8 – Cria o primeiro Código de Ética dos Psicólogos
2005	Código de Ética Profissional do Psicólogo. Resolução CFP Nº 010/05.
2007	Manual de psicologia escolar - educacional / Ana Maria Cassins ... [et al.]. - Curitiba : Gráfica e Editora Unificado, 2007.

2008	História da Psicologia: Pesquisa, formação, ensino Regina Helena de Freitas Campos Organizadora.
2010	Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas (os) na Educação Básica – CFP e CRP
2010	BRASIL. Lei no 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. (PNE 2001 – 2010).
2010	Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil / Oswaldo H. Yamamoto, Ana Ludmila F. Costa (Organizadores).
2014	Conselho Municipal de Educação de Duque de Caxias. Plano Municipal de Educação, 2014.
2015	Regimento Escolar das Unidades Escolares do Município de Duque de Caxias, 2015.
2015	Diretrizes legais do Regimento Escolar, em particular o título II, capítulo II, seção I, artigos 33 e 34 (relacionados à função, habilitação e atribuições do Psicólogo educacional)
2019	Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Fonte: Acervo da pesquisa

O estudo de caso destaca-se na produção de trabalhos que investigam a educação, pois permite o reconhecimento de professores, alunos, técnicos e gestores como atores sociais, como sujeitos historicamente situados; e não simplesmente como pessoas que fornecem dados. Neste contexto é importante conhecer e compreender como está organizado o processo educativo, analisando as práticas ordinárias no aqui e agora e no passado, sempre localizadas nas interações sociais, na convivência humana, nos atores que compõem a educação. Ademais, psicólogos, professores, alunos e gestores, como seres de relações, são membros de grupos micro e macro sociais que leem o mundo e nele buscam caminhos melhores. Suas práticas revelam as filiações que trazem, os saberes que mobilizam, a intenção educativa que possuem e tudo isso pode ser desvelado através do estudo de caso.

Segundo Thiollent (1985), ao empreender uma pesquisa de caráter qualitativo, o pesquisador deve estar ciente de que o processo cognitivo

encontra-se centrado no sujeito, entendido enquanto sua postura interpretativa e compreensiva acerca do objeto e das condições sociais da realidade que o circunda. Há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação.

Lüdke & André (1986) apontam algumas características principais do estudo qualitativo. Os estudos enfatizam a interpretação em contexto, ou seja, para uma apreensão mais completa do objeto, é preciso levar em consideração o contexto em que ele se situa. Os estudos qualitativos usam uma grande variedade de fontes de informação. Ao desenvolvê-lo, o investigador deve recorrer a diferentes técnicas de coleta de informações como entrevistas com diferentes informantes, análise de documentos de diferentes fontes, observação de diferentes situações em momentos diferenciados, etc.

As autoras sugerem ainda que o pesquisador deva ter consciência de que ele é o principal instrumento de coleta de informações, por isso, é fundamental que o pesquisador domine suficientemente o assunto a ser focalizado, funcionando como verdadeiro filtro de constatações. No estudo também não há hipóteses anteriores à entrada em campo, mas sim, questões norteadoras, uma vez que o pesquisador não sabe o que irá encontrar no fluxo dos acontecimentos. A pesquisa não se limita a uma forma de ação, pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados. De acordo com este contexto, “[a] realidade estudada pela pesquisa qualitativa não é uma realidade determinada, mas é construída por diferentes ‘atores’” (FLICK, 2004, p. 43).

Barbier nos apresenta a escuta sensível como método de investigação científica a ser perseguido neste tipo de estudo. Torna-se fundamental lembrar que, “o homem permanecerá, para sempre, dividido entre o silêncio e a palavra” (2002, p.141), onde somente a escuta sensível do pesquisador poderá penetrar e captar o(s) significado(s) do não dito.

No plano individual, o pesquisador logo se defronta com a sua implicação psicoafetiva (BARBIER, 1985). Na pesquisa qualitativa, o objeto de investigação permeia o campo subjetivo, principalmente, quando na dialética função/atuação torna-se a essência do trabalho do psicólogo, como no desenvolvido no contexto da Educação da Rede Municipal de Duque de Caxias. A implicação do pesquisador é parte inerente e dinâmica do processo

de construção do conhecimento. Assim, onde houver ciência humana haverá necessariamente a implicação do pesquisador em sua multidimensionalidade simbólica e imaginária.

O pesquisador desempenha, então, seu papel profissional numa dialética que articula constantemente a implicação e o distanciamento, a afetividade e a racionalidade, o simbólico e o imaginário, a mediação e o desafio, a autoformação e a heteroformação, a ciência e arte (BARBIER, 2002, p.18).

O qualitativo e o quantitativo se complementam e foram utilizados em conjunto na presente pesquisa, possibilitando melhor contribuição para compreender os fenômenos educacionais investigados que se apresentam a partir de múltiplas facetas. A pesquisa quali-quantitativa em educação enfatiza o processo, aquilo que está ocorrendo e não somente o produto ou os resultados finais. Outra característica interessante deste tipo de abordagem é que a pesquisa pode refazer-se constantemente no próprio processo de investigação. Para isso, utiliza-se de um planejamento flexível, em que os focos de investigação vão sendo revistos, as técnicas de coletas, modificadas, os instrumentos, reformulados e os fundamentos teóricos, repensados. Objetividade é intersubjetividade e refere-se ao que é comum aos homens, e nas condições da vida humana a “qualidade está sempre ligada à quantidade” (GRAMSCI, 1995, p. 51). As abordagens quantitativas e qualitativas tratam de fenômenos reais e possibilitam a atribuição de sentido concreto aos dados da pesquisa.

Afirmar, portanto, que se quer trabalhar sobre a quantidade, que se quer desenvolver o aspecto “corpóreo” do real, não significa que se pretenda esquecer a “qualidade”, mas, ao contrário, que se deseja colocar o problema qualitativo da maneira mais concreta e realista, isto é, deseja-se desenvolver a qualidade pelo único modo no qual tal desenvolvimento é controlável e mensurável (GRAMSCI, 1995, p. 50).

Diante das múltiplas dimensões contidas do contexto de investigação, a abordagem metodológica mais indicada para a pesquisa na rede municipal de Duque de Caxias é a do tipo quali-quantitativa, mais próxima da realidade global da Educação. Esta metodologia permite conhecer de um modo diferente e mais amplo; penetrar por detrás do expressado, compreender as palavras,

buscar outro sentido não expresso oriundo da interseção de dois planos, o da objetividade e o da subjetividade contido na complementaridade da quantificação e da qualificação.

A relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um continuum, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 247).

Considerando o percurso metodológico definido, a presente pesquisa tem como campo de estudo a “Função e atuação do Psicólogo Educacional no contexto da educação do município de Duque de Caxias – RJ” e como foco de investigação, a análise dos questionários e de fontes documentais. Por meio da análise dos questionários buscou-se depreender, a partir do olhar do psicólogo e da direção de unidades escolares, as contribuições, a função e atuação do psicólogo educacional, bem como se há reconhecimento do “ser psicólogo educacional” na rede municipal de Duque de Caxias.

A pesquisa se insere na abordagem quanti-qualitativa, de cunho bibliográfico e fundamenta-se nos princípios e métodos da pesquisa com utilização de estudo de caso em educação e psicologia educacional. O *corpus* utilizado para a análise compreende um questionário respondido por 10 (dez) psicólogos educacionais e um questionário respondido por 32 (trinta e dois) diretores de unidades escolares, além dos registros oriundos de observações e de fontes documentais. É importante se destacar que dentre os dez psicólogos, há dois aposentados que também responderam ao questionário tendo por referência os registros de memória do tempo trabalhado.

Os dados da pesquisa foram coletados através de questionários, e a técnica utilizada para interpretá-los foi a análise de conteúdos de Bardin (2011). A primeira etapa desenvolvida foi a pré-análise que ocorreu no momento de olhar todas as narrativas. Foi necessário mergulhar nos conteúdos declarados de forma espontânea para deixar surgir as interpretações, emergir a percepção possibilitando uma melhor compreensão, através de uma análise global da vivência contida no material coletado dos questionários e das demais fontes e

documentos. Na pré-análise foi possível construir a organização do material coletado.

Como estratégia de investigação optou-se pelo estudo de caso que se caracteriza como uma rica alternativa para a pesquisa em Educação, visto que possibilita um conhecimento real e profundo dos fenômenos educacionais. A partir do estudo de caso podem ser pensadas múltiplas dimensões que envolvem a realidade, possibilidades de intervenção, inovações, mudanças curriculares e novas possibilidades de dialogar com os saberes discentes e docentes. Para Martins, no estudo de caso

Busca-se, criativamente, apreender a totalidade de uma situação – identificar e analisar a multiplicidade de dimensões que envolvem o caso – e, de maneira engenhosa, descrever, compreender, discutir e analisar a complexidade de um caso concreto, construindo uma teoria que possa explicá-lo e prevê-lo (MARTINS, 2008, p. 10).

A coleta de elementos e informações para a pesquisa foi realizada durante os meses de março de 2016 a março de 2019, porém a investigação (questionários) foi recolhida durante o ano de 2018 e 2019. Observando os aspectos éticos da pesquisa, a coleta de dados somente iniciou após a autorização da Secretaria de Educação do Município de Duque de Caxias através de carta de anuência, bem como o lançamento do projeto de pesquisa na Plataforma Brasil e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da UNIGRANRIO através do parecer consubstanciado, conforme CAAE 66178717600005283.

Em relação aos participantes da pesquisa (psicólogos e diretores), foi garantida total liberdade de participar ou não da pesquisa e aqueles que concordaram com a realização do estudo, após a leitura, compreensão e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), receberam uma cópia do Termo de Proteção de Risco e Confidencialidade (TPRC), assinado pela pesquisadora, conforme a Resolução CNS 196/96.

Com a realização da pesquisa de campo e coleta de dados, ouvindo os profissionais definidos no planejamento da pesquisa naquilo que eles livremente quiseram e necessitaram dizer, baseados em suas próprias bagagens de conhecimentos e experiências, em seu peculiar modo de ver a

Psicologia Educacional, foi possível tornar a relação pesquisador/pesquisado mais significativa e construtiva, trazendo para a realidade da rede municipal de educação outras questões e novos olhares.

Ter clareza da função social da escola e do modelo de homem que se quer formar é fundamental para realizar uma prática pedagógica competente e socialmente comprometida, e mais especificamente na Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias, onde há grande contraste, desigualdade econômica, social e cultural por parte dos alunos e profissionais envolvidos.

Neste contexto, marcado por diversidade, a educação municipal necessita ser guiada por prática educativa baseada em um projeto político pedagógico democrático que possibilite avanços na busca de qualidade do ensino e humanização, as quais possibilitam a criação de vínculo afetivo, dialógico, lúdico e cognitivo com o aluno e com os demais profissionais, propiciando condições de bem estar, saúde, aprendizagem e desenvolvimento.

A gestão democrática contribui para a formação de cidadãos participativos, que não se isentam de suas responsabilidades, cidadãos que discuta, questione e participe ativamente no processo. E sobre a função transformadora da escola:

Da escola, espera-se que ela promova a capacidade de discernir, de distinguir, de pensar que supõe assumir o mundo, a realidade histórica como matéria perceptível e com objetividade que nos permita sua maior compreensão e intervenções deliberadas. Da escola se espera o fortalecimento de sujeitos que, capazes de elaborar conhecimentos, contingências e estruturas, possam imaginar outros mundos ainda não concretizados e neles investir com paixão para construir tempos e lugares que ampliem as alternativas da realização humana e social (LINHARES, 1986, p. 16).

Se faz necessário observar e analisar o olhar da Direção Escolar sobre a atuação e a função do psicólogo na educação, afinal, o diretor democrático busca estratégias e caminhos, demonstra sensibilidade às necessidades da comunidade, desenvolve talentos, facilita o trabalho da equipe por meio da prática pedagógica para que a escola possa almejar a sua função social. Mas o que é ser democrático? Ser democrático é respeitar os ritmos, as dificuldades, a linguagem e a cultura de cada um, em suas diferenças. As propostas não podem ser impostas. Precisam ser construídas e reconstruídas com as

peças envolvidas, conforme Vallim (2004). Neste contexto democrático, composto de diversidade, como é entendido o lugar do psicólogo educacional no processo por qualidade na educação e por humanização?

A Psicologia Escolar é um campo de atuação profissional do psicólogo (e eventualmente de produção científica) caracterizado pela utilização da Psicologia no contexto escolar, com o objetivo de contribuir para otimizar o processo educativo, entendido este como complexo processo de transmissão cultural e de espaço de desenvolvimento da subjetividade. (MITJÁNS MARTÍNEZ, 2003, p. 107).

4.2. Psicologia Educacional segundo o olhar da Direção Escolar

Em 1979, com o início do Serviço de Educação Especial, surge o psicólogo atuando na educação municipal, nesta época, sendo desviado de função, pois o primeiro concurso para a função de Psicólogo Educacional foi realizado em 1992. Porém, após quarenta anos da presença do psicólogo na rede municipal, os gestores das Unidades Escolares não foram ouvidos sobre a função e a atuação deste profissional. (i) É viável a atuação do psicólogo nas equipes das Unidades Escolares de Duque de Caxias? (ii) Como é compreendido o lugar e a função do profissional de psicologia atuando no âmbito da Educação Municipal de Duque de Caxias? (iii) Em que o profissional de psicologia pode contribuir? (iv) Há mudança de cultura acerca do ser psicólogo educacional na Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias?

A pesquisa em sua fase investigativa, em busca de respostas das 178 (cento e setenta e oito) Unidades Escolares de Duque de Caxias, utilizou o hiperlink:³ e todos os diretores foram convidados a preencher o formulário do Google Drive, porém foram recebidas somente 32 (trinta e duas) respostas, as quais foram analisadas. Estas respostas fazem parte dos dados que a presente pesquisa objetivou estudar através de um olhar sensível e atento empreendido sobre o questionário composto por perguntas objetivas e dissertativas, o qual encontra-se no apêndice um (1).

Ainda que se privilegie a produção do olhar na perspectiva de quem olha estando inserido no contexto da educação, como é o caso do diretor, a

³ Endereço do Google Drive referente ao questionário dirigido aos Gestores das Unidades Escolares de Duque de Caxias.

recepção e a interpretação serão sempre atravessadas pelo olhar daquele que olha de fora, ou seja, o pesquisador, que nesta pesquisa também faz parte do contexto estudado. Posto que, nas pesquisas em ciências humanas e psicológicas, o pesquisador é o principal instrumento da pesquisa e nada poderá substituir sua capacidade de reflexão.

Desse modo, o pesquisador não deve tentar "desaparecer" do contexto da pesquisa para que se possa mostrar objetivamente a realidade retratada. Pelo contrário, ele deve explicitar o lugar que ocupa, assim como ter clara a sua intencionalidade. A intencionalidade do pesquisador pode ser comparada à sua lente. Quanto mais precisa, melhor será o seu foco sobre o objeto. E no que se refere aos participantes (psicólogos e diretores), estes devem ser considerados como parceiros, aqueles com os quais o pesquisador dialogará sobre o tema da pesquisa.

Através desta pesquisa buscou-se conhecer o real significado do olhar do diretor sobre a atuação do psicólogo educacional. Esta sessão revela a psicologia segundo o olhar da direção escolar, considerando a análise de conteúdo baseada na recepção e na interpretação atravessadas pelo olhar da pesquisadora. Como aborda Chizzotti, "o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas" (2006, p. 98).

A metodologia de análise de conteúdo se destina a classificar e categorizar qualquer tipo de conteúdo, reduzindo suas características a elementos-chave, de modo com que sejam comparáveis a uma série de outros elementos. Segundo Bardin (2011, p.15), a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. A Análise Temática de Conteúdo desdobra-se nas etapas: (i) Pré-análise; (ii) Elaboração do material ou codificação e tratamento dos resultados obtidos e (iii) Interpretação. Bardin (2011) afirma que a análise de conteúdo consiste em:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens... A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que

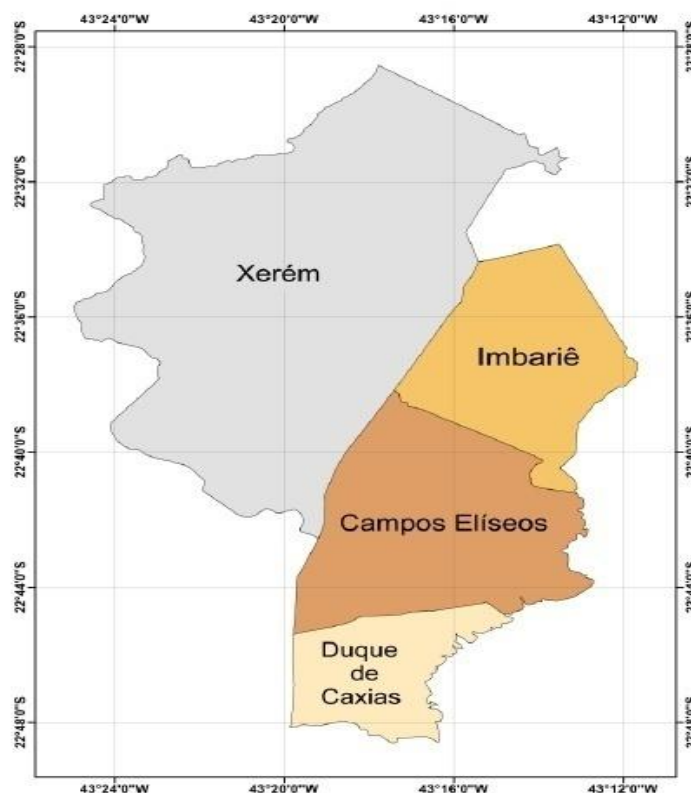
recorre a indicadores, quantitativos ou não (BARDIN, 2011, p. 38).

Os dados da pesquisa foram coletados através de questionários, e a técnica utilizada para interpretá-los foi a análise de conteúdos de Bardin (2011). Após o recebimento dos formulários preenchidos e as respostas submetidas à pré-análise dos conteúdos e tratamento dos resultados obtidos, foi realizado o procedimento de análise e interpretação das respostas em busca de compreensão dos significados. Para a análise dos resultados foram utilizados referenciais de abordagem histórico-cultural.

As respostas foram apresentadas na análise e discussão de resultados, sendo os diretores das unidades escolares identificados por nomes fictícios (junção de DIR mais número), com a finalidade de preservar as identidades dos participantes da pesquisa. Os pseudônimos utilizados são resultado da junção DIR mais número cardinal de acordo com uma sequência crescente.

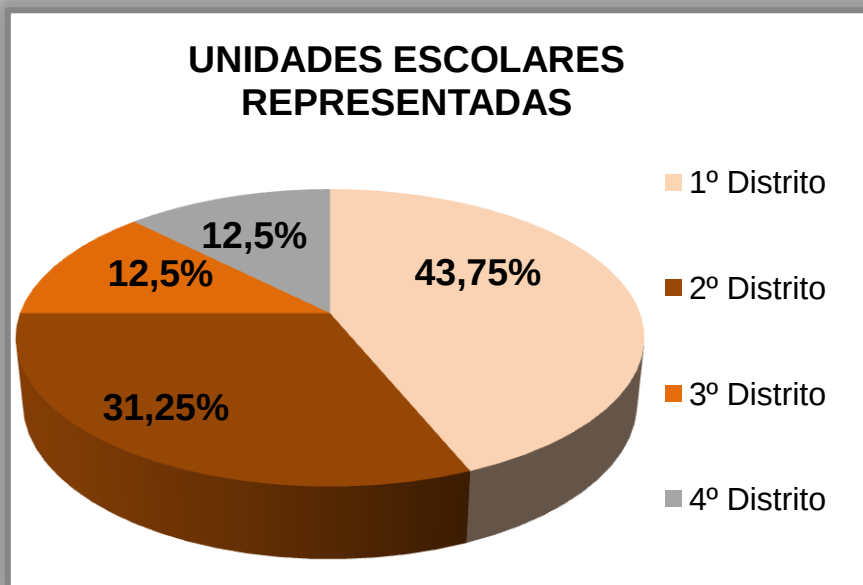
4.2.1 Análise a discussão dos resultados: Direção Escolar

MAPA 2



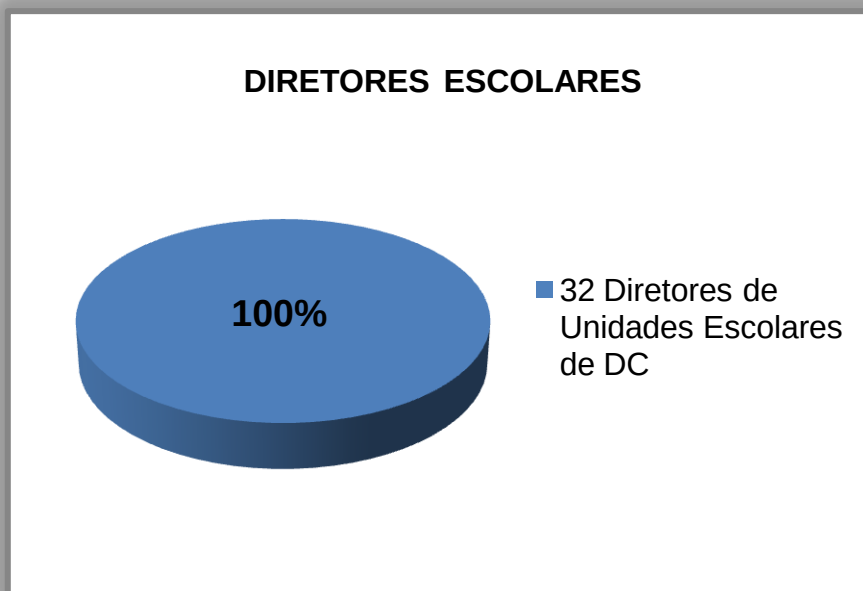
Mapa dos Distritos de Duque de Caxias
Fonte: Atlas Geográfico de Duque de Caxias

Gráfico1



Fonte: Acervo da Pesquisa

Gráfico 2



Fonte: Acervo da Pesquisa

Os resultados obtidos através dos questionários puderam representar um número total de 32 (trinta e dois) respostas, onde todos os sujeitos respondentes, 100%, ocupam o cargo de diretor de unidade escolar. Em Duque

de Caxias, há quatro distritos, conforme mapa 1, e estes são identificados como Duque de Caxias (primeiro distrito), Campos Elíseos (segundo distrito), Imbariê (terceiro distrito) e Xerém (quarto distrito). O resultado que reflete a participação dos diretores que responderam ao questionário consta no gráfico 1 e 2. Existe uma correlação de cores entre o mapa 1 e o gráfico 1.

Quanto ao total de respostas por distritos, foi possível constatar que 14 (quatorze) respostas, 43,75%, referem-se ao primeiro distrito, onde existem seis psicólogos lotados. Distrito este em menor extensão territorial como observa-se no mapa, porém onde fica localizada a SME e 25 (vinte e cinco) unidades escolares. De acordo com o resultado da pesquisa há uma participação mais efetiva dos diretores (43,75%) na pesquisa.

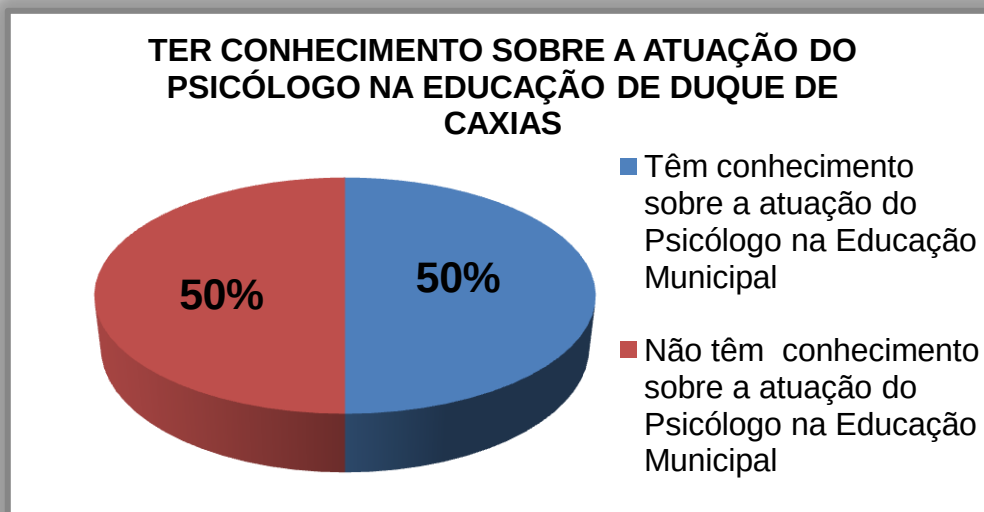
Do segundo distrito foi obtido um total de 10 (dez) respostas, 31,25%. Há apenas um psicólogo lotado em uma escola do segundo distrito, onde existem 65 (sessenta e cinco) unidades escolares.

Com relação ao terceiro distrito (Imbariê) foi recebido 4 (quatro) respostas de diretores, 12,5%. Há no total 56 (cinquenta e seis) unidades escolares neste distrito e apenas um psicólogo lotado.

Quanto ao quarto distrito (Xerém) que localiza-se na área rural e cuja extensão territorial é bem maior que os demais, com 25 (vinte e cinco) unidades escolares, apenas foi obtido 4 (quatro) respostas, 12,5%. Neste distrito não há psicólogo lotado em UE.

Fazendo uma correlação, em busca de compreensão dos dados obtidos, constata-se que a maioria dos psicólogos estão lotados no primeiro distrito, bem como a maioria dos diretores escolares (43,75%), sujeitos da pesquisa, também encontram-se situados em unidades escolares do primeiro distrito. Podemos concluir que as respostas indicam uma maior visibilidade dos psicólogos no primeiro distrito ou apenas um maior desejo dos diretores escolares do Centro de Duque de Caxias em participar da pesquisa? O fato é que esta questão não se faz relevante na pesquisa, tendo em vista que existem diversas variáveis que estão contidas nesta premissa que não buscaremos comprovar ou não neste momento.

Gráfico 3



Fonte: Acervo da Pesquisa

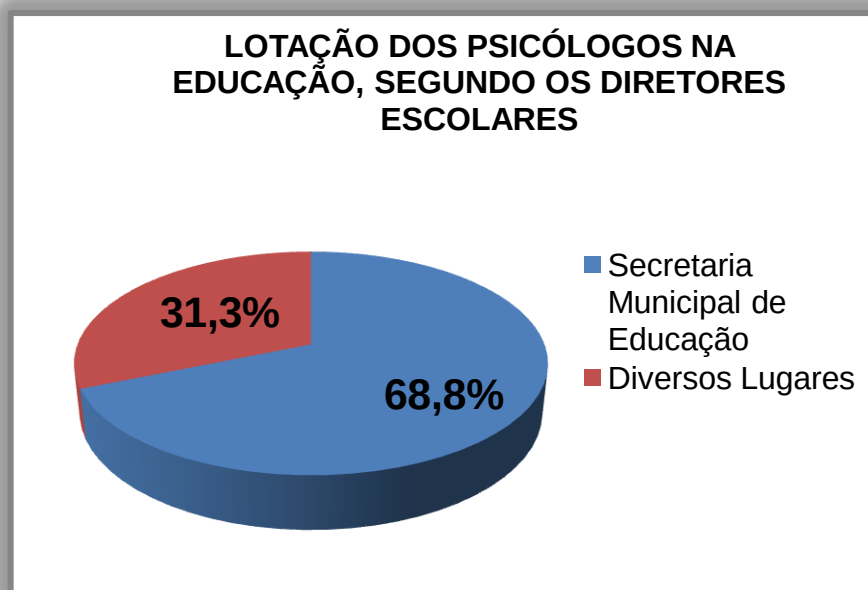
Dentre todos os diretores, sujeitos da pesquisa, 50% afirmam ter conhecimento e 50 % afirmam não ter conhecimento da atuação do psicólogo na Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias. Considerando o número tão baixo de psicólogos (dez) para o total de unidades escolares do município (cento e setenta e oito), é lícito afirmar que os 50% de diretores representativos do conhecimento acerca da atuação do psicólogo na Educação revelam que mesmo em número tão reduzido tais psicólogos se fazem presentes na rede municipal e são notados em sua função.

De um total de 32 (trinta e dois) diretores, dezesseis afirmaram ter conhecimento da atuação do psicólogo educacional na rede e dezesseis afirmaram não ter conhecimento. A atuação dos dez psicólogos na rede não contempla o alcance, em termos de ter consciência da existência manifestada pelos 32 (trinta e dois) diretores escolares. Apenas a metade do número de sujeitos da pesquisa reconhece a presença do psicólogo na rede municipal de educação. O psicólogo não é *'visível'* para 16 (dezesseis) diretores, conclui-se que também não é *'visível'* para toda a rede municipal de educação. Porém, estamos falando de dez psicólogos e de uma rede de 178 unidades escolares.

Não há como refletir sobre o ser psicólogo educacional, se este profissional não é notado, se não se tem conhecimento sobre a atuação do

psicólogo na educação de Duque de Caxias. Porém, há reconhecimento da presença do psicólogo na rede para 50% dos sujeitos da pesquisa e isto já corresponde a uma parcela significativa que em muito pôde contribuir com a pesquisa. Contrariando ainda a resposta dos 50% de sujeitos da pesquisa que não conhecem a presença do psicólogo na rede municipal, os dados abordados no gráfico 4 revelam que 22 diretores (68,75%) acreditam que o psicólogo esteja lotado na SME, distanciados da maioria das Unidades Escolares.

Gráfico 4



Fonte: Acervo da Pesquisa

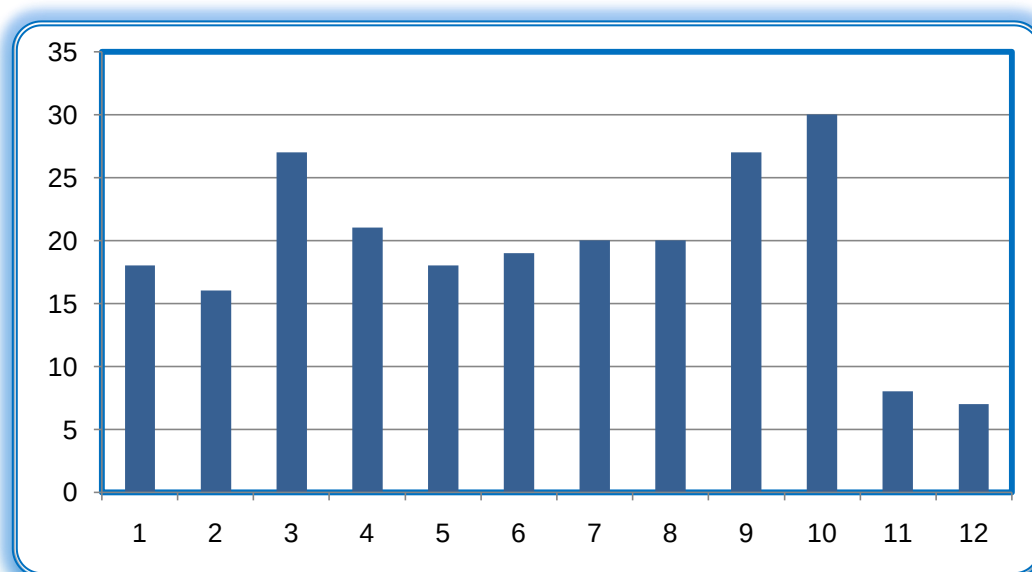
A maior parte das respostas dos diretores, 68,8%, indicam que os diretores escolares acreditam que os psicólogos educacionais estejam lotados na Secretaria Municipal de Educação. Apenas 31,3% revelam que os psicólogos possam estar lotados em diversos locais, a qual corresponde a realidade. Do total dos (10) dez psicólogos educacionais, em 2019 temos seis psicólogos lotados em unidades escolares, dois aposentados e dois lotados na Coordenadoria de Orientação e Supervisão Educacional/SME.

A Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, dispõe sobre a possibilidade e o desejo concreto representado por avanços nas políticas públicas e na implementação do serviço de psicologia nas unidades escolares.

Já é possível pensar sobre o psicólogo atuando e lotado em cada UE da rede municipal, composta por 178 (cento e setenta e oito) UEs, mesmo sabendo que há atualmente apenas 6 (seis) psicólogos lotados em UE e 2 (dois) na SME. Esta reflexão revela que há em 2019, uma carência de 172 (cento e setenta e dois) psicólogos na Educação do Município de Duque de Caxias. Muitas batalhas e avanços são necessários em prol da garantia da implementação da Lei nº 13.935.

Gráfico 5

ATRIBUIÇÕES DO PSICÓLOGO EDUCACIONAL SEGUNDO OS DIRETORES ESCOLARES



Fonte: Acervo da Pesquisa

LEGENDA DO GRÁFICO 5

COLUNA ATRIBUIÇÕES

- 1** Participar, de forma integrada com a Equipe Técnico-Administrativo-Pedagógica, da construção e elaboração coletiva do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar;
- 2** Contribuir, junto com a Equipe Técnico-Administrativo-Pedagógica, no planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas na Unidade Escolar, visando uma ação articulada;

3	Desenvolver atividades com a Comunidade Escolar, visando identificar e minimizar dificuldades psicossociais que possam bloquear o desenvolvimento de potencialidades, a auto-estima e o exercício da cidadania;
4	Desenvolver, junto com a Equipe Diretiva, atividades com educadores e alunos, objetivando a explicitação e superação de entraves institucionais;
5	Contribuir para o processo de orientação para o trabalho, tendo com o princípio a relação trabalho-conhecimento, vinculada à prática social, individual e coletiva;
6	Selecionar, pesquisar e estudar assuntos específicos de seu campo de trabalho, procurando manter-se atualizado quanto aos processos de aprendizagem, desenvolvimento humano, relações interpessoais e dimensões institucionais;
7	Participar de seminários, fóruns de debates, palestras, oficinas organizados pela Unidade Escolar, promovidos pela Secretaria ou outras Instituições de Ensino;
8	Participar da atualização pedagógica, através dos grupos de estudo e dos Conselhos de Classe;
9	Desenvolver, junto com a Equipe Técnico-Administrativo-Pedagógica, atividades com os educandos, visando um trabalho preventivo relacionado à afetividade, cognição e socialização;
10	Diagnosticar as necessidades dos alunos dentro do Sistema Educacional e analisar, com o Orientador Educacional, possíveis encaminhamentos a serviços de atendimento clínico, médico e outros Serviços Públicos dentro da Comunidade.
11	Atendimento Clínico
12	Caso considere outras possíveis atribuições do psicólogo, especifique.

Segundo a Contribuição do Conselho Federal de Psicologia ao Ministério do Trabalho para integrar o catálogo brasileiro de ocupações de 1992, o psicólogo educacional atua no âmbito da educação, nas instituições formais ou informais. Colabora para a compreensão e para a mudança do comportamento de educadores e educandos, no processo de ensino aprendizagem, nas relações interpessoais e nos processos intrapessoais, referindo-se sempre as dimensões política, econômica, social e cultural. Realiza pesquisa, diagnóstico e intervenção psicopedagógica individual ou em grupo. Participa também da

elaboração de planos e políticas referentes ao Sistema Educacional, visando promover a qualidade, a valorização e a democratização do ensino. Estas são atribuições do psicólogo educacional, contidas no catalogo brasileiro de ocupações, sinalizadas pelo CFP são semelhantes às apontadas pelos diretores escolares de Duque de Caxias.

Para se chegar a configuração de hoje, a psicologia foi ocupando aos poucos o seu lugar. A partir da década de 1970, surge no Brasil sob influência dos Estados Unidos, a Teoria da Carência Cultural. Nesta época muito se acreditava que as testagens psicológicas eram destinadas para a medição da capacidade dos alunos, separando os aptos dos não aptos, os carentes e pobres dos potencialmente capacitados para a aprendizagem. A presente pesquisa pôde retratar isto através de documentos da SME que revelou que o psicólogo detinha o poder excludente de avaliar para detectar as deficiências. Porém, atualmente o atendimento clínico não mais é uma atribuição que refere-se ao psicólogo que atua na educação ao se observar a prática e as narrativas dos sujeitos da pesquisa. No que se refere ao atendimento individualizado e testagem de alunos, estas eram atribuições comuns até a década de 1970/1980, pudemos observar isto na prática exercida pelo psicólogo educacional em Duque de Caxias e na contribuição de Andrada.

A então prática do profissional de psicologia educacional, impregnada do paradigma linear, segundo o qual o aluno é um portador de deficiências, portador de falhas, faltas, não adaptado, enfim, é dono de sua dificuldade, pouco pode fazer em relação ao mesmo a não ser retirá-lo da sala de aula e trabalhar nas suas deficiências fora do contexto de sala de aula (ANDRADA, 2005, p.5).

A história da relação entre psicologia e educação nos revela que estes saberes até a década de 1970, inseridos e orientados por uma sociedade neoliberal, compreendiam os problemas apresentados pelos alunos como questões exclusivamente individuais, apoiados principalmente na teoria da carência cultural. Mas mesmo após três décadas, a mudança de paradigma no que se refere às considerações que as unidades escolares de Duque de Caxias apresentaram, constatamos resistência comprovado pelos oito que corresponde a 25% dos sujeitos da presente pesquisa que atribuem ao psicólogo educacional o atendimento clínico no espaço escolar, conforme

representado na coluna 11 do gráfico 05. Para Reger (1989), o psicólogo atuaria como clínico no contexto escolar quando sua intervenção tem por referencial um modelo médico. Neste sentido, para Reger “Seu interesse gira em torno da saúde e da doença mental e do diagnóstico e cura de problemas de comportamento” (1989, p. 13).

É lícito afirmar que uma nova forma de atuação do psicólogo educacional no espaço da educação vai sendo construída (representada no gráfico 5, colunas de 1 a 10), mas é preciso se romper com as marcas do paradigma clínico oriundas da história. É nítida que houve uma mudança no que os diretores percebem como atribuições do psicólogo educacional quando notamos que no gráfico 5, as colunas de 1 a 10, representam a maioria das respostas escolhidas. E quando notamos o que os diretores mencionam como outras atribuições e projetos a serem desenvolvidos pelo psicólogo educacional. Estamos realmente diante de um novo paradigma. Segue algumas expectativas atribuídas à prática do psicólogo na educação, mencionadas pelos diretores:

Pensar problemas escolares que interferem na aprendizagem.
(DIR 1)

Estreitar relação família/escola. (DIR2)

Realizar palestras. (DIR 4)

Esclarecer aos pais sobre as fases psicológicas das crianças.
(DIR 10)

Identificar síndromes e encaminhar para laudo. (DIR 15)

Participar na busca de solução para os problemas comportamentais dos alunos. (DIR 16)

Oferecer apoio ao professor que se encontra adoecido. (DIR 16)

Cooperar junto aos docentes e discentes para o desenvolvimento na vida escolar dos alunos, com campanhas de prevenção contra a violência e o bullying no ambiente escolar.(DIR 18)

Atendimento específico aos alunos da rede municipal . (DIR 19)

Acompanhar sistematicamente o trabalho desenvolvido com o discente. (DIR 24)

Dinâmica de grupo com os funcionários, humanizar o trabalho junto aos docentes e equipe diretiva. (DIR 30).

A entrada do psicólogo na educação de Duque de Caxias foi através do Serviço de Orientação Educacional, enquanto profissional desviado de função, como abordado neste estudo. O psicólogo atuava através de uma postura clínica, como sendo o profissional que avaliava para identificar, diferenciar “normais” e “anormais” e para tratar através de um atendimento individualizado. Ressalta-se que nesta época, a psicologia ainda não havia se inserido no âmbito da saúde pública, a qual ocorreu após 1970, com a implementação do Serviço Único de Saúde (SUS). Os psicólogos que atuavam na educação na época em muito intervieram e colaboraram para a implementação do SUS.

Segundo Paim (2009) em 1990, o SUS é regulamentado, instituindo-se a Lei no 8.080/1990, que visa a promoção, a proteção e a recuperação em saúde, através de princípios como a universalidade, a gratuidade, a integralidade e a descentralização.

Muito tempo passou, são 30 anos do início da psicologia educacional em Duque de Caxias. Atualmente, existe uma outra prática, um outro olhar atento de cuidado, mas um paradigma não clínico. Busca-se hoje, uma prática voltada muito mais para a análise dos processos educacionais aos quais o aluno é submetido, do que para as questões individuais do aluno tido como problemático. Segundo Machado:

Dessa forma, procuramos trazer questionamentos às explicações ‘psicologizantes’ que colocam o aluno, sua família e mesmo os educadores como culpados pelos problemas educacionais, contribuindo para o resgate do papel ativo e dirigente que todos eles possuem na reflexão, no estudo e na definição dos caminhos e recursos necessários à resolução das dificuldades. Portanto, colocar em questão as explicações psicologizantes, podendo indaga-las. A indagação interfere nas relações de poder/saber, na criação coletiva de sentido para os acontecimentos do dia a dia (MACHADO, 2009, p.34).

A psicologia auxiliou a educação a classificar e avaliar os sujeitos ao trazer para o espaço escolar uma prática baseada no modelo clínico, que tem como objetivo restaurar as condutas inadequadas (ROCHA, 1999). Esta prática vem sendo questionada, discutida e criticada a partir da década de 80, e tem como principal referência os estudos de Patto (2000), que trouxe como contribuição a elucidação do fracasso escolar como uma produção social, que busca naturalizar as situações de exclusão. Enfim, a Educação mudou e muito

desta mudança pode ser atribuída aos trabalhos de psicólogos preocupados com os processos de desenvolvimento e aprendizagem.

Atualmente, a maioria dos diretores, sujeitos da pesquisa compreendem que o psicólogo na educação não atua tendo como base o modelo clínico. Inclusive quando perguntados sobre possíveis projetos a serem desenvolvidos pelos psicólogos educacionais, pudemos observar que há uma evidente compreensão sobre a necessidade de se atuar sobre o coletivo. Seja qual for a postura filosófica e o ideário psicológico, não se pode tratar a educação sem deixar de falar do sujeito, de sua relação com o objeto e das relações que permeiam o espaço pedagógico. Os diretores afirmam que o psicólogo deva atuar em todos os âmbitos e citam a escola, a família, alunos, profissionais, comunidade escolar. Eis algumas considerações de âmbitos de atuação de projetos do psicólogo educacional, segundo os sujeitos da pesquisa:

Acredito que a atuação do psicólogo não pode ficar restrita a um 'elemento' inerente da educação. Conhecer a demandas da comunidade escolar como um todo, facilitara os encaminhamentos que forem surgindo para a construção dos projetos como o desenvolvimento. (DIR 13)

Relacionamento interpessoal, projetos junto à família que contribuam com planejamento e estrutura familiar. (DIR 15)

Atualmente em todos os âmbitos. Vivemos em uma sociedade carente de orientações, exemplos e crédito em si mesma. É preciso levantar a estima de todos. (DIR 16)

Trabalho preventivo, visando à prática social, individual e coletiva. (DIR 24)

A psicologia educacional possibilitou a disponibilização de teorias, técnicas e práticas com o objetivo de avaliar, diagnosticar e classificar os alunos que não conseguiam aprender. A inserção do psicólogo pode provocar reflexões e reformulações necessárias ao avanço da educação. Concluiu-se com o passar do tempo que os problemas que porventura surgem na escola podem ser tanto de cunho individual quanto de cunho social e resultantes de uma prática educativa que necessita ser questionada. Atualmente busca-se constituir uma prática crítica, propondo a análise coletiva das dificuldades de aprendizagem e do “aluno problema” e para isto é fundamental a participação do diretor e de todos os profissionais envolvidos no processo educativo.

Somente através da disseminação de uma cultura onde todos os

envolvidos sintam-se parte do processo de produção e de transformação do fracasso escolar é que encontraremos uma prática de respeito e humanização. A cultura permite a elaboração de uma visão de mundo, que se materializa através de comportamentos, atitudes, conhecimento. Para Taylor, citado em Laraia, cultura seria, num sentido etnográfico, um “todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (2004, p. 25).

Assim sendo, o psicólogo educacional pode contribuir através de uma escuta atenta diante das questões do cotidiano da escola e da família. É possível analisar junto à equipe técnico pedagógica e ao professor, os problemas relatados e discutindo a situação a fim de que compreendam a situação, as relações que a envolvem e o contexto no qual o problema se manifesta, bem como as variáveis que influenciam a dificuldade de aprendizagem. Pode-se buscar construir junto com a família e os profissionais envolvidos, uma nova realidade que possibilite ao educando atingir resultados mais efetivos no processo educacional, considerando suas possibilidades e limitações. De acordo com Prata (2005) no que diz respeito ao contexto relacional, considerando a todos os envolvidos no processo é apropriado um espaço de escuta:

Assim, acredita-se que oferecer um espaço de escuta para todos os envolvidos, pode ser uma estratégia apropriada para construir com eles soluções aos conflitos cotidianos, respeitando a experiência de cada um e desconstruindo juntos o arraigado “discurso de culpabilização generalizada” (PRATA, 2005, p.113).

O que existe no ideário dos diretores escolares demonstra esta ruptura com a prática clínica associada à figura do psicólogo educacional, bem como revela a importância e o reconhecimento de ações que contribuam para uma educação de qualidade. Aos poucos uma nova forma de atuar na escola vai se delineando, uma prática voltada muito mais para a análise dos processos educacionais e do coletivo. A seguir, acerca de opiniões dos diretores ainda sobre as possíveis contribuições do psicólogo, foi possível notar uma evidente expectativa no tocante ao foco relacional, parcerias, aprendizagem, transtornos

emocionais, questões do cotidiano e prevenção no contexto do processo educativo quando lemos:

Melhorar relacionamento pessoal entre profissionais/alunos. (DIR 01)

Orientar ações que favoreçam o desenvolvimento do processo de ensino – aprendizagem (DIR 02)

Auxiliar os profissionais na maneira de trabalhar com essas diferenças. (DIR 04)

Estreitamento da relação aluno-família-escola, buscando compreender questões de cunho psicossocial no processo de ensino-aprendizagem. (DIR 08)

Suporte à construção de um ambiente de trabalho saudável emocionalmente, otimizando relações. (DIR 09)

Atuar junto aos alunos e pais e profissionais da escola (DIR 10)

No melhor rendimento dos alunos com trabalho preventivo, colaborativo... (DIR 11)

As contribuições seriam muitas. Mas, principalmente, no acompanhamento dessas crianças com problemas de indisciplina causados por questões familiares. (DIR 12)

Atuando como mais um colaborados da equipe educacional. Desenvolvendo ações de assessoria na elaboração e implementação de momentos para e reflexões necessárias para lidarmos com as demandas dos vários segmentos da escola, já que exercemos diferentes papéis relacionados às interações em sala de aula. (DIR 13)

Parceria junto às Unidades Escolares. (DIR 14)

Identificar dificuldades seja docente ou discente e contribuir no processo ensino aprendizagem. (DIR 15)

Inicialmente ouvir e fazer um diagnóstico da situação, para os devidos encaminhamentos. (DIR 16)

Creio que a baixa estima dos alunos das escolas públicas, a violência na família que reflete nas relações psicossociais dos alunos; - a violência em geral - o bullying - falta de respeito - amor ao próximo. (DIR 18)

Apoio e amparo necessário as situações que embora não sejam, estão se tornando corriqueiras, tais como: suicídio, bullying, auto mutilação, sexualidade, etc (DIR 21)

Pode identificar alunos com necessidades educativas especiais. Colaborar com as grandes demandas que hoje enfrentamos alunos com: *ansiedade *depressão *atitudes suicidas. Etc. (DIR 23)

Auxiliar no processo de desenvolvimento psicossocial e cognitivo do educando. (DIR 24)

Pesquisas e atuação direta, indireta e preventiva no coletivo da Unidade Escolar. (DIR 25)

Como listado acima, contribuições importantíssimas. Hoje vivemos um momento social muito complicado e nossos alunos, desde muito cedo, chegam à escola com questões que precisam ser acompanhadas um por especialista mais diretamente, no caso, o psicólogo. Não só esse olhar direcionado ao aluno, mais esse profissional, junto à Equipe Técnico-Administrativo-Pedagógica é de suma importância em todas as questões ligadas ao cotidiano escolar. (DIR 26)

Ajudar os mais carentes nos tratamentos (DIR 27)

Diagnosticar as necessidades dos alunos dentro do Sistema Educacional e analisar, com o Orientador Educacional, possíveis encaminhamentos a serviços de atendimento clínico, médico e outros Serviços Públicos dentro da Comunidade. (DIR 28)

Muitas. Tendo em vista a influência dos aspectos sócioeconômicos em que nossos alunos se encontram, o meio, o convívio familiar, autoestima baixa. (DIR 29)

Como os psicólogos possuem um conhecimento profundo a cerca do desenvolvimento humano, está apto a auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. (DIR 30)

Aumentar nossa rede de proteção ao educando. (DIR 31)

Diagnosticar as necessidades dos alunos e dos profissionais da Escola e analisar possíveis encaminhamentos a serviços de atendimento clínico, desenvolver atividades com os educandos visando um trabalho preventivo relacionado à afetividade, cognição e socialização... (DIR 32)

Diante das possíveis contribuições do psicólogo educacional, surge uma necessidade de intervenção tão presente na atualidade, o *bullying*. Fenômeno que ocorre de maneira repetitiva e por tempo prolongado, provocando graves danos emocionais nos envolvidos. Cabe à psicologia educacional, através de um trabalho interdisciplinar, intervir no enfrentamento e prevenção do *bullying*, adotando medidas específicas em cada realidade onde acontece e interpretando o fenômeno como algo que engloba os aspectos sociais, familiares, escolares e individuais.

Segundo Lopes Neto (2005), o *bullying* é classificado como direto quando as vítimas são atacadas diretamente. São considerados *bullying* direto os apelidos, agressões físicas, ameaças, roubos, ofensas verbais ou expressões e gestos que geram mal estar aos alvos. O *bullying* indireto se caracteriza por são ações que levam exclusivamente ao isolamento social. Este envolve atitudes de indiferença, isolamento, difamação, exclusão.

O psicólogo em parceria com a educação pode realizar um trabalho de prevenção e enfrentamento da violência escolar, intervenções diante de ideações suicidas, ajudando a escola a construir espaços e relações mais saudáveis. Mas, para que ocorra na prática a contribuição sinalizada pelos diretores escolares é de fundamental importância que o psicólogo esteja inserido no ambiente da escola, participando do seu cotidiano para que possa ter uma atuação específica e mais voltada à realidade. Neste sentido, segundo DIR 18, o psicólogo pode:

Cooperar junto aos docentes e discentes para o desenvolvimento na vida escolar dos alunos, com campanhas de prevenção contra a violência e o *bullying* no ambiente escolar. (DIR 18)

Portanto, a inserção do profissional de psicologia no ambiente escolar seria fundamental não só para trabalhar o desenvolvimento cognitivo, mas também o desenvolvimento emocional e pessoal dos estudantes e profissionais de educação, trazendo trabalhos preventivos com ênfase na cidadania, incentivando a solidariedade, a generosidade, a paz, a tolerância e o respeito às diferenças.

O psicólogo deve auxiliar os educadores a terem como foco não a dificuldade, mas a promoção de superação dos limites e desenvolvimento das eficiências. Porém ainda é possível se deparar com encaminhamentos, por parte dos professores, de alunos à psicólogos que trabalham nas escolas com queixas referentes ao comportamento do aluno (distraído, hiperativo, não se concentra, agressivo, bagunceiro) e relatos de dificuldade de aprendizagem, sempre colocando sobre o aluno e sua família o peso e a responsabilidade por tal situação. O psicólogo não deve olhar para apenas uma queixa do professor, mas ter uma visão mais ampla possível do todo e assim compreender as partes e como essas partes se relacionam.

É necessária uma maior sensibilidade, compreensão e aceitação do jeito de ser de cada aluno, sem exigir um desempenho comparativo entre eles. Lamentavelmente a sociedade e até mesmo instituições de ensino têm estabelecido modelos que muitas crianças não conseguem atingir, por ignorarem o fato de que existem ritmos diferenciados na aprendizagem.

Além de contribuir para a melhoria das relações entre os profissionais e entre os professores e alunos, a presença do psicólogo na educação deve ser efetiva para a identificação das dificuldades tanto de educadores quanto dos alunos, para que a partir delas ele possa criar estratégias para a superação das mesmas.

A relação entre psicologia e educação, neste estudo, utilizamos como aporte teórico a visão histórico-crítica, tendo como referência principal as contribuições de Patto (2000). Há uma perspectiva de atuação crítica do psicólogo educacional para o enfrentamento ao fracasso escolar, que é compreendido como resultado de uma série de fatores, entre eles questões sociais e individuais, incluindo a responsabilidade do professor, da escola e do próprio sistema de ensino.

O psicólogo necessita entender a demanda, a queixa escolar de forma contextualizada, buscando compreender a realidade educacional e os campos de força que se fazem presente. Machado (2003) utiliza a expressão “campo de força” para referir-se a esta realidade, entendendo este campo como um espaço onde diversas forças atuam simultaneamente produzindo saberes, práticas e processos de subjetivação. A atuação do psicólogo deve estar focada no campo de forças que produz o “aluno problema”. De acordo com Machado:

Esse campo não é uma causa externa daquilo que se produz. Pensar esse campo de forças é um grande passo em relação a visão que justifica os acontecimentos tendo como causa algo localizado apenas no corpo do sujeito, pois, pesquisando esse espaço de produção, temos acesso não mais a causa meramente individuais ou provenientes da relação professor-aluno, mas às várias práticas nas quais o encaminhamento fora engendrado. Passamos a falar da sensação de incapacidade da criança, da deposição do saber dos professores em especialistas, da aflição das mães, pois seus filhos não aprendiam, da necessidade de um projeto pedagógico para os alunos com comprometimentos, da montagem das classes, da atribuição de aulas aos professores, do funcionamento do recreio, da rotina, da participação dos pais nos fóruns de poder da escola, das decisões políticas sobre a educação, etc (MACHADO, 2003, p.13).

Para transformar as situações de fracasso em sucesso é necessário, portanto, um trabalho de análise coletiva, uma análise das forças, a qual implica em problematizar, junto aos professores, familiares e alunos o que

produz tal realidade, ou seja, as práticas e políticas que estão instauradas na escola. Diante das questões que emperram o processo educacional de uma unidade escolar, na concepção dos diretores, que condições poderiam ser beneficiadas pela atuação do psicólogo, é o que será abordado a seguir:

As relações interpessoais. (DIR 01)

Identificação de possíveis causas que emperram a aprendizagem, bem como avaliação do ambiente social em que estão inseridos. (DIR 02)

Alunos sem diagnósticos poderão ser encaminhados com uma descrição mais precisa do problema. (DIR 03)

Na conscientização dos pais e/ou responsáveis. (DIR 04)

Encaminhamentos para postos de saúde que não são concluídos devido à falta de profissionais. (DIR 06)

As afetações que atingem alunos e profissionais. (DIR 07)

Problemas cognitivos e de relacionamento, que poderiam ser trabalhados em conjunto. (DIR 08)

A falta de entendimento do processo educacional por parte dos envolvidos. Alguns professores são bem preparados, outros não, os orientadores têm muita dificuldade de absorver a realidade da escola, passam pouco tempo nela e estão fora do processo por dois motivos: estão em contato com a Unidade por apenas 16h semanais/ não querem envolvimento emocional ou profissional, querem apenas cumprir burocracias. Acredito que o trabalho pedagógico tem que dar conta de uma costura que foi apenas alinhavada nas reuniões, e isso nem sempre acontece se não houver um outro profissional q dê conta de concretizar o q foi "idealizado" pelo corpo técnico (que deveria ser quem põe a mão na massa) como um dirigente, um professor mais empolgado ou até mesmo o diretor da escola. Neste momento, eu dou conta de todo o burocrático da escola, enquanto a OP do burocrático do seu setor e a escola segue sem recursos humanos em sua secretaria, não por falta de sinalização às chefias competentes. O compromisso deve vir de baixo pra cima, como naturalizar que um orientador sabe menos que um professor? Como naturalizado que um diretor sabe menos que um orientador? E por aí vai. Temos visto professores que sabem mais que todos os outros atores do processo, por isso tudo é mais difícil... (DIR 09)

A prevenção à evasão é uma dessas. (DIR 10)

Questões familiares e sociais. (DIR 11)

Em nossa Unidade Escolar há algumas crianças que necessitam de um atendimento. Os poucos que conseguiram vaga na rede pública de saúde, só recebem esse atendimento, uma vez por mês. Acredito que com o profissional atendendo na própria escola, o problema fosse minimizado. (DIR 12)

A falta do profissional que possam legitimar as indicações, os diagnósticos, e as práticas junto aos órgãos que viabilizam o atendimento como também os familiares. (DIR 13)

Encaminhamentos e tratamentos lentos ou inexistentes. (DIR 14)

Integração da família, compromisso de alguns profissionais. (DIR 15)

Temos diversos alunos com laudos das mais diferentes patologias, sem a devida orientação de procedimentos, como um dos exemplos. (DIR 16)

Creio que: - a baixa estima dos alunos das escolas públicas - A violência na família que reflete nas relações psicossociais dos alunos; - a violência em geral - o bullying - falta de respeito - amor ao próximo. (DIR 18)

Principalmente as familiares. (DIR 19)

A questão da afetividade e relações interpessoais. (DIR 20)

Questões que fujam do pedagógico e necessitam de apoio especializado. (DIR 21)

Estudantes com dificuldades cujas origens não são esclarecidas. Existindo, portanto, uma tendência a não receberem a atenção e um atendimento mais adequado por parte da unidade escolar. * Dificuldades crônicas sobre a presença da família na escola. * Informações sobre aspectos gerais relacionados à adolescência e melhor orientação para os profissionais, famílias e os próprios adolescentes. (DIR 22)

Questões políticas. (DIR 23)

A falta de acompanhamento sistemático do discente que apresenta necessidades específicas que só podem e devem ser “tratadas” por esses profissionais (DIR 24)

Diagnosticar necessidades de alunos, professores e funcionários e atuar de forma preventiva. (DIR 25)

As questões sociais, mais especificamente as questões ligadas à família. (DIR 26)

A burocracia. (DIR 27)

Ações de diagnose e intervenção em aspectos psicossociais demonstrado pelos alunos que fogem ao âmbito educacional e interferem na aprendizagem. (DIR 28)

A participação e acompanhamento dos familiares (DIR 30)

Questões pertinentes à atuação do psicólogo educacional que não atendidas pela Orientação Educacional (DIR 31)

A socialização, a afetividade, a falta da família na vida do aluno. (DIR 32).

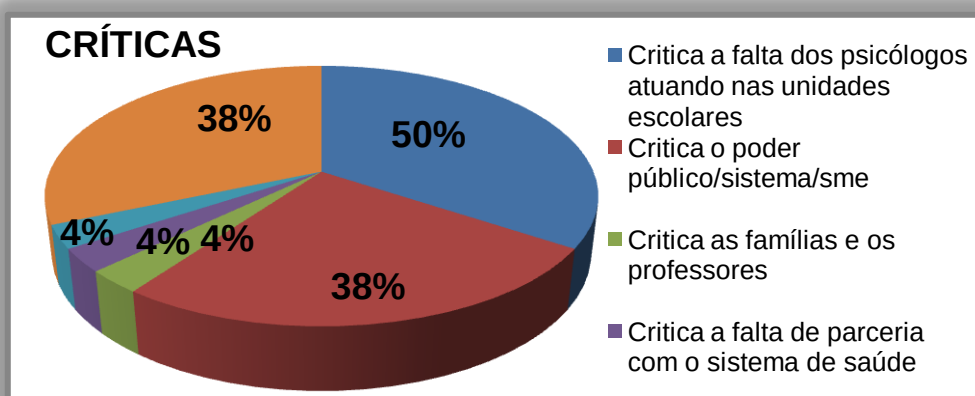
Apoiado no conceito de normalidade que surge com muita força no período republicano, a psicologia através de suas teorias, técnicas e

ferramentas, colabora na classificação do normal e do patológico. Contribuindo para avaliar as aptidões individuais e selecionar os que merecem um lugar no sistema de ensino (PATTO, 2003). A psicologia educacional passa, ao longo da história, por um processo de reconstrução da sua prática a partir da análise crítica das práticas que estavam sendo reproduzidas e que reforçavam a culpabilização do aluno pelo fracasso escolar.

Na construção de avanços no processo ensino aprendizagem, a psicologia educacional assume um outro papel, seu olhar não está mais voltado unicamente para o problema, vai além, busca entendê-lo dentro do seu contexto e não mais isolado. Afinal, a melhoria da Educação é uma decisão política que demanda esforço conjunto de diferentes profissionais de educação e da própria comunidade; porém, também é uma decisão e uma questão técnica embasada por análises críticas e intervenções abrangentes.

O gráfico 6 (seis) revela possíveis críticas de livre temática mencionada pelos diretores. Na busca de reflexões sobre a realidade da rede municipal de educação, quando perguntado ao diretor escolar sobre alguma possível crítica, a maioria (50%) criticou a falta do psicólogo educacional atuando diretamente nas unidades escolares. Os diretores criticaram ainda o poder público (38%), incluindo a SME e o próprio sistema; criticaram as famílias e os professores (4%); criticaram a falta de parceria com o sistema de saúde (4%), e criticaram a falta de valorização do psicólogo educacional (4%). Dentre os sujeitos da pesquisa, diretores escolares, 38% não expressaram nenhuma crítica, conforme mostra o gráfico, a seguir:

Gráfico 6



Fonte: Acervo da Pesquisa

Algumas críticas deixam bem explicitado sobre a necessidade deste profissional atuando na rede municipal como um todo ou mais especificamente nas unidades escolares, como consta a seguir:

Sim. Tenho uma crítica a fazer, em relação à prevenção da violência/bullying/falta de respeito, que poderia ser evitada, com projetos dentro da psicopedagogia, dentro da escola voltada para o auto conhecimento dos alunos e orientações que deveriam acontecer e não acontecem, para adolescentes e familiares. A crítica é dirigida à Secretaria Municipal de Duque de Caxias. (DIR 19)

A atuação destes profissionais é de extrema importância. Portanto, é urgente que o poder público municipal invista na garantia da presença destes no planejamento e na avaliação da rede de ensino. (DIR 08)

Critico a falta desse profissional na rede. (DIR 01)

Esses profissionais deveriam trabalhar diretamente com as escolas. As autoridades. (DIR 05)

Sim à SME porque precisaria ter mais psicólogos nas escolas. (DIR 11)

Não seria bem uma crítica, mas um apelo: a escola necessita dessa parceria com psicólogos, há alunos que passam anos aguardando um atendimento em unidades de saúde e em vão. (DIR 12)

Necessidade deste profissional nas UEs. (DIR 15)

Que tivessem profissionais em número suficiente para as demandas presentes no cotidiano. (DIR 21)

A crítica óbvia é que seria importante podermos contar com Psicólogo Escolar na Rede, a responsabilidade quanto a tal medida recai sobre o poder público gestor da Rede Municipal (DIR 22)

Ao Prefeito, Secretaria de Educação e Secretária de Saúde. Precisamos de pelo menos um pólo por Distrito com uma quantidade satisfatória de profissionais (psicológicos) para atender nossas demandas. Uma parceria efetiva entre Educação e Saúde. (DIR 23)

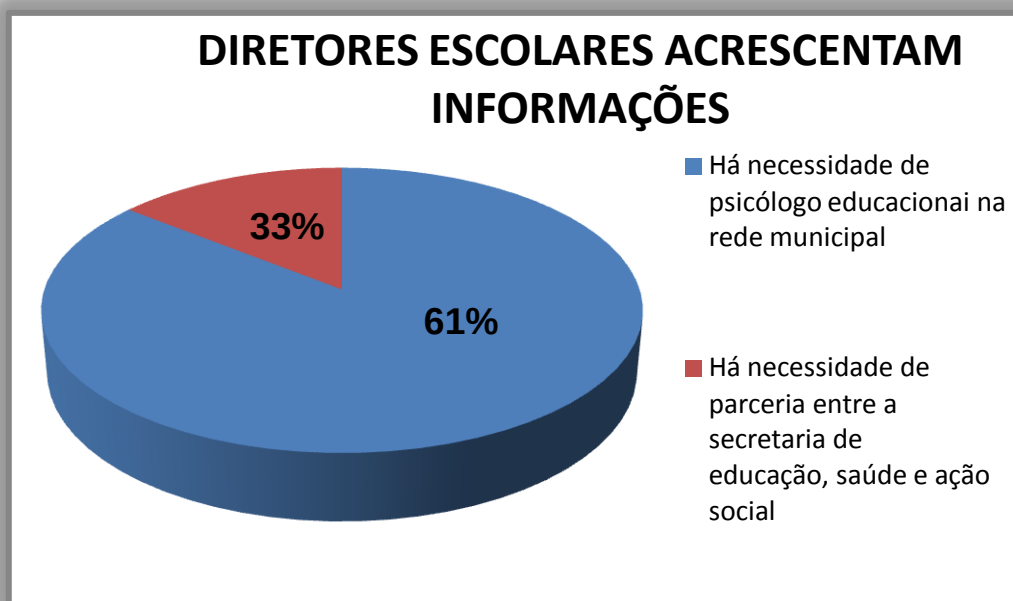
A crítica seria, basicamente, a ausência desses profissionais em toda a rede. (DIR 24)

Não atende a demanda da rede. (DIR 25)

A crítica que eu tenho a fazer é a falta desse profissional atuando diretamente na Unidade. (DIR 26).

Quando perguntado ao diretor escolar sobre alguma informação que ele gostaria de acrescentar, surgiram as seguintes respostas.

Gráfico 7



Fonte: Acervo da Pesquisa

Compartilhar os caminhos percorridos, saberes e práticas constituem-se como uma importante ferramenta para contribuir com a qualidade de vida do aluno e conquistar avanços significativos nos diversos aspectos e dimensões do humano. Neste contexto, a intersectorialidade é fundamental estratégia para intensificar resultados no âmbito social, da saúde e da educação, como abordado por Comerlatti:

Uma vez perfazendo a ação intersectorial, as redes de base local e/ou regional, reclamam por valorização e qualificação na interconexão de agentes, serviços, organizações governamentais e não governamentais, movimentos sociais e comunidades. Intervir em rede, na atualidade, requer que se estabeleçam, entre as diversas instituições de defesa de direitos e prestadoras de serviços, vínculos horizontais de interdependência e de complementaridade (COMERLATT, 2007, p. 269).

No gráfico 7 (sete), 33% de diretores escolares aproveitaram a oportunidade para numa condição de livre expressão deixarem registrado o

quão necessário e importante consideram a parceria entre Saúde, Assistência Social e Educação, conforme dispõe a *Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019*. Sob outra perspectiva, 61%, dos diretores posicionaram-se sobre a atuação do psicólogo educacional na rede municipal de educação de Duque de Caxias, como segue abaixo:

Informo que faltam psicólogos educacionais nas escolas de Duque de Caxias. (DIR 06)

Gostaria de saber se há a possibilidade de termos estes profissionais trabalhando conosco. (DIR 07)

Necessidade deste profissional nas UEs. (DIR 11)

Seria interessante ter a visita regular deste profissional. (DIR 27)

Nossa sociedade está doente. A nossa rede precisa planejar ações para cuidar da saúde emocional dos alunos e profissionais de educação. (DIR 28)

A quem devemos solicitar a presença deste profissional em nossa Unidade Escolar? Devido ao potencial deste profissional para atender algumas necessidades específicas da escola. (DIR 31)

Que a SME participasse mais do trabalho desenvolvido pelos psicólogos, principalmente, os que exercem suas funções dentro das escolas. (DIR 32)

4.2.1.1 Revelação do olhar da Direção Escolar

Todos os questionários foram respondidos por profissionais que estão no cargo de Direção Escolar. Todos os 32 (trinta e dois) diretores que receberam convite através de email para responderem ao questionário, não procuraram a pesquisadora antes de preencherem o formulário, apenas prontamente aceitaram participar como sujeitos da pesquisa. Após a fase da investigação e coleta de dados, a pesquisa prosseguiu para a etapa de análise e estudos das respostas, a interpretação da leitura do olhar da direção escolar sobre a função e a atuação do psicólogo escolar na rede municipal de Duque de Caxias.

É pelo olhar que o sujeito ergue-se com o realizar da sua própria história, como construtor de um “novo” mundo. Um

olhar que interage, mostra, desvela, descobre, acende, envolve e transcende para outra dimensão. Expressa, exprime e reconhece forças, traduzindo-se em uma ação perceptiva, constantemente ambígua, às vezes clara e nebulosa, fixa e imóvel, direcionada e difusa (ROJAS, 2004, p. 31).

No processo de análise, compreensão e estudos do conteúdo pesquisado e das respostas aos questionários do *Google Docs* Formulários foi necessário agrupar e reagrupar as situações, informações, assuntos abordados, coletados e registrados, buscando uma organização em termos de gráficos e eixos temáticos semelhantes. Assim, após a organização, agrupamento e estudos das respostas dos diretores escolares, foi realizada a análise dos dados considerando três unidades e eixos temáticos. Primeiro Eixo Temático: Função e a atuação do Psicólogo Educacional; Segundo Eixo Temático: Contribuições do Psicólogo Educacional; Terceiro Eixo Temático: Mudança de paradigma acerca da atuação do Psicólogo Educacional na Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias.

No *primeiro eixo temático: Função e a atuação do Psicólogo Educacional*, os dados permitiram a análise de como é compreendida a função e a atuação do profissional de psicologia atuando no âmbito da Educação Municipal de Duque de Caxias. Entre todas as atribuições citadas na questão 6 (seis) do questionário, indicamos aqui as cinco principais sinalizadas pelos diretores das unidades escolares em ordem de maior pontuação.

- (i) Diagnosticar as necessidades dos alunos dentro do Sistema Educacional e analisar, com o Orientador Educacional, possíveis encaminhamentos a serviços de atendimento clínico, médico e outros Serviços Públicos dentro da Comunidade (93,8%);
- (ii) Desenvolver atividades com a Comunidade Escolar, visando identificar e minimizar dificuldades psicossociais que possam bloquear o desenvolvimento de potencialidades, a auto-estima e o exercício da cidadania (84,4%);
- (iii) Desenvolver, junto com a Equipe Técnico-Administrativo-Pedagógica, atividades com os educandos, visando um trabalho preventivo relacionado à afetividade, cognição e socialização (84,4%);
- (iv) Desenvolver, junto com a Equipe Diretiva, atividades com educadores e alunos, objetivando a explicitação e superação de entraves institucionais (65,6%);

(v) Participar de seminários, fóruns de debates, palestras, oficinas organizados pela Unidade Escolar, promovidos pela Secretaria ou outras Instituições de Ensino (64,3%).

Através da análise das principais escolhas de opções relacionadas às atribuições do psicólogo educacional atuando na rede municipal de Duque de Caxias, foi possível compreender as expectativas e principais demandas da rede de acordo com a percepção dos diretores escolares. E na reflexão dos conteúdos sinalizados, foi possível concluir que atribui-se ao psicólogo: Diagnosticar as necessidades dos alunos; Desenvolver atividades com a Comunidade Escolar, visando identificar e minimizar dificuldades psicossociais; Desenvolver, junto com a Equipe Técnico-Administrativo-Pedagógica, atividades com os educandos, visando um trabalho preventivo; Desenvolver, junto com a Equipe Diretiva, atividades com educadores e alunos, objetivando a explicitação e superação de entraves institucionais; Participar de seminários, fóruns de debates, palestras, oficinas.

A compreensão do processo educativo considera fundamental ter como base as finalidades da Educação e a presença de teorias psicológicas de aprendizagem, de desenvolvimento que contemplem as especificidades da vida escolar e que respondam aos desafios da construção do ser no âmbito da realidade social. Neste contexto, foi possível observar através da análise das respostas dos diretores escolares que o papel do psicólogo que atua neste espaço é entendido de forma diferente de quando iniciou, onde tinha na investigação psicométrica seu maior instrumental de trabalho e favorecia o reducionismo dos fatores educacionais e pedagógicos às interpretações psicologizantes, como abordado por Antunes (2007).

Nesta linha de análise, constatou-se uma mudança de paradigma, a atuação ocorre criticamente, indo às origens, ao coletivo e as especificidades do processo educacional, questionando as explicações clássicas que centram no aluno as causas do não-aprender na escola. Compreende-se como atribuições do psicólogo educacional, a promoção de construção coletiva de estratégias de ensino-aprendizagem e intervenções preventivas junto com a equipe técnico-administrativa-pedagógica, as quais referem-se a diferentes

facetas, incluindo o aluno, os professores, a família, a escola, a Educação como um todo e a comunidade em que está inserida.

No *segundo eixo temático: Contribuições do Psicólogo Educacional* foi possível identificar as possíveis contribuições que o Psicólogo Educacional pode oferecer à Educação Municipal de Duque de Caxias, segundo a concepção dos diretores das unidades escolares. Em muitas temáticas o psicólogo pode contribuir, conforme dados coletados: Intervir por um melhor relacionamento entre os envolvidos no contexto educativo; Desenvolver trabalho preventivo e colaborativo junto à equipe técnica pedagógica; Promover ações voltadas para o processo ensino aprendizagem, as diferenças, indisciplina, questões familiares, dificuldades de aprendizagem, violência, bullying, suicídio, automutilação, sexualidade, ansiedade, depressão, amor ao próximo, respeito; Colaborar através de uma escuta ao singular e ao coletivo buscando promover estratégias que venham proporcionar atender as questões do cotidiano e buscar uma melhor qualidade na educação para todos. Diagnosticar as necessidades dos alunos dentro do contexto educacional.

Ainda pode-se reparar baseado na resposta dos diretores escolares que é atribuída aos alunos através do diagnóstico, a responsabilidade pelas dificuldades escolares, isentando a escola e contando com o psicólogo para a resolução de tais problemas, tal como o prometeu realizar no passado. Neste sentido, considera Crochik & Crochick:

O diagnóstico pode servir como um alívio para a escola, pois é considerada uma comprovação que a dificuldade de tal aluno está apenas relacionada com a sua dinâmica psíquica, tirando a responsabilidade da escola em tomar alguma atitude que possa ajudar o aluno a superar essa dificuldade. Assim, a escola não precisa repensar suas práticas e objetivos para compreender e, possivelmente, melhorar essa situação; não consegue supor, por exemplo, que a desatenção e a hiperatividade podem ser sinais do lugar de exclusão que o aluno assumiu dentro da sala de aula (CROCHIK & CROCHICK, 2011, p. 188).

A postura do profissional de psicologia não crítico é de um modo geral, a de identificar um *déficit*, uma defasagem ou um distúrbio nos alunos e/ou pais atendidos e, a partir disso, produzir um laudo psicológico que culpa as reais vítimas desse processo. A diferenciação das práticas tradicionais (não críticas)

ocorre, por exemplo, nas discussões sobre o público-alvo de trabalho do psicólogo educacional, que atualmente, na perspectiva do diretor escolar, não se restringe apenas ao aluno que "não aprende", mas abrange todos os personagens do universo escolar e principalmente com o foco nas relações e na coletividade.

No *terceiro eixo temático: Mudança de paradigma acerca da atuação do Psicólogo Educacional na Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias* foi confirmada a hipótese inicial da pesquisa que afirma que existe sim uma mudança de paradigma, porém ainda está em processo gradativo tendo em vista que em um universo de 32 (trinta e dois) diretores, 8 (oito) ainda consideram o atendimento clínico como uma das atribuições do psicólogo educacional. Esta concepção sobre a abordagem clínica refere-se aos anos de início da Psicologia na Educação de Duque de Caxias, como revela Fernandes (1991, p.94), por meio de quadro demonstrativo, os psicólogos atuavam de acordo com uma abordagem clínica (não existia o SUS), assim, estes eram determinantes na avaliação e inserção do aluno na Educação Especial de Duque de Caxias, de 1979 a 1988.

As expectativas de que a Psicologia resolve os grandes problemas da educação não se concretizam na atualidade tendo como base as contribuições dos sujeitos da pesquisa, pelo menos na extensão em que foram alimentadas no passado. As produções da psicologia educacional centraram-se excessivamente na mensuração da inteligência, nas dificuldades escolares encontradas nos alunos, em estudos sobre maturidade e prontidão para a aprendizagem, na constatação de deficiência intelectual, configurando uma prática exclusivamente avaliativa. Atualmente, os critérios de testes de inteligência não devem ser os únicos na avaliação de deficiência intelectual. Numa perspectiva multidimensional o diagnóstico deve abranger a saúde física e mental do aluno, a oportunidade de envolvimento nas atividades importantes da vida, o contexto de sua vida cotidiana e o comportamento adaptativo. Igualmente, o aluno com deficiência intelectual e/ou outras deficiências tem o direito a um programa educativo individual (PEI) em consonância com o CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade):

[...] PEI que pode ser usado na elaboração educativa para um aluno com NEEP. [...] é um documento de referência que tem por objetivo reestruturar a educação de um aluno com NEEP de acordo com as suas capacidades e necessidades. É, portanto, um documento que deve ser elaborado tendo em conta o aluno, os pais do aluno e todos aqueles que intervieram ou vierem a intervir na educação do aluno. Como tal, ele deve ser o mais conciso e preciso possível, fazendo uso de linguagem acessível, principalmente no que respeita ao uso de termos técnicos que devem ser simplificados para que todos aqueles que participam na elaboração do PEI os possam perceber (CORREIA, 2008, p. 83).

Ao longo dos tempos, a educação de alunos “diferentes” isto é, desfavorecidos por uma deficiência, foi evoluindo, tanto ao nível dos conceitos como ao nível das práticas, inclusive a abordagem psicológica e pedagógica. Segundo Portugal (1992), Urie Bronfenbrenner deu origem ao estudo, a investigação, a análise, a reflexão e o debate sobre a ecologia do desenvolvimento humano e concebe este ambiente ecológico como um conjunto de estruturas concêntricas, uma espécie de jogo de encaixe em que cada peça contém ou está contida na outra.

As críticas formuladas permitiram o reconhecimento de teorias e práticas consideradas inapropriadas para nossa realidade social e educacional. Tais práticas abusaram da psicometria, geraram diagnósticos e prognósticos mal fundamentados que transformaram indivíduos em problemas, diferenças em doenças. Nessas práticas, fenômenos psicológicos dinâmicos e complexos foram tratados à parte dos contextos socioculturais que os produziram.

Apesar de ainda estar presente no imaginário do diretor escolar que o psicólogo deva oferecer o atendimento clínico nas escolas, como é o caso dos 25% das respostas emitidas. Estes diretores ainda acreditam na ação do psicólogo como diagnosticador, e que trata do ajuste da criança e sua família. “Ainda permanece no imaginário social que o psicólogo deve atender os alunos problemáticos, remediar situações conflituosas e “apagar incêndios”, desenvolvendo práticas clínicas individuais” (DIAS; PATIAS; ABAID, 2014, p.106).

Sobre a mudança de paradigma acerca do ser psicólogo educacional na Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias de acordo com os dados coletados, entendemos que as práticas psicológicas estão se modificando no

sentido de buscar bases de conhecimento multidisciplinar. Portanto, indo além da perspectiva unidisciplinar, insuficiente para dar conta de fenômenos humanos complexos como é o processo de desenvolvimento e a aprendizagem, o psicólogo educacional deve trabalhar no enfrentamento das adversidades oriundas do cotidiano do processo educativo e a favor da vida, por uma prática de humanização. Neste contexto, aborda a Souza & Rocha:

quando dizemos que o psicólogo quer trabalhar a favor da vida, da cultura e da melhoria de condições de trabalho, isso diz respeito ao enfrentamento das adversidades, às tentativas de colocar em análise coletiva o que é produzido no cotidiano da sala de aula, da escola, favorecendo a experimentação de um outro tempo menos acelerado, mas talvez mais inventivo para dar conta do que não conhecemos, do que é imprevisível (SOUZA & ROCHA, 2008, p.39).

Atualmente observamos as práticas de intervenção atribuídas ao psicólogo educacional, como também coletiva e preventiva em articulações com o contexto social, configurando um trabalho em equipe, além das ações profissionais individuais, isoladas. Compete ao psicólogo educacional a função de avaliar, mas de acordo com uma abordagem mais abrangente do contexto e promovendo estratégias que visem a funcionalidade do aluno, o desenvolvimento das potencialidades de acordo com a ecologia do desenvolvimento humano. Na concepção de Carvalho e Maciel, no contexto da avaliação:

São considerados na avaliação diagnóstica as práticas e valores culturais; as oportunidades educacionais, de trabalho e lazer, bem como as condições contextuais de desenvolvimento da pessoa. São consideradas, também, as condições ambientais relacionadas ao seu bem-estar, saúde, segurança pessoal, conforto material, estímulo ao desenvolvimento e condições de estabilidade no momento presente (CARVALHO E MACIEL, 2003, p. 6).

Psicologia Educacional articulada com os demais saberes de outros profissionais, e com os saberes populares dos atores envolvidos, favorece a estruturação de novas possibilidades de ações frente às questões educativas, tendo por finalidade a qualidade da educação para todos, sem exceção.

4.3 A psicologia educacional segundo o olhar do Psicólogo Educacional

Para realizar uma prática pedagógica competente e socialmente comprometida, na Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias, onde há grandes desafios marcados por contrastes sociais, culturais e econômicos, a educação precisa estar baseada em um projeto político pedagógico democrático que contemple a diversidade da realidade. Os avanços na qualidade do ensino e humanização possibilitam condições de bem estar, saúde, aprendizagem e desenvolvimento, são conquistas que partem da consciência sobre a função da escola e da organização coletiva por transformações. Neste contexto coletivo e socialmente transformador, que é a educação, a participação do psicólogo educacional, mesmo em número tão reduzido (oito psicólogos ativos), se faz presente. E sobre as contribuições da Psicologia, Larocca, afirma que

O potencial de contribuições da Psicologia da Educação está marcado por duplo aspecto. O primeiro advém de sua condição epistemológica, ou seja, do conhecimento científico que é o conhecimento psicológico. O segundo, do fato de que este conhecimento deve servir à Educação (como prática social multifacetada), colocando-a no centro das análises e definindo, portanto, o seu papel na construção de um projeto social (LAROCCA,1999, p.18).

A atuação do psicólogo no ambiente escolar depende do conhecimento amplo desse profissional sobre a realidade da comunidade escolar. Através da participação na construção do projeto político pedagógico, do envolvimento efetivo no processo ensino-aprendizagem, do conhecimento sobre elementos que desencadeiam o *fracasso escolar*, o psicólogo pode contribuir com intervenções no cotidiano da educação. Assim, há que se levar em conta através de uma visão abrangente da realidade, de maneira a compreender fenômenos sociais como a desigualdade, entraves, limitações e possibilidades, todo um sistema de elementos que condicionam o sucesso ou o fracasso escolar. Trata-se de uma questão ampla, contidas nos limites e além dos muros escolares que são determinantes para a aprendizagem, para uma educação de qualidade.

Para se descrever sobre educação, sobre sucesso ou fracasso escolar, é necessário falar de aprendizagem. É através da aprendizagem que o homem muda e transforma o meio. A aprendizagem depende de condições físicas, da maturação do indivíduo; e psicológicas, porque diz respeito à motivação deste, do processo interno que ocorre quando o sujeito se mobiliza e direciona sua ação na aprendizagem. Depende também de condições ambientais e pedagógicas, local adequado com atmosfera reforçadora que favoreça o processo educativo. Neste contexto amplo de interferências contidas no processo educativo é que o psicólogo educacional através de um olhar atento, com sua bagagem de conhecimentos e prática a favor da vida, da aprendizagem significativa e de humanização, pode atuar. Considerando a atuação do psicólogo, Maluf & Cruces, afirmam

A atuação do psicólogo educacional deve estar voltada para a produção de saúde dos sujeitos e comunidades, assim como [...] estar a serviço do bem-estar da comunidade escolar, do desenvolvimento psicológico de todos os envolvidos no processo educacional, da aprendizagem significativa que produzirá no aluno as condições individuais e sociais necessárias para o pleno exercício da cidadania (MALUF & CRUCES, 2008, p.96).

Em 1979, no Serviço de Orientação Educacional, surge o psicólogo atuando na educação municipal, nesta época, sendo desviado de função, pois o primeiro concurso para a função de Psicólogo Educacional foi realizado em 1992. Em 1995 foi realizado o segundo e último concurso para esta função. Decorrido quarenta anos da presença do psicólogo na rede municipal, os psicólogos educacionais que representam atualmente um número total de 10 (dez), não foram ouvidos sobre a função e a atuação de sua própria profissão.

É viável a atuação do psicólogo nas equipes das Unidades Escolares de Duque de Caxias? Como é compreendido o lugar e a função do profissional de psicologia atuando no âmbito da Educação Municipal de Duque de Caxias? Em que o profissional de psicologia pode contribuir? Há mudança de paradigma acerca do ser psicólogo educacional na Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias? Em busca de respostas dos psicólogos educacionais, foi

utilizado o *link*⁴, e todos os psicólogos foram convidados a preencher o formulário do *Google Docs*. Foram recebidas 10 (dez) respostas que representam o total de psicólogos educacionais de DC (oito ativos e dois inativos). Estas respostas foram analisadas com cuidado no intento de empreender um olhar sensível e atento sobre o questionário composto por perguntas objetivas e dissertativas.

Uma vez localizados os psicólogos, foi estabelecido contato por meio de telefone e/ou e-mail a fim de apresentar os objetivos da pesquisa e fazer o convite para que respondessem ao questionário da pesquisa (em apêndice) para levantamento de dados a serem analisados.

Como forma de preservar a identidade dos psicólogos educacionais, sujeitos da pesquisa, foram utilizados pseudônimos tendo por base a junção de PSI mais um numeral que indica a ordem de respostas ao questionário. Na intenção de evitar exposições desnecessárias, não foi incluído imagens dos sujeitos da pesquisa.

Segue a análise dos dados dos formulários preenchidos por 10 (dez) psicólogos educacionais lotados na rede municipal de educação de DC.

4.3.1 Análise e discussão dos resultados: Psicólogo Educacional

QUADRO 10 –FORMAÇÃO ACADÊMICA E INÍCIO DOS PSICÓLOGOS NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DUQUE DE CAXIAS

PSICÓLOGOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DUQUE DE CAXIAS				
PSEUDÔNIMO	LOTAÇÃO	INGRESSO COMO PSICÓLOGO	INSTITUIÇÃO DE GRADUAÇÃO	PÓS GRADUAÇÃO
PSI 09	E.M. Erminia Caldas da Silva	31/05/1994	CESMAC Alagoas	Pós-graduada em Educação Infantil
PSI 03	Escola M. Regina Celi da Silva Cerdeira - Centro de Referência	31/05/1994	Universidade Gama Filho UGF/RJ	Pós-graduação em Orientação Educacional.
PSI 07	Creche Escola Municipal Dr. Álvaro Alberto	24/03/1993	Universidade Santa Úrsula USU/RJ	Doutorado em Psicologia

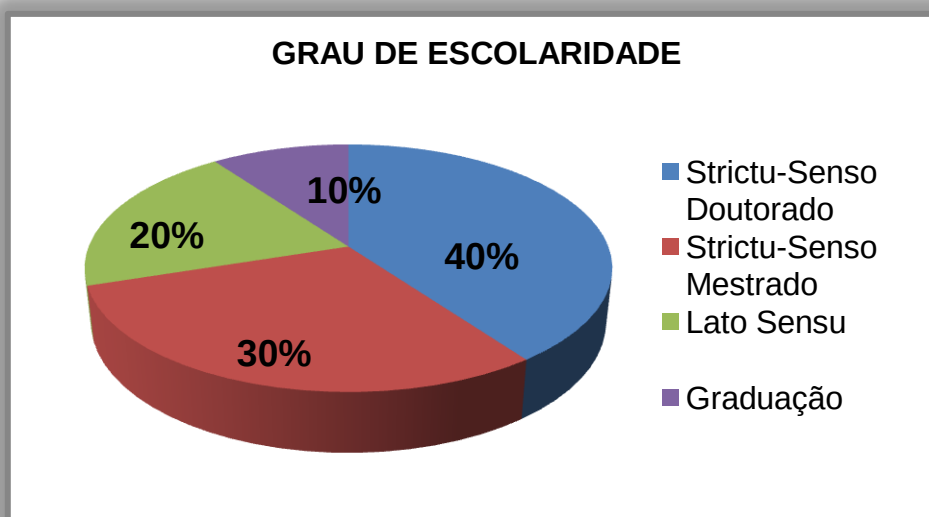
⁴ Endereço do Google Drive referente ao questionário dirigido aos Psicólogos Educacionais de Duque de Caxias.

PSI 04	Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional/SME	06/05/1998	Universidade Gama Filho UGF/RJ	Mestrado Educação
PSI 08	CCAIC - Jardim Gramacho	24/03/1993	Universidade Gama Filho UGF/RJ	Doutorado Psicologia Social, Mestrado Psicologia Social
PSI 05	Creche Armanda Álvaro Alberto	09/03/1998	UERJ	Mestrado Psicologia Clínica
PSI 01	Última lotação: Secretaria Municipal de Educação Duque de Caxias	24/03/1982	UFRJ	Doutorado em Ciências pela FIOCRUZ
PSI 10	Creche Comunitária São Sebastião e Creche Municipal Professor João de Oliveira	09/06/1998	Universidade Gama Filho	Curso Dinâmica de Grupo; Psicomotricidade de Relacional
PSI 02	Última lotação: Secretaria Municipal de Educação Duque de Caxias / CSOE	09/03/1998	UFRJ	Psicologia Social
PSI 06	Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional/SME	08/10/1998	Universidade Católica de Petrópolis UCP/RJ	Mestrado Humanidades Culturas e Artes

Fonte: Acervo da Pesquisa

Obs.: O quadro nove é semelhante ao quadro oito, porém com acréscimo de algumas informações referente a formação acadêmica do psicólogo.

Gráfico 8

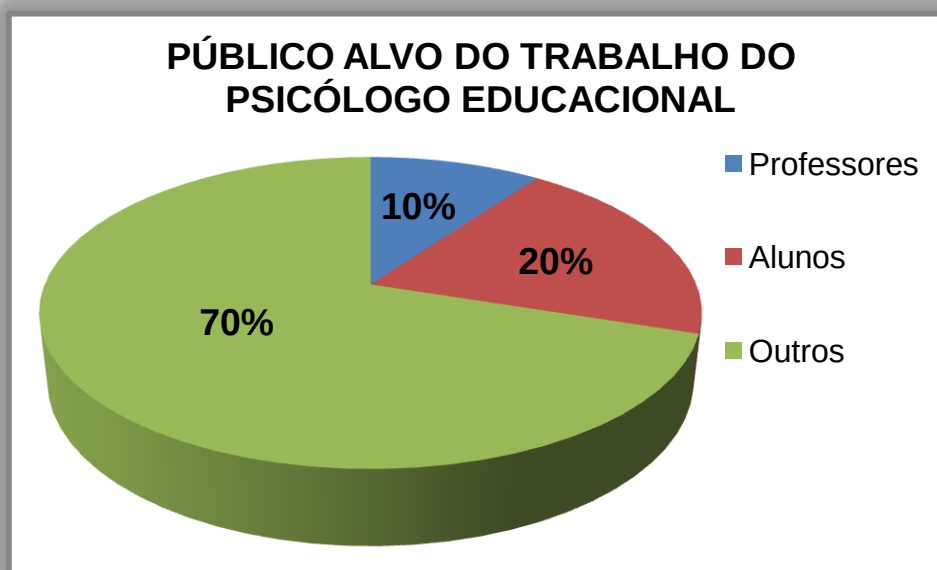


Fonte: Acervo da Pesquisa

O questionário foi respondido por 10 (dez) profissionais que estão no cargo de Psicólogo, atuam ou atuaram na Rede Municipal de Educação. Com exceção de um psicólogo que encontrava-se em sua última lotação na Secretaria de Educação, porém oriundo da Secretaria de Saúde (PSI 01), todos os demais psicólogos fizeram concurso para a Educação e ocupam o cargo de Psicólogo Educacional. Portanto, temos dez psicólogos na Educação Municipal e todos os dez participaram da pesquisa. Dentre os dez, dois se encontram aposentados (PSI 01 e PSI 02). Dentre os oito ativos, dois se encontram lotados em Escola (PSI 03 e PSI 09), três se encontram lotados em Unidades Escolares de Educação Infantil (PSI 05, PSI 07 e PSI 08) e dois se encontram lotados na SME (PSI 04 e PSI 06).

Com relação ao grau de escolaridade/titulação: 44,4% dos psicólogos apresentam Stricto-Sensu Doutorado, 33,3% Stricto-Sensu Mestrado e 22,2% Lato-Sensu. Esses dados colaboram para compreendermos o quão significativa é a trajetória do psicólogo em busca de avanços e conhecimentos. Há uma forte tendência dos psicólogos em dar continuidade ao processo formativo o que pode representar contribuições na prática profissional.

Gráfico 09

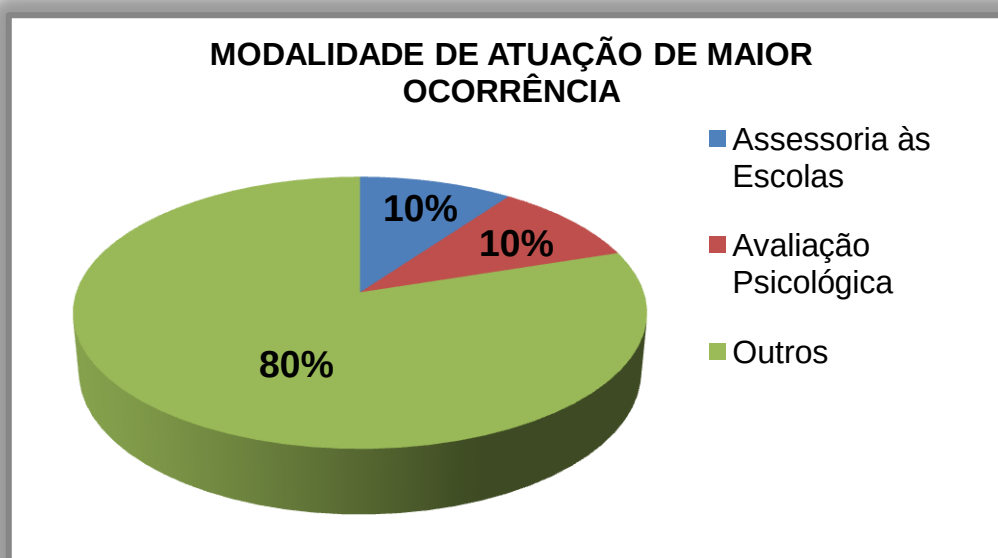


Fonte: Acervo da Pesquisa

Quanto ao público alvo do trabalho do psicólogo atuando na educação, os psicólogos em sua maioria (66,7%) optaram pela resposta “outros”, o que caracteriza que são diversas as demandas de atuação no contexto educacional, conforme bem retratado por PSI03:

Uma vez que a escola é um corpo complexo constituído por diversos atores, a atuação profissional se dá com toda a comunidade escolar.

Gráfico 10



Fonte: Acervo da Pesquisa

Quanto a modalidade de maior ocorrência de atuação do psicólogo na Educação a maioria dos sujeitos da pesquisa (80%) responderam a opção “*outros*”. Porém ainda está presente na prática do psicólogo educacional a *assessoria às escolas*, num percentual de 10%, atribuição atualmente que se refere somente a PSI 02 e PSI 06 que encontram-se lotados na Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional da SME. Há ainda a *avaliação psicológica* como modalidade de ocorrência que corresponde a 10% dos PSIs. São diversas as possibilidades de intervenção do psicólogo educacional, destaco algumas mencionadas:

Trabalho diretamente com o aluno fazendo meditação (PSI 09);
A atuação profissional segue a orientação do regime escolar; o trabalho é realizado junto à equipe pedagógica oferecendo

mais uma releitura dos eventos a luz da Psicologia. Casos que necessitem da avaliação psicopedagógica e encaminhamentos de alunos para atendimentos clínicos, inclusive psicológicos (PSI 03);

Escuta de professores, equipe técnica pedagógica, familiares (PSI 02);

Formação continuada de professores, assessoria às escolas (PSI 07);

Formação continuada de professores, assessoria às escolas (PSI 06);

Avaliação de alunos com deficiência, acompanhamento de alunos, orientações à professores, entrevistas de avaliações e orientações aos pais, participações de grupos de estudos, formação continuada, elaboração de documentação técnicas (PSI 08);

De acordo com os dados coletados nota-se a na prática do psicólogo educacional, a inclusão de uma diversidade de personagens envolvidos (professores, direção, pais, alunos, comunidade escolar) em atuações que se deram em múltiplos contextos (educação infantil, ensino fundamental, equipe de profissionais, creches e CCAICs, formação continuada, avaliação de aluno, grupos de estudo, documentos técnicos). Verifica-se que, são muitas as intervenções e demandas do psicólogo educacional atuando no complexo contexto da Educação. Há uma evidente importância do trabalho em equipe e a atuação do psicólogo não ocorre somente na dimensão psicoeducativa como também na dimensão psicossocial da escola.

São muitos os projetos desenvolvidos pelos psicólogos educacionais no contexto da rede municipal ou atuando especificamente em determinadas unidades escolares. O relato dos psicólogos confirma esta afirmação:

Os projetos são coletivamente construídos com ou pela equipe educacional (PSI 03);

Formação em serviço e acompanhamento às dificuldades de aprendizagem (PSI 02);

São vários os projetos desenvolvidos ao longo da prática profissional junto a SME (PSI 07);

Projeto Família, primeira escola da vida; Projeto Criar e Recriar: desafios do lúdico na Educação Infantil. Programa de Educação Especial na Educação Infantil e Classe Hospitalar (PSI 06);

L.I.R. A AME ALFAEDUCAR (PSI 04);

Participações nos conselhos de classes, realização de projetos, participação em congressos e pesquisa de campo (PSI 08);

Clubinho de Pais: Reuniões quinzenais em grupo com pais e/ou responsáveis para discussão sobre temas relacionados a educação dos filhos articulando-os com o contexto social mais amplo e com o papel da escola nesse sentido (PSI 05);

Implantação do psicólogo educacional na rede municipal de educação de Duque de Caxias, implantação do modelo construtivista na Educação Especial de Duque de Caxias, implantação de sala de recursos para educação precoce, classe de autismo, escola especial, cuidadores, empregabilidade para pessoas com deficiência na SME, implantação da classe hospitalar, implantação do projeto vamos brincar no HIIS, do ambulatório do desenvolvimento infantil no HIIS, implantação centro de atendimento a pessoa com deficiência. Fui gestora de Educação Especial, Coordenadora do Programa de Saúde Mental, Diretora do Centro de Atenção a Pessoa com Deficiência, fundei o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, participei do conselho de saúde e assistência social, estou aposentada desde 2012 (PSI 01).

Com relação às possíveis contribuições que os psicólogos podem oferecer no contexto da educação, baseada no relato dos próprios psicólogos ressalta-se: o trabalho preventivo, melhoria na aprendizagem, educação especial, educação inclusiva, análise institucional, formação de professores, construção de parcerias com a família e o corpo docente, desenvolvimento de projetos, orientação e busca de soluções integrando prática e teoria, junto aos profissionais da educação, realização de grupos de estudos, realização de avaliação psicológica educacional, participação no Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, contribuição nas equipes de gestão. Considerando a dimensão humana e profissional, PSI 05 pensa que

a contribuição de qualquer psicólogo dentro de qualquer escola se dará dependendo da formação e da visão de mundo de cada psicólogo sobre seu papel dentro desta e desta dentro de um contexto sociopolítico mais amplo. Isto sem falar das contingências trazidas pela dimensão singular do desejo de cada um (PSI 05).

Com relação a avaliação psicológica como atribuição da prática do psicólogo educacional esta se faz necessária, como um recurso para se oportunizar adaptações e respeito ao perfil do aluno e não com finalidades de segregar ou culpabilizar o aluno por ser “diferente” A multiplicidade está presente

na sociedade e o que se busca é respeito e oportunização de acessibilidade ao currículo que seja plural e que este respeite a diversidade do processo de desenvolvimento humano. A avaliação, neste contexto, consiste numa concepção multidimensional, funcional e bioecológica de deficiência mental, agregando sucessivas inovações e reflexões teóricas e empíricas em relação aos seus modelos anteriores.

Gráfico 11



Fonte: Acervo da Pesquisa

Com relação a existência de uma diretriz/regimento que conduz a prática do psicólogo na educação municipal, a maioria, 70%, dos sujeitos da pesquisa informaram que sim e 30% informaram que não. Como destaque nesta temática, segue algumas considerações;

PSI 03 aponta a semelhança das atribuições do Psicólogo Educacional com o Orientador Educacional: “Quando observamos o regimento escolar verificamos que nele com exceção do lidar com as relações interpessoais o que vemos em relação a nossa função é o mesmo que se espera do Orientador Educacional. O trabalho surge da dinâmica do cotidiano escolar, sem diretrizes além do posto no regimento escolar ou das que eventualmente sejam colocadas no projeto de trabalho da escola”;

PSI 06 afirma que “existe o regimento da educação municipal que se refere a função do psicólogo educacional. As atribuições do psicólogo educacional são várias, acompanhamento do aluno, parceria com a família, grupos de estudos, estudos de casos, apoio ao professor, projetos, entre outras. E como estratégias pode fazer uso de entrevistas, observações, escuta, reuniões, estudos e análises, entre outras”:

PSI 07 declara que “Sim. Presença no regimento escolar como profissional de apoio à educação. Entrevistas, observações, diagnósticos, órgão de textos e material psicopedagógico, acompanhamento aos processos de desenvolvimento e aprendizagem, relações família/escola”;

PSI 04 sinaliza que “O trabalho do psicólogo educacional no município de Duque de Caxias, precisa ser mais dirigido, ter apoio de toda a secretaria de educação. Não pode acontecer de forma solta, de acordo com o desejo individual de cada profissional”;

PSI 08 considera que “Sim, existe um Rendimento Escolar. Ressalto que participei de sua elaboração quanto às atividades do psicólogo educacional junto com outros colegas psicólogos da rede municipal de Caxias. Foi uma das poucas oportunidades que tivemos de reunir os psicólogos. Duque de Caxias (1999). Regimento Escolar. SME. Departamento Geral de Educação p.22 e 23. Seção I. Do psicólogo educacional.”

Existe realmente um Regimento Escolar e PSI 08 afirma com propriedade, neste documento consta as atribuições do Psicólogo Educacional como dito por PSI 03 e PSI 06 e 07, porém como não existe articulação entre os próprios psicólogos e a SME, o trabalho desenvolvido por estes profissionais no município não segue uma mesma linha de atuação, ocorre de forma solta como sinalizado por PSI 04.

Quanto às intervenções realizadas, enquanto na função de psicólogo educacional, os sujeitos da pesquisa relataram que contribuem ou contribuíram em sua prática com meditação, orientação a pais e/ou responsáveis, envolvimento em ações junto a Equipe Pedagógica da UE, encaminhamento de alunos para atendimento clínico, projeto de Educação Inclusiva, elaboração com a equipe Pedagógica da SME do Projeto CONSEGUIR, palestras, grupo de estudos, atendimento a família, alunos e professores, avaliação de alunos com vistas à Educação Especial, realização de projeto de mediação cognitiva, promoção de espaços de fala e de escuta para os atores envolvidos no

processo educacional, "Clubinho de Pais", entre outras intervenções não citadas.

Destaca-se a narrativa de alguns psicólogos que atuaram ou atuam de forma mais abrangente diante da Rede Municipal de Educação:

Elaboração do programa de formação do modelo construtivista, implantação da escola especial na Rede Municipal de Educação, promoção de formação de professores da educação infantil com ênfase nos alunos com deficiência (PSI 01)

Foi possível notar através da narrativa inicial de PSI 08 sobre uma situação específica o quanto o acreditar e estimular o aluno com deficiências múltiplas foi determinante para avanços do aluno e envolvimento da psicóloga na proposta inclusiva. PSI 08 participou no projeto de integração e posteriormente de inclusão de alunos que se encontravam na Educação Especial. Considera que a escola representa também uma fonte de estudos diante da proposta inclusiva. Vivenciou a mudança de seriação da classe de alfabetização para o ciclo de alfabetização. Participou de grupos de estudos e pesquisa. Implementou o projeto de atendimento aos alunos com altas habilidades/superdotação na rede municipal de Duque de Caxias, viabilizou a capacitação de professores para atender alunos com indicadores de altas habilidades. O programa de altas habilidades possibilitou visibilidade para o município, pois participou de várias entrevistas em rádios, TV e jornais. De 2005 a 2009 foi Diretora da Escola Municipal de Educação Especial, que estava em processo de mudança de nome para E.M. Regina Celi da Silva Cerdeira com objetivo de transformar a escola que atendia somente alunos especiais para uma escola inclusiva. Implementou o Programa da Escola Aberta junto ao Governo Federal. A escola era aberta nos finais de semana para atividades esportivas, reforço escolar, horta, capoeira. Assim, o grande ganho com a minha gestão foi que a Escola tinha um estigma de "Escola de doentes", pois antes de pertencer à unidade escolar da prefeitura de Caxias era uma instituição privada (ACAE) que atendia crianças especiais que eram atendidos inclusive em regime de internação. Assim, nenhum aluno "normal" queria estudar lá. A grande contribuição como psicóloga e gestora foi trabalhar este estigma e a Escola Aberta foi uma possibilidade que identificamos e trabalhamos junto à comunidade. No CCAIC desenvolve atividades de acompanhamento educacional dos alunos, orientação aos professores, entrevistas de avaliações e orientações pais, participação de grupos de estudo, formação continuada, elaboração de documentação técnica da Creche, realização de grupo de pais. Um projeto extremamente importante que estamos desenvolvendo no CCAIC no ano de 2018 é: "Emoção e Ação: equilibrando sentimentos, através do movimento de uma Escola Viva." Ressalta-se a importância do grupo de estudo que facilitou a escolha do Projeto Pedagógico

de 2018 que aborda as emoções. Assim, trabalhamos a cognição e as emoções no desenvolvimento infantil, bem como a cognição e emoção, a resiliência, a necessidade de entender o outro, de não levar para o pessoal as críticas no grupo de docentes, estimuladores, equipe, pessoal de apoio. Em 2018 estou participando do Fórum Municipal em Defesa da Educação de Duque de Caxias como Delegada representante da CCAIC Jardim Gramacho. Ressalta-se aqui a importância do Psicólogo Educacional atrelar prática e estudos acadêmicos com pesquisas baseadas em evidências científicas. (PSI 07)

Confirmando o que foi anteriormente abordado nesta pesquisa, uma das portas de entrada do psicólogo na Educação de Duque de Caxias foi a Educação Especial. Segue o que foi relatado pelos próprios psicólogos sobre a história do início da Psicologia Educacional na Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias:

Sua origem provem de uma época em que a coordenadora da Educação Especial procurava psicólogos para a então inaugurada Escola Educação Especial. Como o Centro de Atenção ao Portador de Deficiência Duque de Caxias (CEAPD) já oferecia o atendimento clínico, me parece que a ideia era ter um profissional que estivesse mais ligado a educação. Isso fica claro pelo fato de ter havido oferta de vagas para a psicologia clínica e para a educacional. No entanto a ideia de uma escola destinada ao atendimento de alunos com deficiência já começava a ruir, pois já havia sido realizado a conferência sobre a educação para todos e escolas especiais passaram a serem consideradas inapropriadas ao movimento de inclusão. Se não me engano foram realizados dois concursos para psicólogos e depois veio o silêncio. Alguns profissionais conseguiram sair da Educação e foram para a Saúde. Outros como eu, penso, apaixonaram-se não tanto pelas oportunidades, mas pelo fato de participarem de algo grande e envolvente que é a educação, principalmente aquela realizada no interior das escolas. (PSI 03)

Resumidamente, está vinculada à Educação Especial. (PSI 02)

Estou desde o início e houve muito desconhecimento sobre as possibilidades de atuação do psicólogo na educação. Hoje o reconhecimento existe, mas a valorização não acontece. (PSI 07)

Foi difícil o início da psicologia educacional devido a falta de reconhecimento e valorização, bem como a confusão quanto a expectativa equivocada de que a atuação do psicólogo na educação seria clínica. (PSI 06)

As duas vagas eram somente para a Escola Especial que estava sendo inaugurada no Município com objetivo de realizar

avaliações nos alunos inscritos para serem encaminhados para a Escola Especial,

Dois fatos marcaram a minha entrada no Município:

(1) fui procurar a equipe de educação especial, conforme orientação do administrador do Município para saber sobre a minha convocação. A Chefe da equipe de Educação Especial quando me apresentei falou a seguinte frase "eu estava querendo conhecer a pessoa que tirou o 1º lugar no concurso que nem do Município de Caxias é" A representação dessa fala eu só fui entender muitos anos após a minha convocação. Percebo, nestes anos todos, que continuo sendo estrangeira naquele município, por mais que realize trabalhos importantes, continuo sendo "estrangeira".

(2) quando recebemos o nosso contracheque, o meu estava como função Assistente Social e a outra psicóloga com cargo de professora no contracheque. Questionamos o erro na secretaria de administração e fomos informadas que o cargo estava sendo criado, pois, não existia no Município. Assim, não poderia ter esse cargo no contracheque e que no município só "existia" Psicólogo Clínico. Foi uma conquista quando depois de alguns meses recebemos em nosso contracheque a função *Psicólogo Educacional*.

Assim, fui para a Escola Especial. A Equipe de Educação Especial, chefiada pela Psicóloga e Professora Ediclêa Mascarenhas realizava grupos de estudos. Em um dos grupos de estudos fomos informadas que foi a própria Ediclêa que solicitou o concurso ao prefeito para garantir psicólogos educacionais na Escola Especial. De fato, o psicólogo educacional era, a princípio, somente para atuar na Educação Especial.

Em 1994, entrei com licença maternidade e com a minha licença foram convocados o 3º e o 4º colocados.

Em 1995 fui para uma Escola Regular (Escola Municipal Dr Álvaro Alberto) com objetivo ainda de atuar junto aos alunos da Educação Especial. A Escola tinha duas Classes especiais e duas Salas de Recursos. Como relatei, realizei primeiro um estudo sobre integração e mais tarde a mudança de paradigma para a inclusão.

Mais tarde, outros psicólogos foram chamados para atuarem em outras escolas com alunos especiais e creches.

O Município fez um outro concurso com vagas para psicólogos. Assim, foram realizados somente 2 concursos para psicólogos educacional o que torna o cargo em extinção.

Atualmente, somos poucos psicólogos lotados na educação. Tentamos encontros com Secretária de Educação, Sindicato dos professores (SEPE) com objetivo de fortalecer nossa luta. Um dos maiores problemas dos psicólogos educacionais é que nunca tivemos nossos salários com base no plano de carreira da educação. Como no município existia somente psicólogo clínico, nossos salários tinham correspondência com os dos psicólogos clínicos embora sendo da educação. Como o salário e os benefícios da educação eram bem melhores, os psicólogos educacionais tinham (e ainda têm) salários menores e carga horária maior que os colegas orientadores educacionais e Orientadores pedagógicos. Uma outra des-

vantagem do psicólogo educacional é que ele não pode fazer dupla jornada (como os colegas da saúde). Assim, uma psicóloga educacional pediu transferência para a saúde, (PSI 08)

Fui idealizadora do projeto e não foi fácil na época convenceremos ao sindicato dos profissionais de educação porque havia na direção do SEPE a idéia de que o orientador educacional já supria tal função, tive muito apoio do saudoso Dr Amoreli, presidente da Câmara Municipal, na época. Realizamos reuniões com a Secretária de Educação professora Solange Fonseca, Dr Amoreli e equipe do SEPE. e a partir daí tudo esclarecido e o projeto seguiu. Fui a primeira psicóloga vinculada ao SEPE. Tivemos concurso, a primeira colocada foi Sonia Azevedo, e a primeira psicóloga com deficiência com prova adaptada e leitor Teresa Fireman, na época início da década de 90 foi avanço em todos os sentidos fizemos várias palestras no CRP sobre nosso trabalho. (PSI 01)

Ao analisar as narrativas dos psicólogos educacionais foi possível compreender inquietações dos mesmos em relação ao “lugar” que ocupam no plano de carreira, a falta de valorização, organização e reconhecimento do profissional diante da rede municipal e a falta de continuidade de concursos para esta função. Algumas considerações neste sentido:

A crítica que eu faço é com relação a nomenclatura no regimento da SME onde fala que o psicólogo educacional é auxiliar técnico da equipe diretiva.(PSI 09)

A crítica é pertinente ao próprio poder público municipal que ainda não entende ou não quer entender a importância da psicologia como relevante para os processos de ensino e aprendizagem. (PSI 02)

A maior crítica é em relação a desvalorização e a não presença dos psicólogos(as) no plano de carreira dos profissionais da educação. Temos sido desconsiderados pelo poder público municipal. Apenas um pequeno número de psicólogos permanece em atuação. (PSI 07)

A crítica ao poder público pela não valorização do psicólogo educacional e não abertura de concurso público. (PSI 06)

Conforme ocorre a mudança de prefeito vários trabalhos e projetos foram interrompidos. Pessoas são "esquecidas" junto com os seus projetos. (PSI 08)

Falta de continuidade pelo poder executivo e maior organização dos profissionais exigindo a continuidade de concursos, lamentável (PSI 01)

4.3.1.1 Revelação do olhar do Psicólogo Educacional

O questionário foi respondido por profissionais que estão na função de Psicólogo Educacional. Todos os 10 (dez) psicólogos que receberam e aceitaram o convite para responderem ao questionário através de email, não procuraram a pesquisadora antes de preencherem o formulário. Após a fase da investigação e coleta de dados, a pesquisa prosseguiu para a etapa de análise e estudos das respostas, a interpretação da leitura do olhar de cada psicólogo educacional sobre a função e a atuação do psicólogo educacional na rede municipal de Duque de Caxias. A busca de compreensão da realidade passa pela necessária inclusão da ação do pesquisador que, nesta pesquisa também se encontra como sujeito, por ser psicólogo educacional atuando na rede municipal de educação de Duque de Caxias. Assim pesquisador/sujeito da pesquisa, através do olhar, das observações, de sua elaboração e análise, dos vínculos que estabelece com o ambiente e da expressão da sua prática nas atividades na rede municipal de educação, “transforma e é transformado, concede significados, interpreta segundo estruturas preestabelecidas e por ele produzidas, e essa ação de significação e objetivação também faz parte da realidade” (HERNÁNDEZ, 2005, p. 86).

No processo de análise, compreensão e estudos do conteúdo pesquisado e das respostas aos questionários do *Google Docs* Formulários foi necessário agrupar e reagrupar as situações, informações, assuntos abordados, coletados e registrados, buscando uma organização em termos de eixos temáticos semelhantes. Assim, após a organização, agrupamento e estudo das respostas dos psicólogos educacionais, foi realizada a análise dos dados considerando três unidades e eixos temáticos. Primeiro Eixo Temático: Função e a atuação do Psicólogo Educacional tendo por base o que o consta no Regimento Escolar, no Plano de Carreira e que a política determina; Segundo Eixo Temático: Prática atual do Psicólogo Educacional; Mudança de Paradigma acerca do ser Psicólogo Educacional na Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias.

Algumas reflexões e constatações foram construídas no *primeiro eixo temático: Função e a atuação do psicólogo educacional tendo por base o que o consta no Regimento Escolar, no Plano de Carreira e que a política determina.*

Os psicólogos educacionais atuando na rede municipal de educação de Duque de Caxias, em cuja prática manifesta-se uma perspectiva crítica e não clínica, embora não sustentem um discurso único, desenvolvem ações compatíveis entre si, ou seja, semelhantes nos objetivos e embasados por diretrizes que constam no Regimento Escolar e no Plano de Carreira da Educação. Existe também o documento norteador da prática do psicólogo que atua na Educação que é o “Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas (os) na Educação Básica”:

Este documento, vinculado à área da Psicologia Escolar e Educacional, circunscreve-se ao campo da Educação Básica - Educação infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio - e está estruturado em quatro eixos intitulados: Eixo 1 - Dimensão Ético-política da Atuação da (o) Psicóloga (o) na Educação Básica; Eixo 2 - A Psicologia e a Escola; Eixo 3 - Possibilidades de Atuação da (o) Psicóloga (o) na Educação Básica; Eixo 4 - Desafios para a Atuação da Psicologia na Educação Básica (CFP, 2013, p.25).

No Plano de Carreira da Educação o Psicólogo Educacional encontra-se na função de apoio técnico, atuando com assessoria no planejamento educacional, assessoria à equipe pedagógica, com foco em avaliação psicológica e atendimento aos alunos da rede municipal que necessitam de acompanhamento especial e orientação familiar, como consta no quadro a seguir:

QUADRO 11: PSICÓLOGO EDUCACIONAL DE ACORDO COM O PLANO DE CARREIRA LEI Nº 1.070, DE 19 DE SETEMBRO DE 1991

PSICÓLOGO EDUCACIONAL: APOIO TÉCNICO DA EDUCAÇÃO
 ESTADO DO RIO DE JANEIRO CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS III - no Apoio Técnico da Educação: de assessoria no planejamento educacional; de assessoria à equipe pedagógica; de avaliação psicológica e atendimento aos alunos da rede municipal que necessitem de acompanhamento especial; de orientação familiar.

PSICÓLOGO EDUCACIONAL: QUADRO PERMANENTE DA EDUCAÇÃO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS

Parágrafo Único - No novo Quadro Permanente previsto no caput deste artigo, as categorias funcionais, de acordo com a área de atuação, ficam constituídas na forma abaixo:

Psicólogo - passarão a integrar esta categoria funcional os Psicólogos com Formação em Psicologia e comprovada habilitação na Área Escolar através de cursos de atualização (360 h), e extensão; e que desempenhem atividade de Assessoria no Planejamento Educacional, Avaliação Psicológica e Acompanhamento de alunos da rede municipal e orientação às famílias dos educandos e equipe pedagógica;

Fonte: Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Duque de Caxias – Artigo 15 da Lei 1070, 1991.

De acordo com o Regimento Escolar do Município de Duque de Caxias o psicólogo educacional também é considerado apoio técnico da educação como no Plano de Carreira. Porém, com a função de agir nos fatores relacionados aos processos de desenvolvimento humano, aos processos de aprendizagem, às relações interpessoais e às dimensões institucionais. É notório que no documento de 1991 (Plano de Carreira) ainda se imputava-se ao psicólogo educacional a atribuição de avaliação psicológica, enquanto no documento de 2015 (Regimento Escolar) surge a atribuição de diagnosticar as necessidades dos alunos *dentro do Sistema Educacional* e analisar, com o Orientador Educacional, possíveis encaminhamentos a serviços de atendimento clínico, médico e outros Serviços Públicos dentro da Comunidade

QUADRO 12: ATRIBUIÇÕES DO PSICÓLOGO EDUCACIONAL

DA EQUIPE DE APOIO TÉCNICO À EDUCAÇÃO

Art. 32 – A Equipe de Apoio Técnico à Educação é constituída pelo Psicólogo Educacional, pelo Assistente Social e pelo Fonoaudiólogo que atuarão integrados à Equipe Diretiva das Unidades Escolares da Rede conforme a disponibilidade da Secretaria Municipal de Educação.

SEÇÃO I	
DO PSICÓLOGO EDUCACIONAL	
Art. 33 – A função do Psicólogo Educacional será exercida por profissional legalmente habilitado em Psicologia, concursado para este fim. Parágrafo Único- Sua função deverá ser a de agir nos fatores relacionados aos processos de desenvolvimento humano, aos processos de aprendizagem, às relações interpessoais e às dimensões institucionais.	
Art. 34 – São atribuições do Psicólogo Educacional:	
I-	participar, de forma integrada com a Equipe Técnico-Administrativo-Pedagógica, da construção e elaboração coletiva do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar;
II-	contribuir, junto com a Equipe Técnico-Administrativo-Pedagógica, no planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas na Unidade Escolar, visando uma ação articulada;
III-	desenvolver atividades com a Comunidade Escolar, visando identificar e minimizar dificuldades psicossociais que possam bloquear o desenvolvimento de potencialidades, a auto-estima e o exercício da cidadania;
IV-	desenvolver, junto com a Equipe Diretiva, atividades com educadores e alunos, objetivando a explicitação e superação de entraves institucionais;
V-	contribuir para o processo de orientação para o trabalho, tendo com o princípio a relação trabalho-conhecimento, vinculada à prática social, individual e coletiva;
VI-	selecionar, pesquisar e estudar assuntos específicos de seu campo de trabalho, procurando manter-se atualizado quanto aos processos de aprendizagem, desenvolvimento humano, relações interpessoais e dimensões institucionais;
VII-	participar de seminários, fóruns de debates, palestras, oficinas organizados pela Unidade Escolar, promovidos pela Secretaria ou outras Instituições de Ensino;
VIII-	participar da atualização pedagógica, através dos grupos de estudo e dos Conselhos de Classe;
IX-	desenvolver, junto com a Equipe Técnico-Administrativo-Pedagógica, atividades com os educandos, visando um trabalho preventivo relacionado à afetividade, cognição e socialização;
X-	diagnosticar as necessidades dos alunos dentro do Sistema Educacional e analisar, com o Orientador Educacional, possíveis encaminhamentos a serviços de atendimento clínico, médico e outros Serviços Públicos dentro da Comunidade.

Fonte: Regimento Escolar de Duque de Caxias 2015, p 15

A análise das considerações dos psicólogos educacionais proporcionou o entendimento de como é compreendida a função e a atuação do profissional de psicologia tendo por base o que o consta no Regimento Escolar, no Plano de Carreira e o que a política determina. De acordo com o que consta no Plano de Carreira da Rede de Educação de Duque de Caxias, o psicólogo é considerado apoio técnico de assessoria ao planejamento educacional, de assessoria à equipe pedagógica, de avaliação psicológica e atendimento aos

alunos da rede municipal que necessitam de acompanhamento especial, de orientação familiar.

Quanto ao Regimento Escolar, o psicólogo educacional faz parte da Equipe de Apoio Técnico à Educação, a qual é constituída também pelo Assistente Social e pelo Fonoaudiólogo que atuarão integrados à Equipe Diretiva das Unidades Escolares da Rede conforme a disponibilidade da Secretaria Municipal de Educação. Sua função deverá ser a de agir nos fatores relacionados aos processos de desenvolvimento humano, aos processos de aprendizagem, às relações interpessoais e às dimensões institucionais.

Em Du- que de Caxias, desde o último concurso para esta função (1995), há um período de 24 anos, onde não se observa nenhum movimento ou concurso de vínculo permanente para a inclusão de novos profissionais para a função de Psicólogo Educacional com vistas a suprir a carência de profissionais do município. Percebe-se uma evidente necessidade de apoio do sindicato dos profissionais da Educação e do sindicato dos profissionais de Psicologia na luta por avanços significativos e mudanças urgentes. O Conselho Federal de Psicologia no documento Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas (os) na Educação Básica, considera:

No que tange à contratação específica de psicólogas (os) na área da Educação, um entrave ainda presente está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 que afirma no artigo 67, § 2º: “são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas”. Portanto, não há previsão de participação da (o) psicóloga (o) no cenário escolar. Não podemos esperar que o poder público constitua uma clara política de inserção desse profissional no âmbito educacional quando a própria categoria precisa ainda explicitar as diretrizes de uma política que responda aos anseios de uma Psicologia que contribua para as finalidades da Educação. (CFP, 2013, p.69 e 70).

São negativas as expectativas da categoria, bem como as mencionadas pelo CFP na citação anterior, porém se fez forte o poder dos movimentos populares nesta conquista que surge neste momento tão significativo de conclusão da presente pesquisa. Em 11 de dezembro de 2019, foi sancionada a Lei nº 13.935 que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Realmente como citado

pelo CFP (2013): “não há previsão de participação da (o) psicóloga (o) no cenário escolar”, mas esta conquista representa um avanço significativo. Segue o que consta na aprovação da referida Lei

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do parágrafo 5º do art. 66 da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.

§ 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.

§ 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino.

Art. 2º Os sistemas de ensino disporão de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de dezembro de 2019; 198º da Independência e 131º da República. JAIR MESSIAS BOLSONARO
(BRASIL. DOU, 12/12/ 2019)

É possível perceber que no Plano de Carreira, em seu artigo 3º, inciso III, há ainda uma concepção de que o psicólogo tem em suas atribuições a “avaliação psicológica e atendimento aos alunos que necessitam de acompanhamento especial” (1991). Enquanto que no documento “Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogos (os) na Educação Básica” e no Regimento Escolar existe uma deliberação de que possa participar, de forma integrada com a Equipe Técnico-Administrativo-Pedagógica, desenvolver atividades junto com a Equipe Diretiva, contribuir para o processo de orientação para o trabalho, selecionar, pesquisar e estudar assuntos específicos de seu campo de conhecimento e ação e diagnosticar as necessidades dos alunos junto com o orientador pedagógico e encaminhar para atendimento clínico. Observa-se que no regimento fica explícita que a atuação do psicólogo deverá estar integrada ao pedagógico e que inclusive no que concerne ao diagnóstico este deve ser em relação às necessidades pedagógicas e não uma avaliação psicológica como o que consta no Plano de Carreira.

Os psicólogos em muito avançaram em sua prática e conhecimento dos processos de desenvolvimento e aprendizagem humana, assim como das problemáticas históricas e contemporâneas da educação, porém, ainda têm muitos desafios nesse contexto de atuação. E, nesse cenário de muitas e múltiplas demandas, apoiados nos princípios para a atuação de psicólogas (os) na Educação Básica, o CFP e o CRPs/2010, propõem no eixo 4 (quatro) do documento “Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas (os) na Educação Básica”, os seguintes desafios apresentados no quadro abaixo:

QUADRO 13: RELAÇÃO DE DESAFIOS PARA A PRÁTICA DOS PSICÓLOGOS

DESAFIOS PARA A PRÁTICA DA (O) PSICÓLOGA (O)
• Compor com a equipe escolar, a elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Escola e, a partir dele, construir seu projeto de atuação, como um profissional inserido e implicado no campo educacional.
• Problematicar o cotidiano escolar, colaborando na construção coletiva do projeto de formação em serviço, no qual professores possam planejar e compor ações continuadas.
• Construir, com a equipe da escola, estratégias de ensino-aprendizagem, considerando os desafios da contemporaneidade e as necessidades da comunidade onde a escola está inserida.
• Considerar a dimensão de produção da subjetividade, sem reduzi-la a uma perspectiva individualizante, afastando-se do modelo clínico-assistencial.
• Valorizar e potencializar a construção de saberes, nos diferentes espaços educacionais, considerando a diversidade cultural das instituições e seu entorno para subsidiar a prática profissional.
• Buscar conhecimentos técnico-científicos da Psicologia e da Educação, em sua dimensão ética para sustentar uma atuação potencializadora.
• Produzir deslocamento do lugar tradicional da (o) psicóloga (o) no sentido de desenvolver práticas coletivas que possam acolher as tensões, buscando novas saídas para os desafios da formação entre educadores e educandos.
• Romper com a patologização, medicalização e judicialização

Fonte: Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas (os) na Educação Básica

O *segundo eixo temático: Prática atual do Psicólogo Educacional* proporcionou algumas análises. No que se refere à função e a atuação do psicólogo, estes revelam através de suas narrativas que atuam na elaboração de políticas e projetos educacionais, na instituição escolar, no planejamento e

avaliação de programas de ensino, na capacitação de docentes, nas relações da escola com as famílias e comunidade, no enfrentamento dos problemas de aprendizagem e de ensino, no atendimento educacional a alunos com necessidades especiais.

Há uma postura não clínica e sim crítica na prática do psicólogo educacional, um trabalho que evidencia abordagem em equipe. Para melhor compreensão do (a) leitor (a) se faz necessário buscar as Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas (os) na Educação Básica do Conselho Federal de Psicologia:

Entendemos que a (o) psicóloga (o), ao participar do cotidiano do processo educativo, estará junto às equipes colaborando para que conhecimentos e práticas possam resultar em experiências enriquecedoras para a formação do coletivo, no qual ele está incluído. Esse processo permitirá o planejamento, desenvolvimento e avaliação de diferentes possibilidades de intervenção (CFP, 2013, p.55).

Foi possível refletir e analisar as narrativas dos sujeitos da pesquisa para entendimento do *Terceiro Eixo Temático: Mudança de paradigma acerca do ser psicólogo educacional na Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias*. A mudança de paradigma acerca do ser psicólogo educacional na Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias está em processo. Inclusive a proposta inicial do trabalho do psicólogo na educação estava voltada para a avaliação psicológica como consta no Plano de Carreira. O psicólogo iniciou na Educação através do Serviço de Orientação Educacional, enquanto profissional desviado de função, função esta de quem detinha o ‘poder’ de selecionar os alunos ‘ditos normais’ dos alunos ‘anormais’. A Educação Especial foi uma porta de entrada do psicólogo concursado em Duque de Caxias e logo a prática excludente e discriminatória que havia foi desconstruída e surge uma nova abordagem, crítica com ênfase no coletivo, uma proposta interdisciplinar.

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), em 2009 realizou pesquisa nacional, do tipo descritiva, a partir de um instrumento on-line; e outra qualitativa, realizada pelas unidades locais do Crepop. A pesquisa constituiu-se em uma maneira de observar a presença da (o) psicóloga (o) e do movimento da Psicologia em seu Protagonismo Social. O resultado coletado nos grupos da pesquisa foram utilizados na construção do

documento do CFP como referência sólida para a atuação da Psicologia na área. A pesquisa revela que:

Os dados coletados nos grupos apontam como um dos principais desafios vividos no cotidiano desses profissionais a desvinculação do papel da (o) psicóloga (o) de expectativas sobre a realização de um trabalho clínico na Educação básica, o que claramente não está definido. Consequentemente, essa expectativa pode dificultar ou inviabilizar a ampliação das ações na Educação Básica (CFP, 2013, p. 21).

Porém com a aprovação da lei 13.935/2019, há novas perspectivas para o cenário da Educação Básica do Brasil. Neste contexto, há possibilidades reais de viabilização de ações e de avanços na atuação do psicólogo diante das demandas das unidades escolares de Duque de Caxias. Existe uma lei que precisa ser colocada em prática! É preciso que os atores envolvidos (pais, educadores, comunidade escolar) lutem pela garantia e efetivação da lei. Assim sendo, as redes públicas de educação básica poderão contar com serviços de psicologia e de serviço social para atender as necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais, considerando o projeto político-pedagógico das escolas. Os sistemas de educação terão um ano para tomar as providências necessárias ao cumprimento das disposições.

Há esperança, mas ainda em muito se faz necessário avançar por uma Educação de qualidade, por um trabalho multidisciplinar que nos ensine a pensar e a oportunizar lugar para todos sem distinção. Em Duque de Caxias com a possibilidade de ampliação de ações (Lei 13.935/2019) por meio de concursos, aos novos psicólogos será lançado o desafio de permanecer na superação da visão técnica/clínica que na década de 1980 e 1990 embasou a atuação na rede. Que em equipe estejam dispostos a intervir e refletir sobre as reais dificuldades da escola, buscando mudanças e humanização.

4.4 Em busca de ampliação do olhar: Direção Escolar e Psicólogo Educacional

Na segunda etapa, entendida como fase de exploração do material, foram escolhidos os eixos temáticos ou “unidades de codificação”. Os conteúdos semelhantes foram agrupados em forma de gráficos, em categorias

de palavras que formaram os eixos temáticos, construídos após compreensão das características e estruturas que estavam contidas nas narrativas tornadas em consideração, bem como considerando os objetivos da pesquisa.

A pesquisa considerou como objetivo geral compreender o papel do psicólogo educacional no contexto da rede pública municipal de Duque de Caxias e refletir sobre a relação entre psicologia e educação e sobre os atributos do profissional que atua neste campo interseccional, o psicólogo. Como objetivos específicos delineou indagar a opinião dos profissionais de educação sobre a atuação dos psicólogos na rede municipal, analisar a trajetória histórica dos psicólogos atuantes na rede municipal de educação de Duque de Caxias, desde sua inserção aos dias atuais, estudar e identificar a atuação dos psicólogos educacionais.

Quanto à questão principal da pesquisa, pretendeu-se compreender se há mudança de paradigma acerca do ser psicólogo educacional na Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias. A tese sinalizada foi a de que se acreditava numa mudança de paradigma em processo, porque este ainda não se reflete nos documentos da rede, nem na narrativa da totalidade dos diretores. Ocorre uma mudança progressiva, sendo os próprios psicólogos educacionais os principais agentes. Os gestores escolares encontram-se, ainda, atrelados a um modelo clínico dessa atuação. Foi possível confirmar a hipótese da pesquisa: Há uma compreensão equivocada acerca da função e do campo de atuação do psicólogo educacional por parte dos diretores das escolas municipais.

Na terceira etapa, final da análise dos conteúdos contidos nos eixos temáticos, chamada fase do tratamento dos resultados ou interpretação, foi desenvolvido estudo, correlação entre as semelhanças e diferenças encontradas na fase de exploração das narrativas e a fundamentação teórica. A interpretação dos resultados dos conteúdos contido nos eixos temáticos possibilitou buscar compreender o verdadeiro significado das narrativas e afirmações dos diretores escolares e psicólogos educacionais.

Na análise do primeiro eixo função e atuação do Psicólogo Educacional, foi possível identificar semelhanças e diferenças nas atribuições sinalizadas pelos diretores escolares e nas atribuições contidas nos documentos e diretrizes da atuação profissional do psicólogo na Educação. Há semelhança

na concepção de que o Psicólogo deva atuar de forma integrada à equipe diretiva, buscando contribuir com o processo ensino aprendizagens e com o relacionamento interpessoal, desenvolver atividades e estratégias que visem a superação de entraves e/ou ações preventivas que promovam saúde, humanização e aprendizagem significativa.

Porém, como consta na concepção de 8 (oito) diretores e no Plano de Carreira (1991), ao psicólogo educacional ainda é atribuído a função de atendimento clínico/técnico, contrariando o Regimento Escolar e as Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas (os) na Educação Básica. Observa-se que no regimento fica explícita que a atuação do psicólogo deverá estar integrada ao pedagógico e que inclusive no que concerne ao diagnóstico este deve ser em relação às necessidades pedagógicas e não avaliação psicológica como o que consta no Plano de Carreira, onde o psicólogo está inserido como apoio técnico.

A pesquisa possibilitou identificar que há necessidade de maior clareza sobre a identidade dos psicólogos educacionais tendo em vista que a abordagem ocorre de forma contraditória no Plano de Carreira e no Regimento Interno da Educação.

Quanto aos princípios norteadores da prática do psicólogo educacional na rede municipal de Duque de Caxias, uma maior articulação entre os próprios psicólogos e entre a SME e os psicólogos em muito poderá representar avanços significativos. Quanto às contribuições do profissional de psicologia atuando na Educação, não foi observado divergências nas respostas entre os diretores escolares e os psicólogos educacionais. Observou-se nas respostas dos diretores, a demonstração de outras possibilidades de ampliação da atuação na Educação que superem os limites da intervenção psicoterapêutica voltadas para o atendimento individual. E entre os profissionais de Psicologia, estes afirmaram que desenvolvem práticas que não focalizam os indivíduos, enquanto paciente e sim o indivíduo, aluno, enquanto integrante do contexto educacional.

Os relatos dos diretores escolares acerca da atuação do Psicólogo Educacional na Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias ressaltam que há necessidade de clarificar constantemente entre os coordenadores, educadores, professores, alunos e familiares a proposta de trabalho do

psicólogo no contexto da educação. Segundo Patto (1981), o papel do psicólogo escolar está mal delimitado. “O fato de o psicólogo escolar atuar em uma escola com o auto conceito virtualmente inalterado e o *modus operandi* de um clínico, faz dele um membro de uma estranha aliança: trabalha na escola, mas pertence à clínica”. (REGER, citado em PATTO, 1981, p.10).

Ocorre uma confusão com relação ao papel a ser desempenhado, já que muitas vezes se atribuiu ao psicólogo um papel clínico. Porém, este modelo clínico é reservado ao atendimento individual clínico, com propostas distintas e individualizadas, o que não se aplicaria em um ambiente escolar. As expectativas e dúvidas precisam ser esclarecidas para que a cultura seja adequada às reais atribuições do psicólogo educacional. Existe uma mudança progressiva de cultura em relação a atuação do Psicólogo Educacional, porém esta ainda está em construção, como comprovado através dos 25% de respostas dos diretores que ainda atribuem ao psicólogo a função de atendimento clínico no contexto da Educação.

Ao psicólogo é lançado o desafio de superar a visão técnica/clínica que na década de 1980 e 1990 embasou sua atuação, passando a atuar politicamente, ou seja, intervir e refletir com os integrantes do processo educativo para conscientizar-se junto com eles das reais dificuldades da escola, buscando mudanças e humanização. O trabalho do psicólogo na educação muitas vezes não é compreendido e este acaba fazendo um papel emergencial, no mesmo padrão clínico de atendimento, onde uma sintomatologia é diagnosticada e cabendo a ele solucionar o problema, nada mais que uma visão médica. : “[...]fica o papel do psicólogo investido de um caráter onipotente, uma vez que seria o portador de soluções mágicas e prontas para as dificuldades enfrentadas.[...]” (ANDALÓ, 1984, p. 43).

É essencial que as escolhas no presente sejam oriundas do conhecimento da história, de modo a buscarmos no presente, a construção de um futuro onde a educação possa promover mais conscientização, dignidade e humanização. E essa construção é a cada dia, a cada passo, como afirma Guzzo "Trazendo as palavras de Fagan (1996), tornar-se psicólogo escolar é nunca chegar a ser psicólogo escolar, pois para responder às mudanças sociais no contexto educacional, nunca se está pronto... é preciso que se construa a cada dia" (2001, p. 67).

5.0 CONCLUSÃO

A presente pesquisa possibilitou retratar a realidade, as necessidades e peculiaridades do contexto da educação municipal de Duque de Caxias através das narrativas dos diretores escolares e dos psicólogos educacionais. Esta realidade que foi revelada sob o olhar de quem a vive, informações e dados que permitiram entender o processo educativo a partir da compreensão do contexto no qual o pensamento, o sentimento e a ação dessas pessoas se produzem, no “chão” das unidades escolares. Possibilitou reconhecer a realidade e compreender o papel do psicólogo educacional no contexto da rede pública municipal de Duque de Caxias atuando na educação, nos dizeres dos diretores escolares.

Compreender as narrativas dos diretores das unidades escolares, numa perspectiva de estudo proporcionou visualizar e analisar a rotina, as relações, as tensões, e os significados que os sujeitos, que a compõem, atribuem às situações, objetos e atores do cotidiano pedagógico observado. Investigar esse contexto representou muito além de uma simples descrição, mas uma compreensão dos significados culturais contidos nos registros, nos pensamentos expressados e dizeres das pessoas envolvidas, considerando a realidade educativa que é coletiva, múltipla e dinâmica.

Essa compreensão foi construída porque a Pesquisa possibilitou trazer para o centro do discurso reflexões sobre a relação entre psicologia e educação e sobre os atributos do profissional que atua neste campo interseccional, o psicólogo. Contribuiu com a descoberta de novas relações, novas formas de entendimento da realidade vivida no cotidiano da escola, buscando a revelação do que ainda não estava visível na cultura escolar como um todo através da análise das narrativas reveladas por diretores e psicólogos.

Deveria ser prioridade do município e da sociedade conhecer a realidade do sistema escolar e do cotidiano das unidades escolares para combater todos os fatores que interfiram negativamente no processo educativo. Não adianta apenas conhecer, mas é preciso estabelecer princípios e criar condições, construir estratégias e ações para que a educação, um direito garantido por lei, seja oferecido de forma digna, por mais humanização. E através da indagação da opinião dos profissionais de educação sobre a atuação dos psicólogos na

rede municipal foi possível conhecer a realidade e as reais necessidades de intervenção psicológica no contexto do cotidiano escolar.

Por meio da pesquisa foi possível analisar a trajetória histórica dos psicólogos atuantes na rede municipal de educação de Duque de Caxias, desde sua inserção aos dias atuais. Esta análise permitiu identificar que o psicólogo, enquanto profissional desviado de função iniciou atuando no Serviço de Orientação Educacional, demonstrando uma postura clínica e técnica, como detentor do poder de diagnosticar os alunos “anormais”, os “alunos problemas” que não aprendiam, através de *avaliação psicológica*, como consta no Plano de Carreira (1992). Constatou-se com os estudos bibliográficos que a participação do psicólogo na educação, não somente de Duque de Caxias, ainda contem as marcas de um tempo onde através dos testes psicológicos e conhecimento sobre inteligência, maturidade e explicações para as diferenças individuais, culpabilizava-se o aluno pela sua condição de não aprender e ocultava-se as desigualdades sociais.

Foi possível estudar o Regimento Escolar, demais documentos norteadores e registros históricos para compreender a atuação dos psicólogos educacionais na rede municipal de educação de Duque de Caxias e reconhecer nas narrativas dos sujeitos da pesquisa, diretores escolares e psicólogos educacionais, que na atualidade o que existe e espera-se é uma postura crítica de abordagem do psicólogo. Os “problemas de aprendizagem” passaram a ser vistos como um fenômeno complexo, constituído socialmente, e precisam ser vistos na consideração dos processos e entraves desenvolvidos na unidade escolar e nos sistema educativo. Compete ao psicólogo diagnosticar as necessidades dos alunos, porém dentro do Sistema Educacional e através de uma prática multidisciplinar.

O psicólogo no passado, década de 1980 e 1990, exercia na educação uma postura discriminatória através das avaliações que realizava. Atualmente exerce sua função integrada a equipe, através de intervenções individuais e coletivas que possibilitam uma melhor qualidade da educação em seu aspecto pedagógico, relacional, individual e coletivo que está em constante transformação, uma prática a favor da humanização.

Há diretrizes municipais e subsídios dos Conselhos para instrumentalizar as formas de atuação do psicólogo educacional que necessitam

constantemente de reformulação e atualização. Afinal, há indicação de possibilidades de discussões, construção e desconstrução da teoria/prática em psicologia educacional, promovendo ressignificações de uma atuação que deve estar à serviço do social e de avanços significativos por humanização.

Existem alguns princípios norteadores da prática que colaboram para uma postura crítica e interdisciplinar diante do contexto pedagógico institucional, como o documento “Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas (os) na Educação Básica” (2010) e o Regimento Escolar (2015). Porém, existe necessidade de reformulação do Plano de Carreira (1991) que caracteriza o psicólogo como apoio técnico e não membro integrante da educação municipal, cujo em suas atribuições de função ainda se encontra a avaliação psicológica. Observa-se que a cultura e a abordagem prática do psicólogo na atualidade não condizem com o Plano de Carreira.

Há no contexto da rede municipal ainda dúvidas sobre as atribuições do psicólogo que ainda é visto por uma minoria de diretores como um profissional que poderá oferecer atendimento clínico no âmbito da educação. Existe entre os psicólogos educacionais a necessidade de maior articulação referente a identidade, atribuições e intervenção profissional que em suas narrativas revelaram um rompimento com a prática clínica. Porém, as definições do modo de construção do conhecimento e intervenção, estão atreladas aos pressupostos subjacentes à escolha de cada profissional no que se refere às suas bases de pensamento críticas ou tradicionais, bem como a escolha das diretrizes contidas nos documentos que são contraditórios.

Ainda é possível, na contemporaneidade, que as dificuldades escolares que causam o fracasso sejam atribuídas a características individuais das crianças. São decorrentes de práticas individualistas e ajustatórias, com ênfase nos procedimentos remediativos - modelo clínico - como solução dos chamados problemas escolares. Porém, diante deste cenário e marcas da história, entendemos que o lugar ocupado pelo psicólogo educacional e desejado pelos diretores escolares seja o possível, dentro ou fora da escola, mas inserido no contexto da educação como mais um profissional que pode somar e compartilhar com saberes e intervenções que está aberto às múltiplas possibilidades, aberto às mudanças e transformações necessárias, num movimento constante por contribuir por conscientização e humanização.

Não se descarta a existência das problemáticas individuais, deficiências, transtornos, patologias variadas com interferências no processo de aprendizagem e a necessidade de adaptações curriculares e recursos pedagógicos individualizados. No entanto, grande parte das problemáticas que incidem sobre o desempenho do aluno é originada de outras fontes, dentre elas as condições socioeconômicas, as políticas educacionais e a própria escola e suas estratégias pedagógicas, os quais carecem de maior atenção e criatividade com vistas a esforços preventivos e interventivos, que podem ter a contribuição do psicólogo educacional. A Psicologia Educacional pode colaborar com o professor no sentido de refletir sobre as condições de ensino-aprendizagem, de modo a procurar valorizar as potencialidades e superar as dificuldades dos alunos, compreendendo as problemáticas individuais ou coletivas em seus contextos produtores.

Atualmente, falar da Psicologia Educacional no Brasil é dizer de uma necessidade que ainda não se concretizou na prática para além de algumas experiências específicas, como é o caso de Duque de Caxias. Contudo, são muitas as possibilidades de contribuições e intervenções sinalizadas pelos diretores escolares e narradas pelos próprios psicólogos lotados na Educação de Duque de Caxias, o que remete a esperança de que em um futuro próximo se faça expandir esta prática para todas as unidades escolares do próprio município e mais amplamente, do Brasil. É lamentável que diante de tantos fatos e demandas explicitadas pela realidade, e mesmo com a assessoria de entidades como a ABRAPEE, o CRP, o CFP, os governantes (poder público) ainda não se conscientizaram da importância de um profissional de psicologia nas instituições de ensino público.

No que rege a Educação e representa um entrave está o parágrafo 2º da LDB 196/67, que não se refere ao psicólogo como profissional que pode ter desempenho em atividades educativas, somente professores e especialistas são funções de magistério. Há, pois, necessidade de se explicitar leis que responda aos anseios de uma Psicologia que contribua para as finalidades da Educação, conforme CFP (2013). O psicólogo não é considerado parte integrante do processo educativo e enquanto for visto como profissional exclusivamente clínico, não será prioridade, e novos concursos nesta área não serão editados.

Sobre a obrigatoriedade do profissional de psicologia nas escolas públicas, provoca reflexão a busca por entender se realmente o poder público sabe a função e a atuação do psicólogo na educação. As narrativas dos sujeitos da pesquisa indicam a importância do psicólogo na educação e mais especificamente, nas unidades escolares de Duque de Caxias. As informações construídas enfatizam a importância do trabalho do psicólogo, ressaltam sua atuação e apontam a urgência de elaboração de políticas públicas que o incluam como membro da equipe educativa.

A tese da pesquisa foi comprovada, há mudança progressiva de paradigma acerca do ser psicólogo educacional na Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias, uma mudança de paradigma em processo, sendo os profissionais psicólogos os principais agentes. Uma minoria de diretores escolares encontra-se, ainda, atrelada a um modelo clínico dessa atuação. A mudança de paradigma não é linear nos dois grupos pesquisados, não se reflete no Plano de Carreira e nem na fala dos diretores. Enquanto não houver de fato uma mudança de paradigma e uma melhor organização do psicólogo educacional de Duque de Caxias enquanto categoria profissional, a relevância do profissional na rede e nas políticas públicas não se consolidará, bem como não ocorrerá concurso nesta área.

Na rede de educação de Duque de Caxias, como constatado, os psicólogos educacionais revelam que atuam em diferentes demandas em unidades escolares específicas ou de forma ampla, junto a Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional da Secretaria Municipal de Educação. A realidade e a necessidade de intervenção é o que naturalmente possibilita a definição da ação a ser realizada conforme regimento e diretrizes legais do município.

Como suprir uma demanda de cento e setenta e oito Unidades Escolares com um quadro efetivo e ativo de oito psicólogos, advindos de um histórico de apenas dois concursos ocorridos em 1992 e 1995? Desde o último concurso para esta função, há um período de vinte e quatro anos e não se observa nenhum movimento ou concurso de vínculo permanente com a inclusão do cargo de Psicólogo Educacional na carência de profissionais do município.

Porém, existe, no momento, uma expectativa muito positiva tendo em vista que a Lei 13.935/2019 foi promulgada pelo governo federal e publicada no *Diário Oficial da União* do dia 12/2019. Com a devida efetivação desta Lei, as redes públicas de educação básica deverão contar com serviços de psicologia e de serviço social para atender as necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais. Agora é Lei, está garantida, porém necessita ser colocada em prática para que as equipes multiprofissionais possam desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.

Através do fazer psicológico é possível, incentivar, questionar, planejar, analisar, avaliar e contribuir por uma educação onde todos os envolvidos no processo possam participar ativamente, possam ser ouvidos na busca por aprender, obter soluções, superar as dificuldades diante da realidade que em muito está longe da idealizada.

REFERÊNCIAS

ABED, A. **Recursos metafóricos no processo ensino-aprendizagem: um estudo de caso**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade São Marcos. São Paulo, 2002.

ABRAPEE, Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, **O Psicólogo Escolar**. Disponível em: <https://abrapee.wordpress.com/sobre/o-psicologo-escolar/> Acesso em 26/05/2019.

ALBERTI, S. História da psicologia no Brasil – origens nacionais. In: JACÓ-VILELA, A. M., JABUR, F. & RODRIGUES, H. de B. C. (orgs.). **Clio-Psyché: histórias da psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999. p. 237-246.

ALENCAR, E. (Org.) **Novas contribuições da psicologia aos processos de ensino e aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2001.

ALMEIDA, F. C. de. O psicólogo escolar e os impasses da educação: implicações da(s) teoria(s) na atuação profissional. In: PRETTE, Z. A. P. Del (Ed.). **Psicologia escolar e educacional: saúde e qualidade de vida**. Campinas: Alínea. 2001. p. 43-57

ALMEIDA, T. M. A.; BRAZ, A. A. **De Meriti a Duque de Caxias: Encontro com a História da Cidade**. Duque de Caxias: APPH – Clio, 2010.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**, Fifth Edition (DSM-V). Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2013.

ANASTASI, A. **Testes psicológicos: teoria e aplicação**. São Paulo: Editora Herder, 1965.

ANDALÓ, C. S. de A., **O Papel do psicólogo escolar. Psicologia ciência e profissão**. Conselho Federal de Psicologia, v.4 n.1 Brasília, 1984.

ANDRADA, E. G. C. de. Novos Paradigmas na Prática do Psicólogo Escolar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Santa Catarina, v. 18, n. 2, p.196-199. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v18n2/27470.pdf> Acesso em: 02 mar. 2015.

ANDRADA, E.G.C. Família, escola e a dificuldade de aprendizagem: intervindo sistemicamente. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v.7, n.2, p. 171 - 178, 2003. Disponível em: Acesso em: 02 mar. 2015.

ANDRADA, E. G. C. Novos Paradigmas na Prática do Psicólogo Escolar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, n. 2, p. 196 - 199, 2011. Disponível em: Acesso em: 26 mai. 2019.

ANGELÓ, C.S.A. O papel do psicólogo escolar. **Psicologia, ciência e profissão**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 43-47, 1984.

ANTUNES, M. A. M. Psicologia e Educação no Brasil: uma análise histórica. In: AZZI, R. G. & GIAFALDONI, M. H. T. (Orgs.), **Psicologia e Educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 9-32

ANTUNES, M. A. M. Psicologia escolar e educacional: história, compromissos e perspectivas. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 469 - 475, 2007.

ANTUNES, M. A. M. Psicologia e Educação no Brasil: um olhar histórico-crítico. In: M. E. M. Meira & M. A. M. Antunes (Eds.). **Psicologia Escolar: Teorias críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 139-168.

ANTUNES, C. **Professores e professores: reflexões sobre a aula e prática pedagógica diversas**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

ARROYO, M. **Ofício de mestre- Imagens e auto-imagens**. 6 ed., Rio de Janeiro, 2002.

APA. **Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (Diagnosticand Statistical Manual of Mental Disorders)**, conhecida como DSM-V, segundo a AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA, 2013).

BARBIER, R. **Pesquisa-ação na instituição educativa**. (Tradução de Estela dos Santos Abreu e Maria Wanda Maul de Andrade). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. (Original publicado em 1977).

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Série Pesquisa em Educação, v. 3. Brasília: Plano Editora, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARONI, D. P. M., VARGAS, R. F. S. & CAPONI, S. N. **Diagnóstico como nome próprio**. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, a. 22, v. 1, p. 70 – 77, 2010.

BARROCO, S. M. S.. Psicologia e Educação: da inclusão e exclusão ou da exceção e da regra. In: MEIRA, M. E. M.; FACCI, M. G. D. **Psicologia Histórico-Cultural: contribuições para o encontro entre a subjetividade e a educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 157-184.

BIAGGIO, Â .& GRINDER, R. Brazil. In: SEXTON, V.S. & HOGAN, H. (orgs.) **International psychology: views around the world**. University of Nebraska Lincon & London, 1992. p. 54-62

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE) em Direitos Humanos**. Brasília, 2018. Disponível em: Acesso em: 26 mai. 2019.

BRASIL. **Decreto 6571, de 17 de setembro de 2018.** Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Disponível em: Acesso em: 26 mai. 2019.

BRASIL. **Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: Acesso em: 26 mai. 2019.

BRASIL. **Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. (PNE 2001 – 2010). Disponível em: Acesso em: 26 mai. 2019.

BRASIL **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.** Diário Oficial da União, publicado em: 12/12/2019, Edição: 240. Seção: 1. Página: 7

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica.** Brasília, 2001. Disponível em: Acesso em: 26 mai. 2019.

BRASIL. **Decreto 3298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 26 mai. 2019.

BRASIL. **Lei 8069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 26 mai. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: Acesso em: 26 mai. 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.766 de 20 de dezembro de 1971.** Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5766.htm. Acesso em: 25 set. 2002.

BRASIL. **Lei nº 5.692 - de 11 de agosto de 1971 - Dou de 12/8/71 - Lei de Diretrizes de Bases.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 25 set. 2002.

BRASIL. **Decreto nº 53.464 de 21 de janeiro de 1964.** Regulamenta a Lei nº 4.119, de agosto de 1962, que dispõe sobre a Profissão de Psicólogo. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D53464.htm. Acesso em: 25 set. 2002.

BRASIL. **Lei nº 4.119 de 27 de agosto de 1962.** Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4119.htm. Acesso em: 25 set. 2002.

BRASIL. Decreto nº 667, de 6 de Agosto de 1890. Crêa um estabelecimento de ensino profissional sob a denominação de *Pedagogium*. Disponível em Acesso em: 25 set. 2002.

BRAZ, A. Augusto; ALMEIDA, T. M. A. de. De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2010.

CAMAZ, F. R. Duque de Caxias-Rio de Janeiro: contradições entre crescimento econômico e desenvolvimento social. Rio de Janeiro, **Espaço e Economia. Revista Brasileira de Geografia Econômica**, A. IV, N. 7, p. 1 – 15, 2015.

CAMPOS, R. H. e F. **História da Psicologia: Pesquisa, formação, ensino.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

CARVALHO, R. E. **Removendo Barreiras para a aprendizagem.** 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.

CASSINS, A. M. .et al. **Manual de psicologia escolar - educacional .** Curitiba : Gráfica e Editora Unificado, 2007.

CASASSUS, J. **Fundamentos da educação emocional.** Brasília: UNESCO, Liber Livro Editora, 2009.

CENTOFANTI, Rogério. Radecki e a psicologia no Brasil. **Psicologia, ciência e profissão**, Brasília, a. 3, n.1, p. 2-50, 1982.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

COLL. MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar.** Porto Alegre: Artmed, Vol2. 2004.

COLL, C. **Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da educação escolar.** V.2. Porto Alegre: Artmed, 2007.

COMERLATT, Dunia et al. Gestão de políticas públicas e intersectorialidade: diálogo e construções essenciais para os conselhos municipais. **Revista Katálisis**, Florianópolis: v. 10, n. 2, p. 265-271, 2007.

CFP. Referências técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica. Conselho Federal de Psicologia. Brasília, 2013.

CFP. Seminário Nacional do Ano da Educação - Psicologia: Profissão na Construção da Educação para Todos. Brasília, 2009.

CFP. Ano da Psicologia na Educação - Textos Geradores. Brasília, 2008.

CRP RJ. **Conversações em Psicologia e Educação Comissão de Psicologia e Educação do CRP-RJ**. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Psicologia 5ª Região, 2016.

CFP. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília, agosto de 2005.

CROCHIK, J. L.; CROCHICK, N. A desatenção atenta e a hiperatividade sem ação. In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; Grupo Interinstitucional Queixa Escolar. **Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 179-192.

CRUZ, L.R.G.S. Psicólogo Escolar e a dificuldade de aprendizagem: como intervir, como prevenir? **Revista Educação em destaque**, v.1, n.3, 2008. Disponível em: Acesso em: 26 mai. 2019.

DEMO, P. **Educação e qualidade**. Campinas: Papirus, 1994.

DIAS, A. C. G.; PATIAS, N. D.; ABAID, J. L. W. Reflexões atuação psicólogo escolar. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 105-111, 2014.

DOMINGOS, G. de A.. **Dificuldades do processo de aprendizagem**, 2007.

ESTEBAN, M. P. S. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições**. Tradução de Miguel Cabrera. Porto Alegre: AMGH, 2010.

ESCH, C. F. & JACÓ-VILELA, A. M. A regulamentação da profissão de psicólogo e os currículos de formação psi. In: JACÓ-VILELA, A. M., CEREZZO, A. C. & RODRIGUES, H. de B. C. (orgs.) **Clio-psyché hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001; p. 17-24.

FACCI, M. G. D. **Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor? Um estudo crítico-comparativo da Teoria do Professor Reflexivo, do Construtivismo e da Psicologia Vigotskiana**. Campinas: Autores Associados, 2004.

FACCI, M. G. D. Teorias educacionais e teorias psicológicas: em busca de uma Psicologia marxista da educação. In: N. Duarte (Org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas, Autores Associados, 2004. p. 99-120.

FACCI, M. G. D. **O psicólogo nas escolas municipais de Maringá: a história de um trabalho e a análise de seus fundamentos teóricos**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Estadual Paulista. Marília, 1998.

FERNANDES, E. M. **A implantação do modelo pedagógico em educação especial no município de Duque de Caxias: mudanças na prática pedagógica e institucional**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1991.

FERNANDES, E. M.. Gestão em Educação Especial na Perspectiva da Inclusão: Estudo de Caso do Município de Duque de Caxias. **Anais do V Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial**. Londrina, 2009. Disponível em: Acesso em: 26 mai. 2019.

FERNÁNDEZ, A. **A inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família**. Porto Alegre: Artes Médicas; 2001.

FERNÁNDEZ, A. **Os idiomas do aprendente: análise de modalidades ensinantes em famílias, escolas e meios de comunicação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

FERNÁNDEZ, A.. **O saber em jogo: a psicopedagogia propiciando autorias de pensamento**. Tradução: Neusa KernHickel. Porto Alegre, RS: Artmed, 2001.

FERREIRO, E.; Teberosky, A. **A Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas 1985.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

FRANCHINI, M.F. e PONTEL, M. D. A atuação do psicólogo escolar e o desenvolvimento histórico da Psicologia Educacional. **Portal dos Psicólogos**. Disponível em Acesso em: 26 mai. 2019.

FRANCHINI, M.F e VIANA, M. N. **Psicologia Escolar: que fazer é esse?** Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2016.

FRELLER, C.C. Crianças Portadoras de Queixa Escolar: Reflexões Sobre o Atendimento Psicológico. In: MACHADO, A.M; SOUZA, M.P.R. (Orgs). **Psicologia escolar: Em busca de novos rumos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. p.63-78.

FROMM, E. **Meu encontro com Marx e Freud**. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.

FROMM, E. **Psicanálise da Sociedade Contemporânea**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

FOUCAULT, M.. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 18 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GARFINKEL, H. **Studies in ethnomethodology**. Barcelona: Anthropos, 2006.

GLAT, R. **Integração do excepcional: realidade ou mito? Mensagem da APAE, XV(49), 11-14, 1988.**

GOULART, I. B.. **Psicologia da Educação: Fundamentos Teóricos e Aplicações Práticas**. Petrópolis, Vozes, 1987.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GUZZO, R. S. L. Formando psicólogos escolares no Brasil, dificuldades e perspectivas. In: WESCHELER, S. M. (Org.). **Psicologia escolar: pesquisa, formação e prática**. Campinas, Alínea, 2001. p. 61-71.

HERNÁNDEZ, O. D;. Subjetividade e complexidade: Processos de construção e transformação individual e social. In: GONZÁLEZ REY, F. L. **Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia**. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2005.

HONORA M. & FRIZANCO M. L., **Esclarecendo as deficiências: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva**. São Paulo, Ciranda Cultural, 2008.

JAPIASSU, H. **A psicologia dos psicólogos**. Rio de Janeiro, Imago, 1979.

KNECHTEL, M. do R. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LAROCCA, P. **Psicologia na Formação Docente**. Campinas: Alínea, 1999.

LARAIA, R. de B. **Cultura um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar. 2004.

LEONTIEV, A. N. O desenvolvimento do psiquismo na criança. In: LEONTIEV, A. N. (Org.). **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte. 1978. p. 287-313.

LIMA, P. A. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercampo, 2006.

LINHARES, M. B. M. et al. Caracterização dos motivos da procura de atendimento infantil em um serviço de psicopedagogia clínica. **Medicina**. Ribeirão Preto, v. 26, n 2, p. 148- 160, 1993.

LINHARES, C. F. S. **A Escola e seus Profissionais**. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

LOPES NETO, A. A. N. Bullying – comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, v. 81, n. 5, p. 164 -176, 2005.

LOURENÇO FILHO, M. B. A psicologia no Brasil. In: AZEVEDO, F. de. **As Ciências no Brasil**. V. 2, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. p. 301-341. (Trabalho original publicado em 1955).

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUNA, S. Psicologia Educacional: tentativa de delimitação do campo. **Psicologia da Educação**. São Paulo, v. 9, p. 43-52, 1999.

MACHADO, A. M.; ALMEIDA, I.; SARAIVA, L. F. de O. Rupturas Necessárias para uma prática inclusiva. In: CFP. **Educação Inclusiva: Experiências Profissionais em Psicologia**. Brasília, 2009. p. 21-35.

MACHADO, A. M. Os Psicólogos Trabalhando com a Escola: Intervenção a serviço do quê? In: MEIRA, M. E. M. & ANTUNES, M. A. M. (Org.) **Psicologia Escolar: práticas críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 63-85.

MALUF, M. R. Novos Rumos para a Psicologia e os Psicólogos da Educação. **Psicologia da Educação**. São Paulo, v. 9, p.15-41, 1999.

MALUF, M. R. **Formação e atuação do Psicólogo na educação: dinâmica de transformação**. In: CFP (Org.). **Psicólogo Brasileiro**, 1994.

MALUF, M. R. CRUCES, A.V.V. Psicologia educacional na contemporaneidade. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 87-99, 2008.

MANTOAN, M. T. E (Org.) **Pensando e Fazendo Educação de Qualidade**. São Paulo: Moderna, 2001.

MARTINEZ, A. M. O psicólogo na construção da proposta pedagógica da escola: áreas de atuação e desafios para sua formação: In: ALMEIDA, S. F. C (org) **Psicologia Escolar: Ética e Competências na formação Profissional**. Campinas: Alinea, 2003, p. 105-124.

MARTINS, G. A. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 9-18, 2008.

MARTINS, A. M. Psicologia Escolar e Educacional: Compromissos com a Educação brasileira. **Revista Semestral da Associação Brasileira de psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v.13, n.1, p. 169-177, 2009.

MARTINS, A. M. **O que pode fazer o psicólogo na escola?** Em aberto. Brasília, v. 23, n. 83, p. 39-56, 2010.

MASSIMI, M. **História da Psicologia brasileira: da época colonial até 1934**. São Paulo: EPU, 1990.

MATURANA R., H. **Emoções e linguagem na educação e na política / Humberto Maturana; Tradução: José Fernando Campos Fortes**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MATOS, O. P. **O mapa da supervisão educacional em Duque de Caxias: as transformações ocorridas na Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias/RJ nos de 2000 e 2016.** Duque de Caxias, 2018.

MAZZOTTA, M. J. da S. **Educação especial no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1996.

MAZZOTTA, M. J. da S.. **Fundamentos da educação especial.** São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1982.

MAZZOTTA, M. J. S. **O trabalho docente e a formação de professores de educação especial.** São Paulo: EPU, 1993.

MEIRA, M. E. M. e Antunes, M. A. M. **Psicologia escolar: teorias críticas.** São Paulo, Casa do Psicólogo, 2003.

MEIRA, M. E. M. e ANTUNES, M. A. M. Construindo uma concepção crítica de Psicologia Escolar: contribuições da Pedagogia Histórico-crítica e da Psicologia Sócio-Histórica. In: MEIRA, M. E. M. & ANTUNES, M. (Eds.). **Psicologia Escolar: Teorias críticas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 13-75.

MEIRA, M. E. M. e ANTUNES, M. A. M. Psicologia Escolar: Pensamento crítico e práticas profissionais. In: TANAMACHI, E. R.; SOUZA, M. P. R. & ROCHA, M. L. (Eds.). **Psicologia e Educação: Desafios teórico-práticos.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. p. 35-71.

MIALARET, G. **Psychologie de l'Éducation.** Paris: PUF, 1999.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

MIRA, M. H. N. **Psicologia Escolar.** Petrópolis: Editora Vozes, 1970.

MITJÁNS MARTÍNEZ, A. O compromisso social da Psicologia: desafios para a formação dos psicólogos. In: BOCK, A. M. M. (Org.), **Psicologia e Compromisso social** São Paulo: Cortez, 2003. p.143- 160.

MOYSES, M.A.A.; COLLARES, C.A.L. Dislexia e TDAH: uma análise a partir da ciência médica. In: CRP SP; GIQE (Orgs.). **Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. p. 71-110.

NOVAES, M. H. **Psicologia Escolar.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1972.

OLIVEIRA, M. K. de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico**. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1995.

OLIVEIRA, L. M. (Org.) **Qualidade em educação: um debate necessário**. Passo Fundo: Universidade. Educação Básica. Série Interinstitucional, 1995.

PAÍN, S. **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem**. 3ª Edição Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

PAIM, J. S. Uma análise sobre o processo da Reforma Sanitária brasileira. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 33, a. 81, p. 27-37, 2009.

PASCHOALICK, W. **Análise do processo de encaminhamento de crianças às classes especiais para deficientes mentais desenvolvido nas escolas de 1º grau da delegacia de Marília**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo: 1981.

PATTO, M. H. S O que a história pode dizer sobre a profissão do psicólogo: a relação Psicologia – Educação. In: BOCK, Ana M. Bahia. **Psicologia e o Compromisso Social**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 29-35.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: Histórias de submissão e rebeldia**. Tese de livre-docência. Universidade de São Paulo, São Paulo. 1987.

PATTO, M. H. S. **Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à Psicologia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

PATTO, M. H. S. Organizadora. **Introdução à Psicologia escolar**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1981.

PATTON, M. G. **Qualitative Research and Evaluation Methods**, 3 ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2002.

PEREIRA, F. M. e PEREIRA NETO, André. O psicólogo no Brasil: Notas sobre o seu processo de profissionalização. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. 2, p. 19-27, 2003.

PESSOTTI, Isaias. Notas para uma história da psicologia brasileira. In: CFP. **Quem é o psicólogo brasileiro?** São Paulo: EDICON, p. 17-31. 1988.

PIAGET, J. **Psicologia e epistemologia: por uma teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

PIAGET, J. **Psicologia e pedagogia**. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

PRATA, M. R. S. A produção da subjetividade e as relações de poder na escola: uma reflexão sobre a sociedade disciplinar na configuração social da atualidade. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, n. 28, p. 108-115, 2005.

PMDC. **Regimento Escolar das Unidades Escolares do Município de Duque de Caxias.** Duque de Caxias, 2015.

PMDC. **Conselho Municipal de Educação de Duque de Caxias.** Duque de Caxias, 2014.

PMDC. **Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Duque de Caxias.** Duque de Caxias, 1991.

REGER, R. Psicólogo escolar: educador ou clínico? Em: M. H. Souza Patto (Org.). **Introdução à Psicologia Escolar** São Paulo: T. A. Queiroz. 1989. p. 9-16.

ROCHA, M. L. da. A Formação na Interface Psicologia/Educação: Novos Desafios. In: JACÓ-VILELA, A. M.; MANCEBO, D. (Org.) **Psicologia Social: Abordagens Sócio-históricas e Desafios Contemporâneos.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999. p. 183-194.

ROJAS, J. **Livro de Pano: Momentos de Ludicidade Construtiva nas Práticas Pedagógicas Portuguesas.** Universidade de Aveiro, 2004.

ROSAS, P., Rosas, A. & Xavier, I. B. **Quantos e quem somos. Em: Conselho Federal de Psicologia. Quem é o psicólogo brasileiro?** São Paulo: Edicon. 1988.p.32-48.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 8ª ed. Campinas, SP: Autores associados, 2003.

SANTOS, B. S. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2000. v.1.

SANTOS, B. S.B. S. **Introdução a uma Ciência Pós-Moderna.** Rio de Janeiro, Graal.1989.

SANTOS, B. S. Um Discurso sobre as Ciências na Transição para uma Ciência Pós-Moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n. 42, p. 46-71, 1988.

SCHNEIDER, D. Alunos excepcionais: um estudo de caso de desvio. In: VELHO, G.. **Desvio e Divergência – uma crítica da patologia social.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

SILVA, M. C. A. **Psicopedagogia: em busca de uma fundamentação teórica.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SOARES, A. R.. A psicologia no Brasil. In: CFP. **Psicologia ciência e profissão.** Brasília, Edição especial, n. zero, p. 9-59, 1979.

SOUZA M.P.R. A queixa escolar e o predomínio de uma visão de mundo. In: MACHADO, A. M. , SOUZA, M. P. R. (Orgs.) **Psicologia escolar: em busca de novos rumos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SOUZA, B. P. Apresentando a Orientação à Queixa Escolar. In: SOUZA, B. P. (Ed.), **Orientação à queixa escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 97-118.

SOUZA, M. P. R. e ROCHA, M. L. da. Políticas Educacionais: desafios para a Psicologia no campo da educação escolar. In: CPF; CONSELHOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA. **Textos geradores**. Brasília, 2008. p. 27- 52.

TANAMACHI, E. R., & Meira, M. E. M. A atuação do psicólogo como expressão do pensamento crítico em psicologia e educação. In: MEIRA, E. E. M. & ANTUNES, M. A. M. (Orgs.). **Psicologia Escolar: práticas críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

TELFORD , C.; SAWREY, J. **O indivíduo excepcional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

TENREIRO A. (Org). **Atlas escolar do município de Duque de Caxias** [recurso eletrônico], Secretaria Municipal de Educação, Duque de Caxias, RJ. Disponível em: Acesso em: 26 mai. 2019.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

VALLIN, C. **Poder e Democracia na Escola**. Artigo Publicado no Curso Gestão Escolar e Tecnologias, 2004.

VASCONCELOS, M. S. **A difusão das ideias de Piaget no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

VIANA, M. N. **Psicologia, educação e cidadania: Um estudo sobre o papel do psicólogo nas Raízes de Cidadania em Fortaleza**. Dissertação de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2006.

VIGOTSKY, L S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VIGOTSKY, L S. Manuscrito de 1929. **Educação & Sociedade**, São Paulo, n. 71, p.21-44, 2000.

VIGOTSKY, L S. **Pensamento e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VIGOTSKY, L S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VIGOTSKY, L. S. *et al.* **Psicologia e Pedagogia I: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento**. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1991.

VIGOTSKY, L. S. **A Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WEISS, Maria Lúcia L. **Psicopedagogia Clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. 8. ed. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2001.

YAZLLE, E.G. Atuação do Psicólogo escolar: Alguns dados históricos. In: CUNHA, B. B. **Psicologia na escola: Um pouco de história e algumas histórias** São Paulo: Arte e Ciência, 1997. p.11-38.

YAMAMOTO, O. Educação especial – fracasso ou farsa? **Educação em questão**. Natal, v. 1, a. 2, p. 35-42, 1988.

YAMAMOTO, O. H., OLIVEIRA, I., SILVA, L., FREIRE, M., ROCHA, R., & ALVES FILHO, S. A Psicologia Escolar em Natal: características e perspectivas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 2, p. 40-49, 1990.

YAMAMOTO, O. H., e COSTA, A. L. F.(Org.) **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Natal**, RN: EDUFRRN, 2010.

APÊNDICE A**Questionário dirigido aos Diretores Escolares****QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS DIRETORES ESCOLARES**

Função e atuação do Psicólogo na Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias

Prezado (a), Estamos desenvolvendo um estudo sobre a atuação do Psicólogo Educacional no município de Duque de Caxias. Precisamos muito de sua contribuição respondendo este questionário. Sua contribuição é essencial, uma vez que sem a qual não conseguiremos dar prosseguimento à Pesquisa "Função e atuação do Psicólogo Educacional no contexto da Educação do Município de Duque de Caxias - RJ", sem a sua participação. Desde já agradecemos a sua colaboração!

Um abraço,

Maria Inês de A Cruz e Haydéa Reis

1 - Por favor, informe:

Nome:

Lotação/Unidade Escolar

Ano de ingresso na Educação Municipal:

2 - Cargo/Função

Direção

Orientação

3- Nível (eis) de ensino que a Unidade Escolar oferece:

Ensino Infantil

Ensino Fundamental

Ensino Médio

Educação de Jovens e Adultos

Outros

4- Você tem conhecimento sobre a atuação do psicólogo na educação de Duque de Caxias?

Sim

Não

5- Caso tenha respondido sim a pergunta anterior, onde acredita que estejam lotados esses psicólogos?

Unidades Escolares

Secretaria Municipal de Educação

Diversos locais de lotação

6- Identifique, de acordo com a sua concepção, quais são as atribuições do Psicólogo Educacional atuando na rede de Educação de Duque de Caxias

- Participar, de forma integrada com a Equipe Técnico-Administrativo-Pedagógica, da construção e elaboração coletiva do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar;
- Contribuir, junto com a Equipe Técnico-Administrativo-Pedagógica, no planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas na Unidade Escolar, visando uma ação articulada;
- Atividades com a Comunidade Escolar, visando identificar e minimizar dificuldades psicossociais que possam bloquear o desenvolvimento de potencialidades, a auto-estima e o exercício da cidadania;
- Desenvolver, junto com a Equipe Diretiva, atividades com educadores e alunos, objetivando a explicitação e superação de entraves institucionais;
- Contribuir para o processo de orientação para o trabalho, tendo com o princípio a relação trabalho-conhecimento, vinculada à prática social, individual e coletiva;
- Selecionar, pesquisar e estudar assuntos específicos de seu campo de trabalho, procurando manter-se atualizado quanto aos processos de aprendizagem, desenvolvimento humano, relações interpessoais e dimensões institucionais;
- Participar de seminários, fóruns de debates, palestras, oficinas organizados pela Unidade Escolar, promovidos pela Secretaria ou outras Instituições de Ensino;
- Participar da atualização pedagógica, através dos grupos de estudo e dos Conselhos de Classe;
- Desenvolver, junto com a Equipe Técnico-Administrativo-Pedagógica, atividades com os educandos, visando um trabalho preventivo relacionado à afetividade, cognição e socialização;
- Diagnosticar as necessidades dos alunos dentro do Sistema Educacional e analisar, com o Orientador Educacional, possíveis encaminhamentos a serviços de atendimento clínico, médico e outros Serviços Públicos dentro da Comunidade.
- Atendimento Clínico
- Outras atribuições

7- Caso considere outras possíveis atribuições do psicólogo, especifique.

8- Em que âmbito (família, alunos, profissionais da escola...) os projetos de psicologia educacional podem ser desenvolvidos?

9- Que contribuição o psicólogo pode dar à Educação Municipal de Duque de Caxias?

10- Que questões emperram o processo educacional de uma Unidade Escolar que poderiam ser beneficiadas pela atuação do psicólogo?

11- Sobre o contato/conhecimento com a prática da Psicologia Educacional na Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias, o que você poderia relatar?

12- Você faz alguma crítica? Se sim, qual é a crítica e a quem e/ou a quem ela é dirigida?

13- Há alguma informação que você gostaria de acrescentar? Caso sim, registre aqui sua informação.

Formulários Google

Este formulário foi criado em COMPANHIA NILZA CORDEIRO HERDY DE
EDUCACAO E CULTURA.

APÊNDICE B

Questionário dirigido aos Psicólogos Escolares

“Função e Atuação do Psicólogo Educacional no contexto da Educação do Município de Duque de Caxias – RJ”

Prezado (a),

Estamos desenvolvendo um estudo sobre a atuação do Psicólogo Educacional no município de Duque de Caxias.

Precisamos muito de sua contribuição respondendo este questionário participando, futuramente, de uma entrevista a ser agendada conforme a sua disponibilidade.

Sua contribuição é essencial, uma vez que sem a qual não conseguiremos dar prosseguimento à Pesquisa "Função e atuação do Psicólogo Educacional no contexto da Educação do Município de Duque de Caxias - RJ"

Desde já agradecemos a sua colaboração!

Um abraço,

Maria Inês de A Cruz e Haydêa Reis

QUESTIONÁRIO

Função e atuação do Psicólogo na Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias

Nome (opcional): _____

Sexo: _____ Idade: _____

Cargo/Função: _____ Lotação: _____

Ano de ingresso na Educação Municipal: _____

Instituição Formadora: _____

Produções Científicas: _____

Cursos realizados

() Doutorado _____

() Mestrado _____

() Especialização _____

() Outro _____

1) Nível(eis) de ensino em que atua:

() Ensino Infantil

() Ensino Fundamental

() Ensino Médio

() Educação de Jovens e Adultos

() Outro. Especifique _____

2) Público - alvo do trabalho

() Alunos

() Professores

() Pais de alunos

() Funcionários

() Outro. Especifique _____

3) Identifique a(s) modalidade(s) de atuação, especificando os objetivos de ação

() Avaliação psicológica _____

() Atendimento clínico _____

() Formação de professores _____

() Assessoria às escolas _____

() Outros. Especifique _____

4) Projetos desenvolvidos ao longo de sua prática profissional

5) Cite autores que têm auxiliado na fundamentação teórica do seu trabalho

6) Que contribuição o psicólogo pode dar à Educação Municipal de Duque de Caxias?

7) Faça um breve relato de sua trajetória profissional. Quais questões/inquietações geraram o seu interesse pela prática da psicologia educacional?

8) Na sua opinião existe uma diretriz/regimento que conduz a prática do psicólogo na Educação Municipal? Se sim, quais são as atribuições do psicólogo? Especifique as estratégias, instrumentos e métodos para a atuação do psicólogo educacional.

9) Relate sobre intervenção(ões) realizada(s) enquanto na função de psicólogo educacional apresentando resultados obtidos.

10) Sobre a história do início da Psicologia Educacional na Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias, o que você poderia relatar?

11) Você faz alguma crítica? Se sim, qual é a crítica e a quem e/ou a quem ela é dirigida?

12) Há alguma informação que você gostaria de acrescentar?

APÊNDICE C

Questão 6 do questionário dirigido aos Diretores Escolares

Atribuições do Psicólogo Educacional

6) Identifique, de acordo com a sua concepção, quais são as atribuições do Psicólogo Educacional atuando na rede de Educação de Duque de Caxias:

- () Participar, de forma integrada com a Equipe Técnico-Administrativo-Pedagógica, da construção e elaboração coletiva do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar;
- () Contribuir, junto com a Equipe Técnico-Administrativo-Pedagógica, no planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas na Unidade Escolar, visando uma ação articulada;
- () Desenvolver atividades com a Comunidade Escolar, visando identificar e minimizar dificuldades psicossociais que possam bloquear o desenvolvimento de potencialidades, a auto-estima e o exercício da cidadania;
- () Desenvolver, junto com a Equipe Diretiva, atividades com educadores e alunos, objetivando a explicitação e superação de entraves institucionais;
- () Contribuir para o processo de orientação para o trabalho, tendo com o princípio a relação trabalho-conhecimento, vinculada à prática social, individual e coletiva;
- () Selecionar, pesquisar e estudar assuntos específicos de seu campo de trabalho, procurando manter-se atualizado quanto aos processos de aprendizagem, desenvolvimento humano, relações interpessoais e dimensões institucionais;
- () Participar de seminários, fóruns de debates, palestras, oficinas organizados pela Unidade Escolar, promovidos pela Secretaria ou outras Instituições de Ensino;
- () Participar da atualização pedagógica, através dos grupos de estudo e dos Conselhos de Classe;
- () Desenvolver, junto com a Equipe Técnico-Administrativo-Pedagógica, atividades com os educandos, visando um trabalho preventivo relacionado à afetividade, cognição e socialização;
- () Diagnosticar as necessidades dos alunos dentro do Sistema Educacional e analisar, com o Orientador Educacional, possíveis encaminhamentos a serviços de atendimento clínico, médico e outros Serviços Públicos dentro da Comunidade.
- () Atendimento Clínico*

*Item incluído na questão, porém não se refere as atribuições do Psicólogo Educacional

Fonte: Função, habilitação e atribuições do Psicólogo Educacional segundo o Regimento Escolar deste Município, em particular o título II, capítulo II, seção I, artigos 33 e 34

ANEXO A

Atribuições do Psicólogo Educacional segundo o Regimento Escolar de DC

Regimento Escolar título II, capítulo II, seção I, artigos 33 e 34

Art. 33 – A função do Psicólogo Educacional será exercida por profissional legalmente habilitado em Psicologia, concursado para este fim.

Parágrafo Único- Sua função deverá ser a de agir nos fatores relacionados aos processos de desenvolvimento humano, aos processos de aprendizagem, às relações interpessoais e às dimensões institucionais.

Art. 34 – São atribuições do Psicólogo Educacional:

I- participar, de forma integrada com a Equipe Técnico-Administrativo-Pedagógica, da construção e elaboração coletiva do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar;

II- contribuir, junto com a Equipe Técnico-Administrativo-Pedagógica, no planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas na Unidade Escolar, visando uma ação articulada;

III- desenvolver atividades com a Comunidade Escolar, visando identificar e minimizar dificuldades psicossociais que possam bloquear o desenvolvimento de potencialidades, a auto-estima e o exercício da cidadania;

IV- desenvolver, junto com a Equipe Diretiva, atividades com educadores e alunos, objetivando a explicitação e superação de entraves institucionais;

V- contribuir para o processo de orientação para o trabalho, tendo com o princípio a relação trabalho-conhecimento, vinculada à prática social, individual e coletiva; 9/2/2015 Equipe de Supervisão Educacional;

VI- selecionar, pesquisar e estudar assuntos específicos de seu campo de trabalho, procurando manter-se atualizado quanto aos processos de aprendizagem, desenvolvimento humano, relações interpessoais e dimensões institucionais;

VII- participar de seminários, fóruns de debates, palestras, oficinas organizados pela Unidade Escolar, promovidos pela Secretaria ou outras Instituições de Ensino;

VIII- participar da atualização pedagógica, através dos grupos de estudo e dos Conselhos de Classe;

IX- desenvolver, junto com a Equipe Técnico-Administrativo-Pedagógica, atividades com os educandos, visando um trabalho preventivo relacionado à

afetividade, cognição e socialização;

X- diagnosticar as necessidades dos alunos dentro do Sistema Educacional e analisar, com o Orientador Educacional, possíveis encaminhamentos a serviços de atendimento clínico, médico e outros Serviços Públicos dentro da Comunidade.

ANEXO B

Desafios para a Prática do Psicólogo Educacional

DESAFIOS PARA A PRÁTICA DA (O) PSICÓLOGA (O)
• Compor com a equipe escolar, a elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Escola e, a partir dele, construir seu projeto de atuação, como um profissional inserido e implicado no campo educacional.
• Problematicar o cotidiano escolar, colaborando na construção coletiva do projeto de formação em serviço, no qual professores possam planejar e compor ações continuadas.
• Construir, com a equipe da escola, estratégias de ensino-aprendizagem, considerando os desafios da contemporaneidade e as necessidades da comunidade onde a escola está inserida.
• Considerar a dimensão de produção da subjetividade, sem reduzi-la a uma perspectiva individualizante, afastando-se do modelo clínico-assistencial.
• Valorizar e potencializar a construção de saberes, nos diferentes espaços educacionais, considerando a diversidade cultural das instituições e seu entorno para subsidiar a prática profissional.
• Buscar conhecimentos técnico-científicos da Psicologia e da Educação, em sua dimensão ética para sustentar uma atuação potencializadora.
• Produzir deslocamento do lugar tradicional da (o) psicóloga (o) no sentido de desenvolver práticas coletivas que possam acolher as tensões, buscando novas saídas para os desafios da formação entre educadores e educandos.
• Romper com a patologização, medicalização e judicialização

Fonte: Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas (os) na Educação Básica

CREPOP (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas)

ANEXO C

Plano de Carreira dos Profissionais da Educação de Duque de Caxias



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS

- III - no Apoio Técnico da Educação:
de assessoria no planejamento educacional;
de assessoria à equipe pedagógica, psicológica e atendimento aos alunos municipais que necessitem de acompanhamento; de orientação familiar.

Art. 4º - As Carreiras dos Profissionais ficam estruturadas em dois Quadros, a saber:

- I - Quadro Permanente: integrado por servidores efetivos, cujos detentores tenham o nível de escolaridade exigido;
- II - Quadro Suplementar: integrado por servidores efetivos, cujos detentores tenham o nível de escolaridade exigido e que possam ser extintos à medida que vagas se apresentarem.

§ 1º - Aos servidores que obtiverem a escolaridade mínima exigida é assegurado o direito de passarem a integrar o Quadro Permanente, mediante a obtenção de formação correspondente ao cargo para o qual foram detentores, na forma prevista nesta Lei.

§ 2º - Os atuais Animadores Culturais em exercício nas Creches e nas Escolas, passarão a denominar-se Educadores Materno-Infantil e Assistentes de Secretaria, respectivamente.

§ 3º - Os atuais Professores I terão a opção de serem enquadrados como Professores Especialistas, desde que possuam a escolaridade exigida.

§ 4º - Os atuais cargos de Secretários

ANEXO D

Jornal do último concurso para a função e quadro efetivo de Psicólogo Educacional - 1995

FOLHA DIRIGIDA/2º clichê				9 a 15 de agosto de 1995			
Chegou ao fim o concurso da Prefeitura de Duque de Caxias, com a divulgação do listão final, por ordem de classificação e nota definitiva. Agora é juntar os documentos e aguardar a convocação para o estágio confirmatório							
o listão final de Duque de Caxias							
Muita gente, valeu a pena o esforço. Professor e merendeira são alguns dos cargos oferecidos							
axias	bra que os classificados deverão	4	003524	ELIANE SOARES BASTOS	72,00		
o con-	apresentar no ato da convocação pa-	5	003534	HELENA FERREIRA MEDEIROS	72,00	100	003825
ra de	ra o estágio confirmatório os docu-	6	003618	ROSA MARIA DE MESSIAS	70,00	101	003770
tos	mentos previstos no item I, subitem 3	7	003542	INES APARECIDA MONTEIRO TEIXEIRA	70,00	102	003820
dir a	do edital, exceto o comprovante de	8	003579	MARCOS OLIVEIRA E SILVA	70,00	103	003728
maia	pagamento da taxa e o instrumento	9	003523	EDUARDO MENDES	68,00	104	003731
novas	de mandato. Os profissionais da área	10	003527	FATIMA DE SANT'ANNA AMORIM	68,00	105	003875
prazo	de Educação deverão permanecer na	11	003586	PATRICIA COSTA SOUZEIRA CAMPOS	68,00	106	003785
ma	escola para a qual forem designados	12	003508	CHARLES BRITO DE OLIVEIRA	66,00	107	003774
siem-	por dois anos, no mínimo.	13	003597	PAULO CESAR FERREIRA DE SANT'ANA	66,00	108	003716
te -	Eis o listão:	14	003628	SERGIO PAULO OLIVEIRA DE PAULA	64,00	109	003708
Clas-		15	003569	MARCELO MARCELINO FONSECA	64,00	110	003751
siem-		16	003505	PAULO ROBERTO VIEIRA DAS NEVES	64,00	111	003853
Clas-		17	003573	MARCO TURINI CONSTANTINO	64,00	112	003811
siem-		18	003519	CLAUDIO ORNELLAS	64,00	113	003884
Clas-		19	003578	MARCOS FERREIRA RANGEL	64,00	114	003749
siem-		20	003496	AUGUSTO CESAR DE ALMEIDA PEREIRA	64,00	115	003897
Clas-		21	003502	CARLOS AUGUSTO VENTURA	62,00	116	003827
siem-		22	003615	ROGERIO FAUSTINO DOS SANTOS	62,00	117	003733
Clas-		23	003633	SIMONE RIBEIRO NEVES	62,00	118	003855
siem-		24	003538	HERMENEGILDO DOS SANTOS RAMIM	62,00	119	003848
Clas-		25	004487	AIRES SERGIO SIMES DA CRUZ	60,00	120	003899
siem-		26	004497	CARLA AUGUSTA ESTEVE SILVEIRA	60,00	121	003697
Clas-		27	003586	MARIO JORGE THOMAZ	60,00	122	003775
siem-		28	003503	CARLOS CLEMENTE MEDEIROS FILHO	60,00	123	003732
Clas-		29	003517	DENILSON EMANUEL DIAS	60,00	124	003788
siem-		30	003819	ROSANA MARIA MARTINS BORGES	60,00	125	003809
Clas-		31	003603	PAULO ROBERTO LOURENCO VIEIRA	60,00	126	003858
siem-		32	003630	SILVIO JOSE LACERDA	60,00	127	003841
Clas-		33	003549	JULIO CESAR DA SILVA GIMENEZ	60,00	128	003895
siem-							

Opcao : Duque de Caxias Cargo : Psicólogo Educacional				Opcao : Duque de Caxias Cargo : Prof. II (CA A 4a Serie)-2			
Clas.	Inscr.	Nome	Nota	Clas.	Inscr.	Nome	Nota
1	010780	MARCOS ANDRE DIAS	80,00	1	005961	ANTONIO JOSE CAETA	50,00
2	010776	MARCIA CRISTINA LAURIA M MONTEIRO	78,00	2	005824	ANA LUCIA SA DINIZ	50,00
3	010848	VALERIA VIANNA DA CUNHA	76,00	3	006601	IVANILDO SANTOS DE	50,00
4	010736	ELIANE TAVEIRA DO NASCIMENTO	76,00	4	007579	ROSEMARY SAMPAIO S	50,00
5	010763	JOSEMARY MAZZARELLO VICENTE	74,00	5	007910	VANIA MARIA FEITOZ	50,00
6	010817	REGINA CABEDO DE MELLO	72,00	6	006978	MARCIA MARTINS MEI	50,00
7	010733	ELIANE MARIA DE AMORIM SEABRA	72,00	7	006253	DINA CLAUDIA DOS S	50,00
8	010711	CARLA CRISTINA DA ROCHA DAMAS	72,00	8	005768	ALINE BEZERRA DA R	50,00
9	010791	MARIA JOSE PINGARILHO PINTO	72,00	9	006187	CRISTINA SALVADORA	50,00
10	010778	MARCIA GEIGER DE SOUZA	72,00	10	007768	ROSLANGE RODRIGUES	50,00
11	010828	RUBIA PASSOS LANDI	70,00	11	005898	ANDREA NOGUEIRA TE	50,00
12	010788	MARIA INES DE ANDRADE	70,00	12	007227	MARTHA RIBEIRO DIA	50,00
13	010738	ELIS REGINA DE CASTRO LOPES	68,00	13	006802	LETICIA CRUZ DOS S	50,00
14	010767	LICIA MARIA SANTOS NUNES	68,00	14	006558	HERMES PEREIRA DE	50,00
15	010836	SIMONE DIAS DE SOUZA	68,00	15	006106	CLAUDIA PINTO ABRE	50,00
16	010835	SIMARA BARRETO DIAS	66,00	16	006639	JANAINA NOGUEIRA T	50,00
17	010773	LUCIMARA RAMOS SENA	66,00	17	006006	CARLA PINHEIRO PAT	50,00
18	010712	CARLA SOLANGE DE ALMEIDA	66,00	18	006688	JORGE DA ROCHA BIT	50,00
19	010730	ELAINE DA ROSA PESTANA DE AGUIAR	64,00	19	006666	JAQUELINE GOMES DE	50,00
20	010707	ANGELO DE OLIVEIRA DINIZ	64,00	20	007815	SUZANA GRIMALDI	50,00
21	010781	MARIA ANGELICA AUGUSTO DE MELLO PISETTA	62,00	21	007590	ROSICLER ROCHA DE	50,00
22	010741	ELIZABETH MACHADO RIBEIRO	62,00	22	007375	PAULA FIGUEIREDO D	50,00
23	010785	MARIA DINA NETO FERREIRA	60,00	23	006660	JANINE OLIVEIRA CO	50,00
24	010782	MARIA AURISTELA DE VASCONCELOS	60,00	24	007471	RITA PAULA GOMES D	50,00
25	010770	LUCIA CRISTINA L MONTENEGRO TAVEIRA	60,00	25	006160	CRISTIANE DOMINGUE	50,00
26	010720	CRISTINA TOMASINA LUIZA FASSELLI	60,00	26	005686	ADRIANA BENTO DA S	50,00
27	010826	ROSELANE LEAL BENEDICTO	60,00	27	005954	ANGELITA RIBEIRO Q	50,00
28	010702	ANA PAULA AZEVEDO DE MORAES	60,00	28	007345	PATRICIA ALVES FIG	50,00
29	010822	ROGERIO NASCIMENTO	58,00	29	006793	LEIVI HENDEL	50,00
30	010779	MARCIA OGGIONI TOLEDO	58,00	30	006009	CARLA REGINA DOS S	50,00
31	010697	ANA LUCIA BATISTA SIES	58,00	31	006265	DULCE LOPES DE CAR	50,00
32	010757	JANINE MARTINS NOGUEIRA	58,00	32	006579	IONE RODRIGUES SAN	50,00
33	010818	RENATA DA COSTA ROCHA	58,00	33	007417	DEIANE BARBOSA CAV	50,00
34	010695	ANA CLAUDIA GOMES CUNHA	58,00				
35	010717	CRISTIANE DE SOUZA MENDES	56,00				
36	010771	LUCIA DE FATIMA SILVA	56,00				
37	010710	CARLA ARAUJO DE OLIVEIRA COSTA	54,00				
38	010789	MARIA JOAO RODRIGUES HENRIQUES	54,00				
39	010701	ANA MATILDE CORAIS	54,00				
40	010735	ELIANE SUZEL PAULO DA CUNHA ARAUJO	54,00				
41	010842	SORAYA JORDAO MARTINS MIRANDA	52,00				
42	010815	ODACY SOARES CABELEIRA	52,00				
43	010846	THEREZA CRISTINA DE BALTAZAR	52,00				
44	010692	AGEU CLEON DE ANDRADE	52,00				
45	010774	LUIZA CRISTINA VENTURA GIFFONI	52,00				
46	010833	SELMA GISELE DE ALMEIDA BARBOSA MARTINS	52,00				
47	010728	EDESIO FERNANDES CARNEIRO	52,00				
48	010750	HELIO FERREIRA PINTO FILHO	50,00				
49	010753	JACQUELINE GOMES	50,00				
50	010746	FATIMA DENISE PEREIRA DA SILVA	50,00				
51	010841	SONIA MENDES FERREIRA	50,00				

ANEXO E



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E
DEPOIMENTOS**

Eu _____

CPF _____, RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizo, através do presente termo, os pesquisadores Haydéa Maria Marino de Sant'Anna Reis e Maria Inês de Andrade Cruz, do projeto de pesquisa intitulado ***“Função e Atuação do Psicólogo Educacional no contexto da Educação do Município de Duque de Caxias – RJ”***, a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Duque de Caxias, _____ de _____ de 20_____

Maria Inês de Andrade Cruz
Pesquisadora Responsável

Sujeito da Pesquisa